

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ana Paula Benatti

**O SIGNIFICADO DE SER PAI E SER MÃE DE CRIANÇAS EM  
FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

Santa Maria, RS  
2018

**Ana Paula Benatti**

**O SIGNIFICADO DE SER PAI E SER MÃE DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Caroline Rubin Rossato Pereira


Santa Maria, RS  
2018

Ana Paula Benatti

**O SIGNIFICADO DE SER PAI E SER MÃE DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Aprovado em 14 de dezembro de 2017:

  
\_\_\_\_\_  
Caroline Rubin Rossato Pereira  
(Presidente/Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Dorian Mônica Arpini (UFSM)

  
\_\_\_\_\_  
Angela Helena Marin (UNISINOS)

Santa Maria, RS  
2017

## DEDICATÓRIA

*Aos pais e mães que participaram do estudo, por sua coragem em expor parte significativa de suas vidas aos interesses da ciência.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cirineu e Teresinha, por todo o investimento e oportunidades oferecidas.

Ao meu amor, Fernando, por ser quem “me dá asas para voar”.

À minha irmã, Ângela, por todo o apoio e motivação.

Aos meus sogros, Darci e Vanilda, pelo companheirismo e respeito.

À professora Caroline, pelo conhecimento compartilhado e pela confiança depositada. Seu carinho foi fundamental para poder suportar as adversidades do percurso.

Às professoras Dorian Mônica Arpini e Samara Silva dos Santos, por acompanharem a construção deste trabalho, por todas as suas contribuições e doces palavras.

À professora Taís Fim Alberti, ter me acompanhado no Estágio em Docência Orientada I e ter deixado bons exemplos.

Às professoras Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira e Angela Helena Marin, pela disponibilidade em auxiliar a aprimorar este trabalho.

Às colegas do Núcleo de Estudos Famílias e suas Relações, pela parceria nas produções e pelos doces momentos compartilhados.

À Dalila, aluna de iniciação científica e amiga querida. Seu espírito jovial e sua “torcida” foram muito importantes em todos os momentos.

Às queridas amigas Amanda e Ana Caroline, por gentilmente cederem espaço em seu apartamento e em seus corações.

À gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e às profissionais do CRAS em que realizou-se a Coleta de Dados, as quais acolheram a proposta da pesquisa, bem como não mediram esforços no sentido de encontrar os participantes para a mesma.

*“eu queria deixar um lembrete (...): Cuidem bem seus filhos, porque é uma coisa muito boa. Ser pai é uma coisa muito boa mesmo!” (P6).*

## RESUMO

### O SIGNIFICADO DE SER PAI E SER MÃE DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

AUTORA: Ana Paula Benatti

ORIENTADORA: Caroline Rubin Rossato Pereira

O conceito de parentalidade é usado para definir as funções e os papéis que os pais realizam em relação aos cuidados e à criação dos filhos. Portanto, a mesma não está associada ao fato de tornar-se genitor, apenas, mas é construída continuamente, através do exercício de seus papéis e funções (HOUZEL, 2004). Desta forma, o presente estudo investigou o significado da maternidade e da paternidade em contextos de vulnerabilidade social, por considerar que tais contextos imprimem peculiaridades ao exercício da parentalidade. Participaram seis pais e seis mães de crianças com até doze anos incompletos, os quais encontravam-se cadastrados em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados através de um Questionário Sociodemográfico e de uma Entrevista Semiestruturada e foram analisados através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados encontrados apontaram uma sobrecarga de tarefas referentes ao papel materno, como a colaboração para com o sustento financeiro da família, a realização dos afazeres domésticos, a responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos e ser prestativa às demandas do marido. Desta forma, houve consenso entre os entrevistados de que a mãe deve ocupar um lugar central na família, incumbindo-se de tarefas como as citadas anteriormente. Este significado relaciona-se ao sentimento de sobrecarga, vivenciado pelas mães, uma vez que, através do mesmo, a mãe responsabiliza-se, individualmente, pela realização de tais tarefas, sem deixar espaço para que o pai assuma determinadas funções que lhe são possíveis de realizar. Assim, mantém-se cristalizados os papéis de gênero e parentais. Com relação à paternidade, identificou-se que o pai ainda é identificado como responsável pelo sustento financeiro, sendo uma figura representativa da autoridade familiar, funções tradicionalmente atribuídas ao papel paterno. Autoridade esta, que não é vista apenas no sentido de educação dos filhos, mas também como apoio emocional à mãe e auxílio em momentos de tomada de decisões. Todavia, apesar das questões tradicionais relacionados ao papel paterno os pais, também, afirmaram participar de outros aspectos da vida dos filhos, como na educação e ensinamento de valores, nos seus cuidados e proteção e na esfera afetiva, através da realização de brincadeiras e atividades diversas com os mesmos. Por fim, houve consenso entre os participantes de que a paternidade ideal consiste em o pai estar presente na rotina familiar e na vida dos filhos. Ademais, o presente estudo forneceu importantes reflexões acerca do exercício da parentalidade em contextos de vulnerabilidade social, contribuindo para com os profissionais que atuam junto às políticas públicas brasileiras, no atendimento a famílias, uma vez que problematizou certas peculiaridades referentes ao significado da maternidade e da paternidade em tais contextos. Com isso, espera-se aproximar as concepções dos profissionais, as quais são provenientes do saber técnico-científico, às concepções formadas a partir do conhecimento popular de seus usuários, para que seja possível lançar um olhar compreensivo sobre as mesmas e, a partir disso, desenvolver ações críticas e eficazes, que considerem as reais necessidades da população e respeitem as singularidades do contexto.

**Palavras-chave:** Relações familiares. Parentalidade. Vulnerabilidade Social.

## ABSTRACT

### THE MEANING OF BEING FATHER AND MOTHER OF CHILDREN IN FAMILIES IN SOCIAL VULNERABILITY

AUTORA: ANA PAULA BENATTI

ORIENTADORA: CAROLINE RUBIN ROSSATO PEREIRA

The concept of parenting has been used to define the functions and roles that parents perform in caring for children and raising them. Therefore, it is not associated with becoming parents, only, but it is built continuously, through the exercise of their roles and functions (HOUZEL, 2004). In this way, the present study investigated the meaning of motherhood and fatherhood in contexts of social vulnerability, considering that these contexts imply peculiarities to the exercise of parenthood. Six parents and six mothers of children until twelve years-old, who were enrolled in a Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) of a municipality in the interior of Rio Grande do Sul participated. The data were collected through a Sociodemographic Questionnaire and a Semistructured Interview and it were analyzed through Content Analysis (BARDIN, 1977). The results showed an overload of tasks related to the maternal role, such as collaboration with the financial support of the family, the accomplishment of the housework, responsibility for the care and education of the children and being helpful to the demands of her husband. Therefore, participants agree that mother should occupy a central place in the family, taking responsibility for tasks such as those above mentioned. This meaning is related to the feeling of overload experienced by the mothers, since, through it, the mother is individually responsible for performing these tasks, do not allowing that father assumes certain functions that are possible for him to perform. Thus, gender and parental roles remain crystallized. Regarding to fatherhood, it was identified that father is, still, identified as responsible for financial support, being a family authority figure representative, functions traditionally attributed to the fatherly role. This authority is not seen only about children's education, but also, as emotional support for the mother and as a help to her in moments of making decisions. However, in spite of traditional issues related to the fatherly role, fathers also affirmed participating in other aspects of their children's lives, such as education and teaching values, in their care and protection, and in the affective sphere through games and activities with them. Finally, there was consensus among participants that ideal fatherhood consists in father being present in the family routine and in the children's lives. Furthermore, the present study provided important reflections about the exercise of parenting in contexts of social vulnerability, contributing to the professionals whom work with Brazilian public policies in the care of families, since it has problematized certain peculiarities regarding the meaning of motherhood and fatherhood in these contexts. Thereby, we hope to approximate the conceptions of the professionals, which come from the technical-scientific knowledge, to the conceptions from the popular knowledge, of their users, so that it will be possible to throw a comprehensive look at them and, so, to develop critical and effective actions, that consider the real needs of the population and respect the singularities of the context.

**Keywords:** Family relationships. Parenting. Social vulnerability.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Perfil e Configurações Familiares das Mães .....	39
Tabela 2 – Perfil e Configurações Familiares dos Pais .....	40

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HumanizaSUS	Lei de Humanização do SUS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>17</b>
Aspectos Históricos e Sociais sobre a Criança e a Família .....	17
Funções da Família e Papéis Parentais.....	27
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social.....	33
<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>39</b>
Participantes.....	39
Delineamento e Procedimentos .....	41
Considerações Éticas.....	45
Instrumentos .....	46
Análise dos Dados.....	46
<b>ARTIGO 1</b> .....	<b>48</b>
RESUMO .....	49
INTRODUÇÃO .....	50
MÉTODO.....	55
Participantes.....	55
Delineamento e Procedimentos .....	58
Instrumentos .....	60
Análise dos Dados.....	60
RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	61
“As coisas ficam tudo por minha conta”: uma mãe de múltiplos papéis .....	61
“Mãe é tudo numa casa”: o significado atribuído à maternidade .....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
NOTAS.....	83
<b>ARTIGO 2</b> .....	<b>84</b>
RESUMO .....	85
ABSTRACT .....	86
INTRODUÇÃO .....	87
MÉTODO.....	92
Participantes.....	92
Delineamento e Procedimentos .....	95
Instrumentos .....	97
Análise dos Dados.....	97
RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	98
“A parte financeira o responsável sou eu”: Sobre Questões Financeiras e Domésticas .....	98
“O esteio da casa é o pai”: Sobre Autoridade, Disciplina e Apoio .....	102
“O filho é um pedaço da vida da gente”: Sobre Cuidado, Proteção e Afeto .....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>128</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>132</b>
Apêndice A .....	132
Apêndice B .....	133
Apêndice C .....	134
Apêndice D.....	135

Apêndice E .....	137
------------------	-----

## APRESENTAÇÃO

O trabalho que aqui será apresentado compõe a dissertação de mestrado intitulada “O significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em vulnerabilidade social”, a qual foi desenvolvida a partir do projeto guarda-chuva, intitulado “Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”, desenvolvido pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), ao qual a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) está ligada. Para a melhor compreensão dos leitores, o trabalho foi organizado de modo a formar seis capítulos, sendo eles: Introdução, Revisão de Literatura, Percurso Metodológico, Artigo 1, Artigo 2 e Considerações Finais.

Desta forma, o Capítulo Um refere-se à Introdução, na qual apresenta-se o tema da dissertação e os interesses e motivações que levaram a pesquisadora à realização do estudo. O Capítulo Dois – Revisão de Literatura – tem por objetivo contextualizar o estudo em meio à produção científica sobre o tema, bem como embasar a compreensão do fenômeno estudado. Para tanto, serão abordadas duas grandes temáticas: família e vulnerabilidade social.

Com relação à temática envolvendo a família, primeiramente, serão discutidos os aspectos históricos relativos à família e à infância, tanto numa perspectiva europeia quanto brasileira, na seção intitulada *Aspectos Históricos e Sociais sobre a Criança e a Família*. Em seguida, serão apresentadas as funções essenciais da família, ou seja, seus deveres e responsabilidades para com o sistema familiar e para com os membros individualmente, bem como as competências referentes aos papéis materno e paterno, no tópico: *Funções da Família e Papéis Parentais*.

Referente à temática envolvendo vulnerabilidade social iniciar-se-á com a conceituação dos termos “risco” e “vulnerabilidade social”, problematizando o conceito de negligência nas práticas de judicialização desta população. Além disso, serão abordadas algumas especificidades para a compreensão das famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social como: o ciclo de vida familiar nestes contextos, a existência de papéis complementares nestas famílias, a organização das famílias através da configuração em rede, também denominada de “aglomerado familiar”, a qual envolve relações de vizinhança e parentesco.

No Capítulo Três, o qual diz respeito ao Percurso Metodológico, realiza-se uma apresentação dos passos e etapas percorridos para a realização do estudo, representado pelos os seguintes itens: a) *participantes*, no qual se apresentará o perfil dos participantes da

pesquisa, b) *delineamento e procedimentos*, em que se explanará especificidades do método utilizado, bem como a forma como o mesmo foi percorrido pela pesquisadora, c) *considerações éticas*, item que abordará os cuidados necessários na pesquisa com seres humanos e adotados no presente estudo, d) *instrumentos*, seção que apresenta os instrumentos utilizados para a coleta de dados, e e) *análise dos dados*, a qual define a maneira como as informações obtidas através da pesquisa foram analisadas, de modo a tornarem-se resultados.

Os capítulos quatro e cinco, os quais correspondem ao Artigo 1 e ao Artigo 2 compõem o que se conhece como resultados do trabalho, sendo o Capítulo Quatro destinado aos resultados acerca da maternidade e o Capítulo Cinco aos resultados envolvendo a paternidade. Os mesmos foram assim organizados tendo em vista que trata-se de uma alternativa à redação de trabalhos científicos proposta pelo Manual de Dissertações e Teses da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015), a qual visa fomentar a produção acadêmica e científica.

Por fim, o Capítulo Seis – Considerações Finais – apresentará uma síntese dos resultados acerca da temática envolvendo maternidade e paternidade em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, indicará as principais contribuições do estudo, especialmente no que se refere à atuação dos profissionais inseridos nas políticas públicas brasileiras e, ainda, as limitações do mesmo, bem como lacunas na produção do conhecimento científico, as quais podem ser contempladas em novos estudos.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo visou compreender o significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social. Considera-se que o interesse pelo tema surgiu de um tema anteriormente pesquisado, qual seja, o desenvolvimento infantil. Desta forma, a temática do desenvolvimento infantil já se fez presente na trajetória acadêmica da pesquisadora em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da graduação em Psicologia, concluída em 2013, e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Pós-Graduação a nível de Especialização, finalizado em 2016. Além disso, as questões envolvendo relações familiares e relações pais-filhos sempre despertaram interesse à pesquisadora, a qual vem buscando ampliar seu conhecimento acerca das mesmas através de cursos de atualização e leituras.

Já a temática da vulnerabilidade social surgiu mais tardiamente como tema de interesse para a pesquisadora, tendo em vista a experiência adquirida através de sua atuação profissional junto às políticas públicas desde o ano de 2014 até o presente momento, como psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Por estar inserida junto à tais políticas e, por atuar diretamente com famílias em situação de vulnerabilidade social foi possível perceber que o conhecimento técnico do profissional, por vezes, torna-se pouco eficaz, se não levar em conta os significados atribuídos pela própria família acerca de suas problemáticas. Além disso, torna-se importante ressaltar que, ao inserir-se na políticas públicas e, em especial, nos contextos de vulnerabilidade social, a pesquisadora deparou-se com peculiaridades que desafiavam seu conhecimento e, por vezes, geravam tamanha inquietação que, para tentar lidar com as mesmas, era necessário buscar mais qualificação, como o ingresso no Mestrado, por exemplo.

Entretanto, salienta-se que esta necessidade de buscar qualificação não refere-se apenas ao *saber fazer* profissional, mas aos desafios éticos que a profissão da Psicologia se depara junto às políticas públicas, sendo, para tanto, necessário dispor de certo embasamento e argumentação para não incorrer à falhas provocadas pela absorção do profissional no sistema. Dito de outra forma, percebeu-se a necessidade de suporte teórico para não “se deixar levar” pelas relações de poder implícitas às instituições que executam tais políticas, ferindo, assim, os direitos da população atendida e os preceitos éticos da profissão.

Desta forma, para manter uma atuação ética e comprometida com o social é imprescindível que o profissional tenha em mente que qualquer ação baseada em ideais de

classe ou em concepções normativas destoa de tal propósito. Além disso, agride a população que busca no serviço, e no profissional, auxílio para uma situação que está sendo vivenciada, a qual já está difícil à mesma. Portanto, é inadmissível pensar que o profissional, a serviço das políticas públicas, ao invés de garantir os direitos da população, aja de forma a violá-los ainda mais.

Neste sentido é que, pensando em famílias, pensou-se também nos papéis parentais, sendo que, no presente estudo, buscou-se compreender, na perspectiva dos próprios pais e mães, o significado da maternidade e da paternidade em famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Assim, objetivou-se explorar o que as próprias famílias tinham a dizer sobre si, seu funcionamento, a criação dos filhos e o significado de ser pai e ser mãe em tais contextos.

Especificamente em relação ao termo “significado”, utilizado como denominador central do estudo, o mesmo toma por base as teorizações de Grandesso (2000) e White (2012). De acordo com Grandesso (2000, p. 38), “os seres humanos são geradores de significados”, sendo que estes são desenvolvidos por meio da linguagem, através de intercâmbios constantes entre os próprios sujeitos e destes para com os espaços sociais. Além disso, a autora afirma que “os significados estabelecem disposições afetivas que configuram o familiar, o comum, mas também o singular, o novo, o estranho, o surpreendente” (GRANDESSO, 2000, p. 39). Nesse sentido, o significado nomeia situações e descreve estados e características das situações (objetos, sentimentos entre outros) em questão, de modo que, para determinado fenômeno ter significado, é preciso que faça sentido.

Consoante a tal, White (2012) aponta para a importância das histórias – narrativas – que as pessoas utilizam para descrever as situações por elas vivenciadas, bem como a forma como o fazem. Para o autor, as narrativas expressadas pelos sujeitos determinam a consciência que os mesmos possuem de si próprios, dos outros e do mundo, sendo que a cada nova narrativa, podem surgir variações acerca das descrições dos fenômenos, as quais lhes dão sentido e significado. Além disso, é através destas variações na narrativa que a realidade deixa de ser estática e cristalizada, passando a ser reinventada e ressignificada. Portanto, tomando como referência estes dois autores, optou-se por utilizar o termo significado, para referir-se ao objeto de estudo, ou seja, às vivências e concepções acerca da maternidade e da paternidade em contextos de vulnerabilidade social.



## REVISÃO DE LITERATURA

### Aspectos Históricos e Sociais sobre a Criança e a Família

No contexto europeu, o sentimento de família surgiu a partir do século XVII, juntamente com o sentimento de infância. Anteriormente, a vida das famílias era vivida abertamente, sem nenhuma intimidade e sem distinção entre público-privado. A partir do século XVII, as crianças passaram a ser responsabilidade dos pais, através de uma cobrança muito intensa por parte das instituições religiosas, sentimento que veio a evoluir, já no século XVIII, para um amor obsessivo por parte dos pais para com seus filhos (ARIÈS, 1981).

Desta forma, no século XVIII, ao mesmo tempo em que a família passou a se organizar em torno da criança, em prol de seus cuidados e educação, houve uma forte ruptura e distinção entre público-privado e a família se afastou do espaço público, vivendo de forma mais reservada. Entretanto, essa ruptura trouxe consigo uma crença (e cobrança religiosa) de que os pais seriam os únicos responsáveis pela criação dos filhos, bem como por sua preparação para a vida adulta. Além disso, carrega a ideia de que a vida junto às multidões, ao público, seria prejudicial ao desenvolvimento das crianças e ao relacionamento dos adultos, justamente pelas comuns manifestações de despudor vivenciadas até então neste contexto (ARIÈS, 1981).

Com relação à noção de que os pais seriam os únicos responsáveis pelos filhos, sentimento que teve início a partir do século XVIII, Kehl (2003) aponta que esta concepção não ficou no passado, estando muito presente no discurso brasileiro contemporâneo acerca da família. Neste sentido, a família é rotineiramente cobrada pelos problemas enfrentados por seus membros (tais como drogadição, desemprego, baixa escolaridade, violência, atos infracionais, entre outros) sendo, muitas vezes, considerada a única responsável pelos mesmos, sem que haja uma compreensão ampliada dos aspectos sociais e culturais envolvidos na constituição de tais dificuldades.

Ainda referente ao sentimento de família, Ariès (1981) indica que há uma estreita relação entre o mesmo e o sentimento de classe, em relação ao modo de se relacionar com os âmbitos privado e público, sendo que o autor associa a tendência ao público às famílias provenientes das classes populares. Neste sentido, de acordo com a concepção que se criou a partir do século XVIII, a família que não se distinguia do público e das multidões, ou seja, de terceiros que não dos próprios familiares, era considerada desqualificada, vulnerável e incapaz de executar suas funções familiares e parentais.

Tal colocação nos permite refletir acerca das intervenções do Estado e dos

especialistas sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social. Pode-se questionar, também, se este não seria o aspecto que originaria a ideia de que é necessário “corrigir” tais famílias e ensiná-las acerca da melhor maneira de criarem seus filhos, já que as mesmas, ainda, estariam demasiadamente “misturadas” aos “costumes das ruas” e do “povo”, como bem esclareceu Ariès (1981).

Como contraponto, a família nuclear burguesa – a qual será melhor definida posteriormente – servia como modelo à sociedade da época, uma vez que mantinha-se fechada sobre si mesma e afastada do domínio público. Assim, pelo fato de manter-se privada, era possível a transmissão dos privilégios de classe, estando formados os estratos sociais, bem como os padrões de exclusão (KEHL, 2003), como é evidenciado no seguinte trecho:

Durante séculos, os mesmos jogos foram comuns às diferentes condições sociais; a partir do início dos tempos modernos, porém, operou-se uma seleção entre eles: alguns foram reservados aos bem nascidos, enquanto outros foram abandonados ao mesmo tempo às crianças e ao povo. As escolas de caridade do século XVII, fundadas para os pobres, atraíam também as crianças ricas. Mas a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitaram mais essa mistura, e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular (ARIÈS, 1981, p. 195-196).

É por este motivo que Ariès (1981) afirma que, tanto o sentimento de família, quanto de classe e, por que não dizer o sentimento de raça, surgem da intolerância à diversidade e da preocupação em manter a uniformidade, ou seja, os privilégios de classe. Com isso, é possível compreender muitas das raízes do preconceito e da estigmatização social às famílias de baixa renda. Como indicou o autor, entre as diferentes classes sociais, instalou-se um ideal a ser seguido – o ideal da família nuclear burguesa, privativa e distante das camadas populares.

Com relação ao contexto brasileiro, a entrada do Estado e dos Especialistas<sup>1</sup> sobre a vida privada das famílias passou a ocorrer com o movimento higienista, que se fez fortemente presente no país durante o século XIX. O movimento higienista surgiu a partir da constatação, por parte do governo, de que seria necessário propor medidas que viessem a melhorar a saúde e qualidade de vida da população, tendo em vista as avassaladoras epidemias que assolavam o país na época. Além disso, o período histórico em que o mesmo ocorreu era marcado por intensas mudanças e transformações no país, uma vez que se vivenciava a mudança de regime político: fim do regime monárquico e passagem para o regime republicano (RIZZINI, 2011).

É neste sentido que se considera o movimento higienista como estando a favor de interesses da classe dominante e da elite que governava o país. Assim, forças do Estado

---

<sup>1</sup> O termo Especialista é empregado para nomear os diversos profissionais das diferentes áreas de saber que atuam sobre o desenvolvimento infantil, tais como pedagogos(as), psicólogos(as), assistentes sociais, médicos(as), enfermeiros(as) etc. (Costa, 1999).

passaram a se organizar de acordo com tais interesses, adotando práticas de vigilância e correção, principalmente às famílias de classes populares, no intuito de “domesticar” a população e torná-la mais saudável e menos ameaçadora à saúde dos estratos sociais superiores. Por este motivo o ideal burguês insere-se como um fator decisivo no sentimento de classe, uma vez que, devido a tais práticas, “o indivíduo de extração burguesa, desde a infância, aprende a julgar-se “superior” aos que se situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio-raciais” (COSTA, 1999, p. 13-14). Desta forma, com a inserção de práticas higienistas sobre a vida particular das famílias pobres, visava-se torná-las mais próximas da realidade, dos hábitos e costumes da idealizada família burguesa. Com isso, as famílias poderiam ser consideradas mais saudáveis e eficazes na forma de criar e proteger seus membros. A partir desta lógica, passa-se, então, a visualizar a família nuclear burguesa como um contexto de vida idealizado, o qual deveria ser tomado como um parâmetro para as demais (COSTA, 1999).

Outra característica ou consequência do movimento higienista sobre as famílias refere-se à ideia de hierarquização social da inteligência, ou seja, a noção de que o indivíduo “culto” seria superior ao “inculto” (COSTA, 1999). Essa noção de hierarquização da inteligência pode justificar a forma de relacionar-se que muitos profissionais que atuam das políticas sociais adotam, ao se posicionarem frente às famílias como os únicos detentores do saber, sendo o saber popular do sujeito/família desvalorizado pelo especialista. Essa postura de “especialista”, de detentor do saber e, portanto, de quem deve dizer à família como esta deve se portar e como tratar seus membros, contrapõe-se à noção desenvolvida por Anderson (1997), Dunst, Boyd, Trivette e Hamby (2002) e Esteves de Vasconcellos (2015), ao afirmarem que é no próprio sujeito/família/contexto que se encontra a “solução” para o problema e não no profissional. Assim, o profissional, ao invés de ocupar um lugar de “especialista”, deveria colocar-se como parceiro das famílias, numa relação colaborativa e de coconstrução (construção conjunta entre profissional e família) de alternativas para a resolução dos problemas identificados por ambos.

Mais especificamente com relação à função protetiva da família, Costa (1999) afirma que, a partir do século XIX, a família começou a ser vista institucionalmente como incapaz na realização de tais funções para com seus membros. Isso porque, nesta época, eram altos os índices de mortalidade infantil e a saúde dos adultos era precária, fazendo com que os mesmos apresentassem muitas enfermidades e adoecimentos e, conseqüentemente, uma baixa expectativa de vida. Todavia, o auge desta ideia – de que a família era incapaz de exercer sua função protetiva – evidenciou-se a partir da associação entre as influências familiares e

doença mental. Desta forma, foi a partir da ideia de que a família era nociva ao desenvolvimento das crianças, que instituíram-se os internatos, escolas destinadas às crianças provenientes das camadas populares, nas quais as mesmas morariam, com o objetivo de estudar e domesticar seus corpos, mentes e costumes, afastando-se das “más influências” familiares. Como resultado disto, produzir-se-ia uma geração dócil e bem treinada para servir aos interesses do país (COSTA, 1999; RIZZINI, 2011).

Neste sentido, a proteção da infância pelo Estado/especialistas, também, surgiu a partir das práticas higienistas, que visavam implantar a ideia de que os pais e a família eram um empecilho para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças. Assim, primeiramente, os higienistas buscavam apontar falhas no comportamento dos pais, bem como sua ignorância para criarem os filhos, ou seja, desqualificando-os de suas funções para, num segundo momento, “ensinar-lhes a maneira adequada” de realizar o cuidado/educação dos mesmos (COSTA, 1999, p. 171).

Por outro lado, especificamente com relação à criança, a noção de que esta é um ser em desenvolvimento e em evolução foi utilizada para ressaltar aos pais a importância de os mesmos possuírem conhecimentos específicos – médicos, principalmente – para serem, então, aptos e capazes de cuidar de seus filhos. Com isso, o saber médico se enalteceu perante a sociedade da época, que até então recorria a outras formas de resolução aos seus problemas (benzedeiros, padres, entre outros) que não através da figura do médico. Desta forma, pode-se concluir que no país, a partir do século XIX, e com fortes influências do movimento higienista, a figura do médico da família ganhou significativo status social (COSTA, 1999).

Foi, então, no momento em que o país vivia a mudança de regime político e a instituição do movimento higienista, que enfatizou-se o apelo de proteção à criança, a qual era vista pela elite que comandava o país como sendo o “futuro da nação” (RIZZINI, 2011). Nas palavras da autora:

A criança deixava de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como ‘*chave para o futuro*’, um ser em formação – ‘*ductil e moldável*’ – que tanto pode ser transformado em ‘*homem de bem*’ (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘*degenerado*’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos) (RIZZINI, 2011, p. 24).

Assim, a criança e todos os segmentos pobres da população eram vistos sob dois ângulos distintos pela elite dominante, ou seja, como *problema* e como *solução* para o país. No primeiro caso, isto se justificava pelo fato de que este público era associado à viciosidade e à “vagabundagem” e, portanto, como fonte causadora da desordem social. No segundo caso, o mesmo público era visualizado como a solução para o país pelo fato de que, por se tratar de

minorias sociais, à margem da sociedade e do conhecimento de seus direitos, seriam facilmente moldáveis aos interesses políticos da nação e submissos à ordem capitalista vigente (RIZZINI, 2011, p. 150). Todavia, existia um paradoxo para a elite dominante, no início do período republicano, qual seja: almejava-se a educação do povo, porém vislumbrava-se o perigo que poderia advir da mesma, uma vez que esta poderia promover a autonomia do “povo” e, conseqüentemente, sua insubordinação ao governo (RIZZINI, 2011).

Desta forma, para um Brasil que precisava se fortalecer frente a uma mudança de regime político, era preciso estabelecer alguns focos de ação, como foi o caso do movimento higienista. Assim, “para atingir a reforma almejada entendia-se ser preciso sanear o país, identificando-se na pobreza (no feio, no sujo, no negro, no vício, no crime...) o foco para a ação moralizadora e civilizadora a ser empreendida” (RIZZINI, 2011, p. 151). Essa ideia vai ao encontro do que propôs Ariès (1981) e Costa (1999), ao discorrerem acerca do sentimento e do preconceito de classe, uma vez que o foco da intervenção do Estado não recaía sobre todos os estratos sociais, mas sim, sobre as camadas populares (por serem consideradas perigosas à ordem social), o que favoreceu para que se instituísse um país de intensas desigualdades sociais.

Neste sentido, não é em vão que a criança foi tomada como centro deste empreendimento – de educar e moralizar a sociedade – uma vez que, por trás do interesse em disciplinar as crianças pobres escondia-se um interesse ainda maior, ou seja, de disciplinar os adultos pobres à ordem médica. Assim, a criança se constituiu num importante instrumento de intervenção do Estado sobre a família, como é o caso das instâncias de caráter jurídico-assistencial (COSTA, 1999; RIZZINI, 2011). A consequência disto foi uma dicotomização da infância, ou seja, de um lado estava a criança proveniente dos estratos mais abastados da população, a qual deveria ser criada e educada segundo os hábitos e costumes de sua família de origem e sem a intervenção de estruturas externas à mesma. Do outro lado, estava a criança pobre, a qual era destituída de sua família, devendo ser mantida “sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais” (RIZZINI, 2011, p. 29).

Transpondo este entendimento acerca da família e da criança para os dias atuais, Kehl (2003) refere que paira sob a sociedade contemporânea um discurso de que a família encontra-se em crise e que esta é responsável pela “degradação” social que o país enfrenta atualmente. Tal degradação justifica-se perante a sociedade pelo fato de que, por estar em crise, a família estaria falhando, ou seja, não possuiria mais as condições necessárias para desempenhar suas funções essenciais. Estas funções seriam a criação dos filhos, de modo a

torná-los “bons cidadãos”, a partir da transmissão de valores éticos e morais.

Entretanto, a autora argumenta que a crise atual vivenciada no país não pode ser pensada como responsabilidade apenas da família, mas se relaciona também à degradação dos espaços públicos que vem ocorrendo gradativamente no Brasil. Além disso, Kehl (2003) sabiamente aponta que não é a família que está em crise, mas o modelo de família ideal que a sociedade contemporânea acalenta, ou seja, o modelo burguês oitocentista:

Estamos em dívida com o modelo de família burguesa oitocentista, que as condições da sociedade contemporânea não permitem mais que se sustente a não ser às custas de grandes renúncias e, provavelmente, grande infelicidade para todos os seus membros. Como costuma acontecer a todos os endividados, nós idealizamos a fortuna de nossos credores. Tendemos a nos esquecer que família era aquela, e a que custo – psíquico, sexual, emocional – ela se manteve, durante um curto período de menos de dois séculos, como célula mãe da sociedade (KEHL, 2003, p. 166).

Neste sentido, Souza e Ramires (2006) apontam que a família conjugal (nuclear) já não era tão comum em meados do século XIX, pois era frequente, à época, certa variedade de configurações familiares. Entretanto, a família nuclear, resultante dos costumes burgueses, passou a ser um modelo ideal e normativo para a sociedade, com o qual os demais núcleos familiares seriam comparados e, portanto, estigmatizados, uma vez que não se assemelhavam a este. Segundo os autores, a família moderna – nuclear ou conjugal – mantém a condição de submissão feminina, perpetuada até então, mas com o acréscimo de que, a divisão de papéis através dos estereótipos de gênero – o homem como provedor e a mulher como responsável pelo cuidado da casa e dos filhos – se tornou um parâmetro para avaliar, como saudáveis, as relações familiares e o desenvolvimento infantil.

Por outro lado, com relação à idealização criada sobre a família nuclear, Peres (2001) destaca a influência da mídia, através dos meios de comunicação de massa, para a manutenção desse ideal na sociedade. Todavia, não é difícil entender o porquê desta influência, uma vez que se analisarmos episódios de novelas, filmes e, até mesmo, comerciais de produtos alimentícios, na maioria das vezes, os personagens principais compõem uma “linda família nuclear”, sendo esta associada, então, a um estereótipo de felicidade.

Entretanto, o modelo de família nuclear burguesa, que serviu à sociedade da época, não é possível ser mantido, na atualidade, devido às intensas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que se fizeram presentes. É por isso que Souza e Ramires (2006) afirmam que este modelo se manteve vigente até meados de 1960, momento em que a família passou a ser descrita como pós-moderna, fruto de mudanças sociais, tais como: inserção da mulher no mercado de trabalho, perda do poder aquisitivo pelas famílias, diminuição do poder do homem como patriarca, expansão dos meios de comunicação, fazendo com que a família

perdesse o lugar de única fonte de transmissão de conhecimento e informação aos seus membros, e a democratização das técnicas contraceptivas, possibilitando à mulher diversificar suas experiências sexuais, sem que as mesmas estivessem associadas, apenas, à procriação.

Neste sentido, assim como Kehl (2003) afirma que não é a família que está em crise, mas sim o modelo ideal de família, outros autores ressaltam que, apesar das intensas mudanças vivenciadas pela família, na contemporaneidade, e o surgimento de outras configurações familiares, estas não devem ser entendidas como o esfacelamento da família e, sim, como a transformação desta, numa tentativa de se adaptar às exigências da sociedade atual, bem como das condições econômicas vigentes (SOUZA; RAMIRES, 2006; CORSO; CORSO, 2011).

Então, essas diversas configurações familiares, resultantes das mudanças sociais, econômicas e culturais do país, compõem o que se entende por família pós-moderna, ou seja, aquela família em que os papéis, tanto de gênero quanto os que envolvem a relação pais-filhos, não são mais rígidos e cristalizados. Nesse sentido, quanto à relação de gênero, se torna possível a divisão de trabalho (tanto no sentido do emprego formal, quanto no que se refere aos afazeres domésticos) e o compartilhamento das funções parentais no cuidado e educação dos filhos. No que diz respeito às relações pais-filhos, pode-se perceber maior abertura para o diálogo, sendo possível, aos filhos, maior participação na vida familiar (SOUZA; RAMIRES, 2006).

A partir destas mudanças, a família vai adquirindo maior liberdade em suas escolhas, e constituindo novas formas de “viver em família”, ou seja, novos arranjos e configurações familiares, de acordo com o desejo dos adultos, em momentos específicos de suas vidas (KEHL, 2003; CORSO; CORSO, 2011), como é possível identificar no seguinte fragmento:

os laços conjugais já não escondem mais a base erótica – portanto, instável – de sua sustentação. Os filhos deixaram de ser a finalidade, ou a consequência inevitável, dos encontros eróticos. As separações e as novas uniões efetuadas ao longo da vida dos adultos foram formando, aos poucos, um novo tipo de família que vou chamar de *família tentacular* (KEHL, 2003, p. 169).

Desta forma, para a autora, a família tentacular é o arranjo familiar mais presente na sociedade contemporânea, caracterizada pela convivência íntima de diversas pessoas, adultos, crianças e adolescentes, sendo estes últimos provenientes de outras famílias de origem. Assim, “Cada uma dessas árvores hiper-ramificadas guarda o traçado das moções de desejo dos adultos ao longo das várias fases de suas vidas” (KEHL, 2003, p. 169). Todavia, essa liberdade de escolhas têm gerado problemas para as famílias contemporâneas, não pelo fato de se formarem novas configurações familiares, mas porque, mesmo com essa liberdade de

escolhas e de novas possibilidades, o ideal de família nuclear ainda paira sobre a sociedade. E, a consequência disto é que, os adultos que assumem o lugar de figuras de autoridade e de responsáveis pelas crianças, não se sentem autorizados a ocupar tal lugar, nas famílias pós-modernas (KEHL, 2003).

Outros autores concordam com Kehl (2003) ao afirmar que a família vem se transformando, sendo que, a principal característica da família contemporânea é o fato da mesma ser democrática em suas relações. Isso significa que, juntamente à reorganização dos papéis de gênero houve, também, uma mudança no lugar do pai na família e, com isso, relações mais horizontais entre seus membros. Assim, cada um dos membros é livre para fazer suas escolhas de acordo com o seu desejo, uma vez que o laço conjugal não é mais um “negócio” (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003; CORSO; CORSO, 2011). Todavia, desta democracia e do direito de escolha, comum a todos, resultou uma pluralidade de relações e configurações familiares. Estas, por sua vez, são pautadas pela intimidade e pela possibilidade de diálogo franco e aberto, ou seja, por relações mais democráticas. Portanto, podem ser consideradas relações mais complexas, pois possuem caráter fluido, na medida em que estão em constante construção e reconstrução (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Portanto, com relação ao modelo ideal de família – o modelo nuclear, burguês – embora ainda muito presente no imaginário social, há consenso entre os autores de que, na prática, este já não é mais vigente, nem viável, na sociedade contemporânea (KEHL, 2003; PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003; SOUZA; RAMIRES, 2006; CORSO; CORSO, 2011). Além disso, é possível compreender, também, que tal modelo não pode ser generalizado a todos os tempos e lugares, nem a todas as camadas da população, como é o caso das famílias pobres, em que há variedade de configurações familiares devido a diversos fatores, tais como, os de ordem socioeconômica, cultural e histórica, entre outros. Neste sentido, é comum, nas famílias pobres, a existência de configurações caracterizadas como aglomerados familiares, os quais são formados por membros de suas famílias extensas, parentes, bem como a relação íntima com vizinhos e conhecidos, constituindo uma complexa relação entre o público e o privado. Isso pode ocorrer devido à necessidade de apoio social que as mesmas apresentam e à carência deste por parte da sociedade política, sendo o aglomerado familiar uma estratégia de sobrevivência a tais famílias (MINUCHIN; FISHMAN, 1990; PERES, 2001; MELLO, 1992).

Por fim, é importante ressaltar, também, que a família nuclear não é a única forma viável de cuidado das novas gerações (SOUZA; RAMIRES, 2006), sendo que, se do contrário o pensarmos, estaremos contribuindo para a manutenção do ideal de família, baseado no



modelo burguês, e esquecendo-nos, como bem pontuou Kehl (2003), que o mesmo também tinha seus contrapontos. Ademais, sob o modelo burguês de família reside um paradoxo, uma vez que o mesmo é tido como uma imposição, pelo modo como é idealizado pela sociedade. Porém, este já não pode mais ser controlado e/ou garantido que se perpetue, pelo fato de que as pessoas são livres para escolher como, com quem e de que forma querem viver na família e na sociedade atual. Assim, em contrapartida, a liberdade das famílias passa a ser “regulada pelo saber médico-psicológico, prescrevendo as normas do comportamento de todos os membros da família” (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003, p. 63).

Acerca da influência dos saberes científico-especializados sobre as famílias, Ponciano e Féres-Carneiro (2003) estabelecem um contraponto significativo entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna. Segundo tais autoras, a sociedade tradicional estava organizada de modo que os domínios, público e privado, não possuíam uma distinção tão clara. Desta forma, era comum que as relações familiares estivessem permeadas por influências da família extensa, de vizinhos e da comunidade local. Assim, público e privado alinhavam-se numa única rede de apoio, sendo que não se faziam necessários poderes externos à família e à comunidade para ditar regras de convivência e comportamento, uma vez que havia clareza quanto aos papéis sociais que cada um deveria desempenhar. Predominava nestas sociedades, portanto, o poder da figura paterna, sendo que todos os membros da família deviam respeito e obediência ao mesmo. O pai, neste sentido, era quem protegia, vigiava e corrigia sua prole, de modo que, nos séculos XVI e XVII, segundo as autoras, não era o sentimento amoroso que predominava nas relações familiares, mas sim, “sentimentos dolorosos” e “maus” vinculados à submissão dos membros à figura do patriarca.

Todavia, enquanto na sociedade tradicional a intervenção de profissionais especialistas sobre as famílias não se fazia necessária, uma vez que havia uma ordem social estabelecida, que orientava o modo de viver das pessoas, o mesmo não ocorre com a sociedade moderna. Essa diferença, talvez, se dá pelo fato proposto por Kehl (2003), de que os adultos têm encontrado dificuldades em assumir seu lugar de autoridade perante as crianças e à sociedade. Outra consideração com relação a este aspecto diz respeito ao fato de que, assim como houve um enfraquecimento do modelo ideal de família, também o foi, a imagem do pai sábio, modelo de conduta. Assim, a família contemporânea é entendida como o extremo oposto da família tradicional, ou seja, com “pais medíocres, tolos, infantilizados e de valores morais duvidosos” (CORSO; CORSO, 2011, p. 95), o que faz com que se abra espaço para a incessante demanda social por intervenções de saberes científico-especializados sobre as famílias. Portanto, o que difere a sociedade moderna da tradicional é que a primeira se

mantém sob a influência de diversos especialistas. Estes, por sua vez, são das mais variadas áreas do saber e todos empoderados por seu conhecimento científico, que permite-lhes “ditar as regras do comportamento” (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003, p. 76) às pessoas e às famílias.

Todavia, transpondo este entendimento – acerca da entrada do Estado e dos Especialistas sobre as famílias – Roudinesco (2003) refere que o surgimento em massa, de especialistas, sobretudo os profissionais das áreas de ciências sociais e humanas, é algo mais recente em nossa sociedade, advindo, principalmente, de um discurso dominante sobre a família, que se estabeleceu no final dos anos 1960, o qual entendia que a família estaria em crise. Isso porque,

com o aumento do número de divórcios, a alta da procriação fora do casamento e a baixa fecundidade, os pesquisadores de todas as disciplinas foram convocados à cabeceira da família que se julgava em perigo. Ao mesmo tempo, viram-se no dever de intensificar todas as formas de vigilância e de observação da vida privada (ROUDINESCO, 2003, p. 156).

Assim, o olhar do especialista passou a controlar a vida cotidiana das famílias, impondo às mesmas, regras de convivência, tanto no sentido de como deve ser vivida a sexualidade do casal, quanto na forma de como os pais devem educar seus filhos (ROUDINESCO, 2003). Neste sentido, as famílias acabam desprotegidas e desautorizadas pelo saber dos especialistas, uma vez que, para estes, há sempre algo a mais que a família deveria oferecer a si mesma e aos filhos e que não o faz; ou seja, há uma enorme gama de exigências ligadas aos papéis parentais e estes, por sua vez, independente do quanto se esforcem por realizá-las, são vistos como faltosos e insuficientes (COSTA, 1999, CORSO; CORSO, 2011). Portanto, a vida privada das famílias já não é mais responsabilidade sua, apenas, uma vez que a sociedade contemporânea tem criado espaço para o Estado – inclusive através da ação dos especialistas – intervir diretamente sobre elas.

Desta forma, o mal-estar da família é utilizado como disparador das intervenções do Estado/especialistas sobre as mesmas, com o objetivo de reinseri-las no circuito social. Isso porque, na visão destes profissionais, a fragilidade e/ou vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias é entendida como prova de que estes não estão devidamente de acordo com as normas da saúde, ou seja, com aquilo que é esperado e entendido como bom e saudável socialmente. Todavia, este *fazer* do Estado/especialistas sobre as famílias traz implícita uma importante questão ética, qual seja: o objetivo de tais intervenções não reside no fato de que, através das mesmas, vise-se adaptar as famílias aos valores político-ideológicos dominantes, mas sim, em adaptá-las a “uma norma física, psíquica e sexual típica e exclusiva do universo

burguês” (COSTA, 1999, p. 16). Neste sentido vemo-nos, novamente, reféns de um ideal de vida/família, concebido por uma minoria e, o qual dita muitas das regras da atual sociedade, principalmente no que se refere à população pobre.

### **Funções da Família e Papéis Parentais**

A família é entendida como um sistema aberto e em constante transformação, tendo em vista que o mesmo realiza inúmeras e frequentes trocas de informações com o meio externo (extrafamiliar), se adaptando ao contexto histórico e social que vivencia e às diversas exigências dos estágios de desenvolvimento de seu ciclo vital (MINUCHIN, 1982). Portanto, compreender a família como um sistema, implica considerar três importantes aspectos:

Primeiro, a estrutura da família é a de um sistema sócio-cultural aberto em transformação. Segundo, a família passa por um desenvolvimento, atravessando certo número de estádios, que requerem reestruturação. Terceiro, a família se adapta a circunstâncias modificadas, de maneira a manter a continuidade e a intensificar o crescimento psicossocial de cada membro (MINUCHIN, 1982, p. 56-57).

Nesse sentido, de acordo com Osório (2002), as funções da família seriam basicamente três: 1) função biológica; 2) função psicológica e 3) função social. A primeira, ao contrário do que se pensa, não se refere à questão reprodutiva, ou seja, de perpetuação da espécie, mas sim, de assegurar a sobrevivência aos membros recém-nascidos através de cuidados com a alimentação, higiene e condições ambientais adequadas (calor, luminosidade etc.), independentemente de quem ministra tais cuidados (pais biológicos, demais cuidadores, família extensa etc.). A segunda função – função psicológica – ramifica-se em três variáveis sendo elas: 1) prover o alimento psíquico, ou seja, a afetividade e a segurança emocional, não apenas aos recém-nascidos, mas a todos os membros da família, nos diversos momentos do seu desenvolvimento; 2) servir de continente, ou seja, receber e conter as ansiedades existenciais de seus membros ao longo de seu ciclo de vida individual e 3) proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento do processo cognitivo do sujeito, bem como da aprendizagem, além de favorecer a troca de informações deste para com o meio e vice-versa. Por fim, a terceira função da família – a função social – refere-se à transmissão cultural, por parte dos adultos às crianças, e a preparação destas para a vida em sociedade, através da compreensão de regras e limites sociais, o que possibilitará a construção de sua própria cidadania (OSÓRIO, 2002).

Contribuem com esta discussão, Moreira (2013) e Souza e Ramires (2006), que consideram, dentre as funções universais da família, a capacidade da mesma em constituir-se como uma estrutura de cuidado aos seus membros. Cuidado entendido para além da questão

de proteger de perigos físicos e garantir a sobrevivência através da alimentação, mas sim, no sentido de ser capaz de socializar seus membros, permitindo o desenvolvimento das crianças de forma gregária e a mediação entre estas e a sociedade. Moreira (2013) ainda complementa essa ideia ao estabelecer cinco funções essenciais da família: 1) a proteção dos membros, em especial às crianças, adolescentes e idosos; 2) a divisão do trabalho e a divisão interna de papéis, referente aos acordos e regras negociados entre os adultos; 3) a aprendizagem dos papéis de gênero e de pais e filhos, numa perspectiva geracional e sistêmica – entre o sistema conjugal e o sistema parental; 4) a vivência da sexualidade e da afetividade, sendo a proibição ao incesto um marco importante para o desenvolvimento e manutenção do sistema familiar e 5) as relações entre parentes, que envolvem diferentes relações e graus de hierarquia. Por fim, torna-se importante ressaltar que, tanto Moreira (2013) quanto Bueno, Bossardi e Vieira (2015), compreendem ser uma responsabilidade específica da família (e dos pais) o cuidado e a educação dos filhos, independente da forma como essa família se organiza, em termos de configuração familiar, e do contexto social em que está inserida.

Neste sentido, um aspecto constantemente mal compreendido, mas muito difundido no senso comum, refere-se à noção de “família desestruturada” utilizada, especialmente, para caracterizar as famílias que apresentam uma configuração diversa àquela nuclear. A este respeito, primeiramente cabe esclarecer a distinção entre os conceitos de configuração e de estrutura familiar. Segundo Wagner, Tronco e Armani (2011), o primeiro conceito – configuração familiar – refere-se ao arranjo familiar, ou seja, quem faz parte da família, seus membros, podendo assim, ter diversas configurações: monoparentais, recasadas, homoafetivas etc. O segundo conceito – estrutura familiar –, por sua vez, refere-se ao padrão de funcionamento e à interação entre os membros, ou seja, os papéis que cada um desempenha na família. Assim, como defendido por Minuchin (1982), não é a configuração familiar em si, mas a forma como se estabelece a estrutura familiar, a divisão de papéis, de poder, as fronteiras familiares <sup>2</sup> no sistema, que poderão constituir indicativos sobre a saúde/funcionalidade familiar. Desta forma, os papéis parentais tanto podem ser desempenhados pelos pais ou por outra pessoa da família como, um avô ou avó, tio ou tia, um irmão ou irmã mais velho(a), etc., sem que, em si, isto se constitua em um sinal de dificuldade familiar.

Outro aspecto importante com relação às funções da família refere-se ao fato de que as

---

<sup>2</sup> O conceito de fronteiras refere-se às regras que definem a forma de funcionamento do sistema familiar, envolvendo diferentes níveis de hierarquia entre os membros (MINUCHIN, 1982; GOLDBETER-MERINFELD, 1998; WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

mesmas irão variar e sofrer alterações de acordo com a fase do desenvolvimento de seus membros, ou seja, “em famílias com filhos pequenos, o papel do pai será muito mais voltado para os cuidados básicos de que a criança necessita, bem como para a educação da mesma” (BUENO; BOSSARDI; VIEIRA, 2015, p. 119). Todavia, esta noção de que as funções familiares não são estáticas e cristalizadas é compartilhada, também, por outros autores, como é o caso de Carter e McGoldrick (1995), que descrevem as tarefas e funções básicas da família em cada um dos seus estágios do ciclo de vida.

Desta forma, merecem destaque, para este estudo, a fase de Família com filhos pequenos. Neste caso, a tarefa principal desta fase consiste em aceitar novos membros no sistema sendo que, para isso, algumas mudanças são necessárias, como: a) ajustar o sistema conjugal para criar espaço para os filhos; b) unir-se nas tarefas de educação dos filhos, bem como nas tarefas financeiras e domésticas; c) realinhar os relacionamentos com a família extensa para incluir os papéis de pais e avós (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Portanto, apesar da família constituir-se num sistema, o que nos remete à ideia de totalidade, esta apresenta, também, outros núcleos importantes, chamados de subsistemas. Estes se formam a partir de agrupamentos específicos dentro do sistema maior, que é a família, sendo que seus membros podem participar de diferentes subsistemas simultaneamente, sendo agrupados através de características como geração, idade, sexo, interesse e responsabilidades, entre outros. Desta forma, os subsistemas que compõem a família implicam em diferentes níveis de hierarquia e autoridade e, conseqüentemente, em diferentes aprendizados aos seus membros, uma vez que envolvem diferentes relacionamentos (MINUCHIN, 1982; GOLDBETER-MERINFELD, 1998).

Como exemplo de subsistemas podem-se citar os subsistemas conjugal, parental e fraternal. O primeiro – *subsistema conjugal* – é formado a partir da união de dois adultos na composição do novo casal e envolve tarefas que exigem complementaridade e acomodação mútua, em relação a si próprio como uma dupla e não apenas como um indivíduo isolado, bem como em relação a si como um casal, diferenciando-se das famílias de origem. O segundo – *subsistema parental* – o qual será o foco deste estudo, instaura-se com a chegada do primeiro filho no sistema, momento em que os adultos passam a assumir novas funções, acrescidas das funções pertinentes à conjugalidade, quando esta houver. Por fim, o terceiro – *subsistema fraternal* – decorre da relação entre os irmãos, sendo um laboratório social, no qual são experimentadas as relações entre iguais e as ações de negociação, competição e cooperação (MINUCHIN, 1982).

Os papéis familiares, por sua vez, relacionam-se com a estrutura familiar e com os

subsistemas, visto que se originam das funções ou das atribuições que a família estabelece a cada um dos membros em um dado momento do ciclo de vida familiar e derivam de características pessoais dos membros, tais como: sexo, idade, etc. Neste sentido, os papéis familiares referem-se à forma como cada membro desempenha as funções que lhe competem no momento como, por exemplo, papel de pai, de mãe, de irmãos, de avós, de tios, entre outros (RÍOS-GONZÁLEZ, 2003).

De acordo com Minuchin (1982, p. 59), “Cada subsistema familiar tem funções específicas e faz exigências específicas de seus membros”, de acordo com os papéis que cada um desempenha. Todavia, torna-se necessário ressaltar que as construções teóricas produzidas com relação aos papéis familiares, deram-se em um momento histórico e cultural em que predominava o modelo de família nuclear. Desta forma, atualmente, tais conceitos devem ser flexibilizados, tendo em vista a diversidade de arranjos familiares existentes.

Minuchin (1982) ressalta que um nível de funcionamento mais complexo é atingido pela família com o nascimento do primeiro filho, visto que o casal precisa abrir espaço para que o novo membro possa vir a integrar o sistema. Desta forma, além do subsistema conjugal (nos casos em que há um), passa a existir o subsistema parental, em que os adultos assumem novas funções – criação e socialização dos filhos – devendo manter o apoio mútuo que constituía o subsistema conjugal, anteriormente estabelecido. Todavia, para que estes dois subsistemas coexistam de forma funcional, torna-se necessário estabelecer fronteiras nítidas entre ambos, para que a criança possa se relacionar e ter acesso aos pais, porém, ficando restrita às questões conjugais, as quais deverão ser tratadas pelo casal.

Neste sentido, o autor aponta que o exercício da parentalidade requer tanto ações de estimulação quanto ações que envolvem controle e restrição, sendo que estas variam de acordo com o grau de desenvolvimento da criança e da capacidade dos pais. Desta forma, é possível compreender que o uso da autoridade deve se fazer presente no subsistema parental, para que haja um bom funcionamento do sistema, bem como para que os pais consigam exercer satisfatoriamente suas funções parentais. Além disso, são os diferentes níveis de autoridade no sistema que diferem adultos de crianças e pais de filhos, constituindo-se num “laboratório de treinamento social para as crianças, que necessitam saber como negociar em situações de poder desigual” (MINUCHIN, 1982, p. 63).

Minuchin e Fishman (1990) esclarecem que as principais funções relacionadas aos papéis parentais referem-se à educação e à socialização das crianças. Todavia, os pais somente serão capazes de exercer tais funções na medida em que se sintam empoderados para tal, ou seja, os pais precisam estar diferenciados hierarquicamente dos filhos. Por isso afirma-se que

as relações de poder estão implícitas no subsistema parental (MINUCHIN, 1982).

É através das diferenças hierárquicas de poder que a criança inicia seu processo de socialização junto à família, aprendendo a lidar com opiniões diferentes, bem como desenvolvendo seu estilo próprio de comunicação perante o sistema. Além disso, é nesta relação que a criança modela o seu senso de adequação, de acordo com as respostas dos pais, entendendo quais dos seus comportamentos serão recompensados e quais serão desencorajados pelos mesmos e o porquê disto. Desta forma, a criança aprende a forma como a família lida com os conflitos e os métodos de negociação das quais se utiliza (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Consoante a tal, Usandivaras (1996) com base em Compernelle (1982) agrupa as funções parentais em dois grupos ou categorias, quais sejam: as *Funções Nutritivas* e as *Funções Normativas*. O primeiro grupo inclui funções mais estáveis e objetivas, que podem ser desempenhadas tanto pelo pai quanto pela mãe, independentemente, uma vez que envolvem atitudes como: abrigo, alimentação, cuidado e afeto/carinho, ou seja, questões relacionadas à sobrevivência da criança. Já o segundo grupo envolve funções implícitas e menos objetivas, que requerem a atuação conjunta de ambos os genitores, ou seja, o exercício da coparentalidade, uma vez que necessitam do estabelecimento de regras e acordos mínimos entre os adultos para, assim, proporcionar a adaptação da criança ao mundo e à vida em sociedade. Portanto, este segundo grupo, implica aspectos mais abstratos, como o desenvolvimento da consciência ética e da moral.

Por outro lado, Solis-Ponton (2004) apresenta um olhar subjetivo acerca dos papéis parentais e afirma que existem cinco funções parentais, que são desempenhadas pelos pais, de maneira particular, segundo a sociedade em que vivem e segundo seus estilos próprios, sendo elas: 1) Função de Apaziguamento, 2) Função Asseguradora, 3) Função Estimuladora, 4) Função Socializadora e 5) Função de Transmissão de Valores. A *função de apaziguamento* refere-se à capacidade dos pais em satisfazer as necessidades biológicas da criança (alimentação, temperatura, contato, calma, higiene etc.). A *função asseguradora*, por sua vez, trata-se do contato corpo a corpo dos pais com a criança, ou seja, a forma como o pegam no colo, como falam, acariciam e brincam com a criança, de modo que a função asseguradora vai sendo percebida pouco a pouco pela criança, o que lhe permite antecipar-se às situações de acordo com as percepções que vai tendo a partir da mesma. A *função estimuladora*, como o próprio nome já diz, envolve ações e atitudes dos pais para com a criança, no sentido de estimular sua maturação neurológica e envolvem ações tanto em contato com o corpo do bebê (toques, carícias, movimentos), quanto a sua distância (gestos, falas, expressões faciais). Por

outro lado, a *função socializadora* tem como objetivo preparar a criança para a vida em sociedade e, portanto, envolve o aprendizado progressivo de regras e limites. Por fim, a *função de transmissão de valores* refere-se ao conhecimento que é transmitido de uma geração para outra, dentro do seio familiar, sobre o sistema cultural, representações do funcionamento da realidade, representações dos pais, modelos de interação familiar e expectativas sociais quanto aos indivíduos e às famílias. Ou seja, a noção de certo e errado/aceitável e não aceitável/esperado e não esperado aos sujeitos em determinado período e contexto.

Especificamente com relação aos papéis parentais, Bossardi e Vieira (2015) apontam que os papéis paterno e materno estiveram, tradicionalmente, relacionados aos papéis de gênero, sendo que ao homem cabia, principalmente, a função de prover o sustento financeiro da família e, à mulher, cabia o cuidado com a casa e com os filhos. Entretanto, atualmente, esses papéis não estão mais divididos de forma rígida e estável, sendo possível, tanto ao homem quanto à mulher ou, tanto ao pai quanto à mãe, auxiliarem-se mutuamente. Então, a essa flexibilidade dos adultos em compartilhar tarefas domésticas e de cuidados para com os filhos, os autores denominam de coparentalidade, ou seja, “a capacidade de organização dos cônjuges de modo a proverem conjuntamente os cuidados às crianças, desempenhando papéis complementares muitas vezes” (BOSSARDI; VIEIRA, 2015, p. 28).

Portanto, com relação aos papéis materno e paterno, entende-se que os mesmos vieram sofrendo alterações ao longo do tempo, principalmente no que se refere aos aspectos culturais e às relações de gênero. Assim, atualmente, é comum tanto homens quanto mulheres – pais e mães – compartilharem os papéis parentais entre si e auxiliarem-se quanto à criação e educação dos filhos, numa perspectiva de coparentalidade. Entretanto, especificadamente em relação ao papel paterno, Bueno, Bossardi e Vieira (2015) defendem que o mesmo pode se realizar tanto de forma direta, através de ações voltadas diretamente à criança como, brincar com a mesma, cuidá-la etc., quanto indiretamente, como ser fonte de suporte emocional à mãe, auxílio financeiro, dentre outros.

Por outro lado, além das responsabilidades que os adultos possuem em relação aos filhos, estes também têm direitos em relação ao subsistema parental, embora este aspecto seja pouco evidenciado pela cultura ocidental, voltada para a criança e com ênfase nos deveres dos pais. Os direitos dos pais envolvem ações como: 1) tomar decisões em relação a situações e/ou mudanças que influenciarão diretamente na rotina familiar (mudança de residência, de escola, de trabalho etc.); 2) determinar regras que garantam a proteção dos membros individualmente, assim como do sistema como um todo; 3) determinar papéis às crianças, ou



seja, qual o lugar que devem ou não ocupar na estrutura familiar, entre outros (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Entretanto, como já ressaltado por estes autores, os direitos da família recebem pouca importância em nossa sociedade em detrimento da ênfase atribuída aos deveres dos adultos e aos direitos das crianças. Todavia, considerando os conhecimentos da Teoria Familiar Sistêmica, bem como o que é proposto por Zamberlan (2008) acerca dos modelos de intervenção sobre a família e a criança, entende-se que esta é uma visão fragmentada acerca do contexto familiar, uma vez que crianças e adultos, isoladamente, não constituem a totalidade do sistema. Assim, ações voltadas apenas para um destes públicos não serão efetivas sobre o sistema familiar, mas sobre uma parte do mesmo.

### **Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social**

O surgimento dos termos “risco” e “vulnerabilidade social” é recente no Brasil e na América Latina, sendo que o uso destes passou a ocorrer com maior frequência no final do século XX (NASCIMENTO, 2012; FONSECA; SENA; SANTOS; DIAS; COSTA, 2013). Especificamente em relação ao termo vulnerabilidade social, o mesmo foi criado com o objetivo de incorporar e, também, superar a noção de pobreza como determinante dos problemas sociais. Desta forma, a noção de vulnerabilidade social envolve uma série de variáveis relacionadas ao acesso e à garantia de direitos, as quais compreendem o aspecto familiar, como: a fragilização de vínculos, a presença de violência doméstica, problemas de alcoolismo, entre outros. Além disso, fatores relacionados ao local de moradia, tais como: precariedade de acesso a instituições e serviços públicos, falta de espaços para lazer, fragilização nas relações de vizinhança, proximidade a pontos de tráfico de drogas, exposição a trabalho infantil, prostituição, entre outros (HILLESCHHEIM; CRUZ, 2008; FONSECA; SENA; SANTOS; DIAS; COSTA, 2013).

Em relação à infância, particularmente, alguns autores acreditam que o termo – vulnerabilidade – relaciona-se à noção de fragilidade e dependência, uma vez que, por ter sua sobrevivência assegurada através da ação de adultos, a criança torna-se submissa e, portanto, vulnerável ao ambiente físico e social ao qual está inserida (FONSECA; SENA; SANTOS; DIAS; COSTA, 2013). Por outro lado, a história do país contradiz essa concepção, uma vez que, com o surgimento do movimento higienista, no período de transição de regime político, as crianças não eram vistas como seres que, universalmente, faziam parte da mesma fase de desenvolvimento, denominada infância, de modo que passou-se a diferenciar dois tipos de

infância. De um lado estava a infância vivida nos estratos sociais de classe média alta, em que a criança era vista como um sujeito de direitos e merecedora de crescer junto ao seio familiar. Por outro lado, estava a infância dos estratos empobrecidos da população, a qual era percebida como potencialmente perigosa, ou seja, uma ameaça à ordem social. E, para uma nação que precisava adquirir *status* perante as potências econômicas mundiais, tal situação representava uma vergonha e, até mesmo, uma afronta à imagem do país. Desta forma, esta criança, representativa deste segundo tipo de infância, deveria ser instruída junto às instituições do Estado e longe de sua família, numa tentativa de transformá-la em um “bom cidadão” para a pátria (HILLESHEIM; CRUZ, 2008; RIZZINI, 2011).

No que se refere ao conceito de “risco”, as famílias as quais esse termo se aplica são aquelas em que os seus membros apresentam baixo nível de escolaridade, escassez de recursos econômicos e culturais, bem como problemas ou dificuldades de comunicação e socialização por parte dos adultos para com as crianças, o que as trona vulneráveis à violência e à fragilização de vínculos (MOREIRA, 2013). Já em relação aos indicadores de risco para o desenvolvimento infantil, estes podem ser: 1) baixo nível de interação por parte dos cuidadores com a criança; 2) excessivas práticas punitivas e restritivas como forma de controle à criança; 3) condições de sobrevivência (alimentação, habitação, higiene e sono) precárias e 4) ausência de adulto cuidador ou significativa discrepância etária entre o adulto cuidador e a criança, de modo a dificultar o desenvolvimento infantil em termos de interação e estimulação (ZAMBERLAN; ALVES, 2008).

Rosemberg (1994) faz uma retomada histórica acerca deste termo – risco – e explica que houve uma transposição deste, a partir da área da psiquiatria para os contextos sociais, sem que houvesse uma adequada adaptação do mesmo à nova realidade. Assim, da mesma forma como na psiquiatria, em que o termo representa a suscetibilidade do indivíduo a certos danos, como é o caso de doença mental, também ocorre quando este é aplicado no contexto social, indicando a probabilidade de determinado indivíduo ou família vir a apresentar certa problemática. Portanto, a partir deste entendimento, o termo risco implica uma relação intrínseca com o tempo, uma vez que o risco atual – presente – constitui-se no perigo futuro, sendo este último a concretização do primeiro. Para tanto, há que se estabelecer formas de mudar o presente – sendo que as práticas preventivas e de controle do Estado são exemplos disto – para evitar problemas futuros, numa lógica linear de causa-efeito, a qual culpabiliza o indivíduo por sua situação (HILLESHEIM; CRUZ, 2008).

Entretanto, este entendimento é criticado por Hillesheim e Cruz (2008), por considerarem tal entendimento uma forma reducionista de compreender os problemas sociais.

Isso porque, ao propor a possibilidade de gerenciamento de riscos – estratégia de governo fortemente utilizada durante o período de mudança de regime político – utilizam-se, também, práticas de *biopoder*, ou seja, de controle sobre o corpo social, de modo a perpetuar ações de normatização da população, baseadas em parâmetros de normal e patológico. Estas autoras ainda destacam que o termo risco não é utilizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação que prevê a proteção integral desta população. Por outro lado, o ECA faz referência à nomenclatura “medida protetiva” para designar as ações que deverão ser aplicadas quando há ameaça e/ou violação dos direitos da criança e do adolescente sendo que, neste caso, a ameaça de violação é considerada um risco (HILLESHEIM; CRUZ, 2008).

Consoante a tal, Nascimento (2012) discorre acerca dos mecanismos históricos de proteção à infância e à adolescência, no Brasil, ao citar os antigos Códigos de Menores e sua substituição pelo ECA. De acordo com a autora, na antiga legislação dos Códigos de Menores a pobreza justificava a intervenção do Estado sobre as famílias e a destituição do poder familiar, sendo que tal público passava a ser objeto de posse do Estado. Com a vigoração do ECA, a pobreza deixa de ser argumento legal para a destituição do poder familiar, passando e existir novas formas de controle do Estado sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social. O exemplo mais evidente disto seria a substituição da noção de pobreza pela noção de “negligência”, o que segundo a autora, seria uma nova nomenclatura criada para criminalizar as famílias no exercício de suas funções parentais.

Desta forma, a autora problematiza a construção e o uso do termo “negligência” relacionando-o a práticas de judicialização da vida e de controle do Estado sobre o corpo social. Isso porque, para a mesma, este conceito é produto de uma construção ideológica anterior ao próprio, ou seja, a noção de proteção. Esta, por sua vez, surgiu concomitantemente ao movimento higienista do século XIX, em que instituíram-se verdades acerca do cuidado à saúde e aos relacionamentos interpessoais, como é o caso dos relacionamentos pais-filhos e do exercício da parentalidade. Desta forma, estando instituídas as verdades acerca de como os indivíduos e as famílias deveriam ser e se portar no exercício de seus papéis, passou-se a visualizar e a controlar o que, de alguma forma, não correspondia aos padrões da norma estabelecida. Assim, em relação aos papéis parentais, esse desvio ou diferença passou-se a denominar como negligência (NASCIMENTO, 2012).

Neste sentido, a autora afirma que, através da noção de negligência, passa-se a realizar práticas de judicialização da vida e de controle sobre as famílias pobres, uma vez que estas são consideradas negligentes por não se adequarem aos padrões estabelecidos pela norma social. Portanto, segundo esta lógica, as crianças deverão ser retiradas de suas famílias e colo-

cadadas sob proteção do Estado, enquanto as famílias deverão ser punidas e responsabilizadas por seus atos, ou seja, por não exercerem a parentalidade de forma satisfatória ou, ainda, segundo os padrões higienistas. O que a autora questiona é o fato de que esta atitude, por parte do Estado para com as famílias – incluindo-se na categoria “Estado” os profissionais e as próprias políticas públicas – é realizada sem que se questione o significado que tal ação, desenvolvida pela própria família, representa para a mesma e para a sua manutenção. É por isso que, para a autora, o par proteção-negligência tomado como estratégia de governo e, portanto, como forma de controle sobre o corpo social, acaba por criminalizar a pobreza (NASCI-MENTO, 2012).

Com relação às peculiaridades presentes nas famílias em situação de vulnerabilidade social, Hines (1995) refere que o ciclo de vida familiar das mesmas difere do ciclo de vida de famílias de classe média tradicional, o qual é definido por Carter e McGoldrick (1995) como sendo composto pelos seguintes estágios: 1) O lançamento do jovem adulto solteiro; 2) A união de famílias no casamento: o novo casal; 3) Famílias com filhos pequenos; 4) Famílias com adolescentes; 5) Famílias no meio da vida: Lançando os filhos e seguindo em frente; 6) Famílias no estágio tardio da vida.

Desta forma, o Ciclo de Vida Familiar das famílias pobres é condensado em apenas três estágios, como forma de responder à realidade que vivenciam. Todavia, esse encurtamento do ciclo de vida familiar pode resultar em uma sobreposição de tarefas e papéis, sem um tempo adequado para que os membros possam fazer tal transição. Tais estágios são: 1) *Adolescência/Adulto Jovem Solteiro*, no qual as principais tarefas correspondem à diferenciação do eu, o estabelecimento do eu no trabalho e o desenvolvimento de relacionamentos íntimos com iguais; 2) *Família com Filhos Pequenos*, cujas tarefas da fase implicam em formar um sistema conjugal, assumir os papéis paternos e realinhar os relacionamentos com a família; e, por fim 3) *Família no Estágio Tardio da Vida*, cujas tarefas não diferem das quais correspondiam aos estágios anteriores, tendo em vista a enorme heterogeneidade familiar – sendo que, em um mesmo ambiente encontram-se crianças, adolescentes, adultos jovens e idosos – ocasionada pelos inter-relacionamentos estabelecidos como estratégia de enfrentamento aos contínuos estresses e tensões relacionados à sobrevivência nestes contextos (HINES, 1995).

Fulmer (1995) faz um comparativo entre a configuração e o ciclo de vida de famílias de baixa renda e famílias com formação profissional – as quais poderiam ser compreendidas como de classe média tradicional – no qual é possível identificar como principais diferenças: a) a gravidez precoce nas famílias de baixa renda (entre 12 e 17 anos) e tardia nas famílias com profissionalização (por volta de 31 e 35 anos); b) baixa escolaridade e nenhuma instrução

adicional ou profissionalizante nas famílias de baixa renda, enquanto nas famílias com profissionalização o período destinado aos estudos sem a combinação com o exercício profissional estende-se por mais tempo até, aproximadamente a conclusão do ensino superior; e c) a separação da família de origem ocorre posteriormente nas famílias de baixa renda (entre 22 e 25 anos), quando estas já possuem filhos e ingressarão em um novo relacionamento, porém, sem estabelecer papéis claros e relacionamentos distintos com a família de origem. Já nos casos de famílias com profissionalização, a saída dos filhos de casa ocorre antes (entre 18 e 21 anos), geralmente associada aos estudos, como o ingresso no ensino superior, por exemplo.

Nas famílias pobres é comum a complementariedade de papéis, tanto de gênero quanto parentais, de modo que os mesmos ainda seguem uma caracterização tradicional, ou seja, à mulher cabe o cuidado da casa e dos filhos, enquanto ao homem consiste as tarefas de provedor financeiro e de representante da autoridade familiar (MARION; FERREIRA; PEREIRA, 2015; SARTI, 2015). Outra característica consiste na forma de organização da famílias, através da configuração em rede, também denominada de aglomerado familiar, a qual, diferentemente do modelo normativo de família (modelo nuclear privatista), outros atores do contexto social – como é o caso de vizinhos, conhecidos e parentes – podem desempenhar papéis importantes para a manutenção da mesma, além de servirem de rede de apoio para o compartilhamento de tarefas e possibilitar a sobrevivência da família (MELLO, 1992; SARTI, 2015). Nesse sentido, trata-se de uma família ramificada, que envolve toda a rede de parentesco com a qual a mesma se relaciona e possui obrigações morais, o que pode enredar os membros de duas formas, pois, ao mesmo tempo em que dificulta sua individualização, é o que viabiliza a sua existência, sendo fonte de apoio e sustentação (SARTI, 2015).

Outra peculiaridade com relação às famílias pobres diz respeito ao fenômeno da circulação de crianças, fenômeno já estudado por Fonseca e retomado por Sarti (2015). Em famílias que encontram significativas adversidades as quais ameaçam sua manutenção, pode ocorrer da mãe entregar seus filhos para outra mulher criar – a qual faz parte de sua rede de parentesco –, no intuito de garantir o bem-estar deste, bem como, preservá-lo de conflitos e demais adversidades, sem que ambos percam o vínculo existente entre si. De acordo com a autora, esse fenômeno corresponde a uma estratégia temporária da família, baseada em um padrão cultural, que visa conciliar o valor atribuído à maternagem com a impossibilidade de exercê-la pelas mais variadas situações às quais tais famílias se deparam, dentre elas, a fragilização de vínculos familiares, conflitos conjugais, dificuldades financeiras etc. O fenômeno da circulação de crianças mantém e reforça a rede de obrigações, o que permite compreender o porquê

da família ser caracterizada a partir da rede de relações e não restringir-se aos membros que residem no mesmo domicílio (SARTI, 2015).

Considerando os aspectos acima salientados, é importante ressaltar que, quando o modelo de família nuclear é tomado como parâmetro para avaliar as demais famílias, são produzidas percepções distorcidas acerca destas, uma vez que famílias provenientes de contextos adversos – como é o caso das famílias que encontram-se em situação vulnerabilidade social – apresentam certas peculiaridades em seu funcionamento e configuração, o que é visto como déficit (MELLO, 1992). Por isso torna-se extremamente relevante que os profissionais que atuam nas políticas públicas tenham conhecimento de que o nível socioeconômico e o contexto social implicam diretamente na construção da parentalidade e do funcionamento familiar. Considerar este aspecto significa desenvolver uma atuação ética e crítica, que valorize a diversidade e a pluralidade das famílias (BEM; WAGNER, 2006).

## PERCURSO METODOLÓGICO

### Participantes

Participaram deste estudo seis pais e seis mães de crianças cujas famílias encontravam-se em situação de vulnerabilidade social e, portanto, estavam referenciadas a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Estado. A escolha dos participantes realizou-se através do critério de amostragem intencional, sendo que estes foram definidos tendo em vista a inclusão de, ao menos, um pai e/ou mãe representativos de cada uma das seguintes configurações familiares: nuclear, recasada, monoparental e extensa. Saliencia-se, também, que o número de participantes – seis pais e seis mães – foi limitado tendo em vista o tamanho total do *corpus* a ser analisado a partir destas 12 entrevistas, de modo a não comprometer a qualidade e a profundidade da análise (GASKELL, 2015). Além disso, estabeleceram-se como critérios de inclusão para o estudo o fato da família possuir filhos com até doze anos incompletos, bem como o pai e/ou a mãe entrevistados deveriam manter contato frequente (pelo menos semanal) os filhos. Foram excluídos da pesquisa os pais que apresentavam algum transtorno mental grave ou comprometimento cognitivo que impedisse a compreensão da entrevista. Não constituiu um fator de inclusão o fato de ambos os pais (pai e mãe) entrevistados constituírem um casal, sendo possível que, em algumas famílias apenas o pai fosse entrevistado e, em outras, apenas a mãe, conforme seu aceite em participar da pesquisa. Neste sentido, entre os participantes, apenas um pai e uma mãe formavam um casal, identificados como M1 e P1, os demais pais e mães não possuíam relação entre si.

Portanto, com relação às idades das mães, estas compreenderam entre 25 e 41 anos (M=33 anos). Quanto a sua escolaridade, quatro mães possuíam Ensino Fundamental incompleto, uma mãe possuía Ensino Fundamental completo e uma mãe possuía Ensino Médio incompleto. A respeito de suas ocupações, três mães não exerciam nenhuma atividade remunerada, duas trabalhavam com serviços gerais e uma mãe trabalhava como cuidadora de idosos. Sobre suas religiões, três mães eram Católicas, duas mães eram Evangélicas Luteranas e uma mãe era Evangélica/ “crente”. Por fim, em relação às configurações familiares das entrevistadas, sua classificação seguiu os modelos propostos por Moreira (2013) assim sendo: uma mãe compunha uma família monoparental feminina simples, a qual é formada pela mãe e seus filhos, podendo ainda ter outras crianças e/ou adolescentes sob responsabilidade desta; três mães formavam famílias monoparentais femininas extensas, a qual é caracterizada pela mãe, seus filhos e outras crianças ou adolescentes sob sua responsabilidade, bem como outros

adultos, parentes ou não; uma mãe constituía uma família nuclear simples, a qual é composta por pai e mãe residindo no mesmo domicílio e seus filhos, os quais foram gerados pelo mesmo casal. Por fim, uma mãe encontrava-se numa família recasada, a qual é entendida como aquela em que um dos adultos que compõe o atual casal (pai ou mãe) ou ambos possuíram um relacionamento anterior, com filhos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995), conforme verifica-se na tabela 1:

Tabela 1 – Perfil e Configurações familiares das Mães

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Com quem moravam</b>	<b>Configuração Familiar</b>
M1*	33	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais	Filhos (10 meses e 15 anos), esposo e enteado (14 anos)	Recasada
M2	30	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (02 anos) e mãe	Monoparental feminina extensa
M3	29	Ensino Fundamental completo	Do lar	Filhos (1, 2, 7 e 13 e companheiro (30 anos)	Nuclear simples
M4	41	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (11 anos), pai, irmã, sobrinhos e cunhado	Monoparental feminina extensa
M5	40	Ensino Médio incompleto	Cuidadora de Idosos	Filhos (2, 13 e 18 anos), sobrinhos (10 e 12 anos)	Monoparental feminina simples
M6	25	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais (diarista)	Filhas (1, 4, 6 e 10 anos) e cunhada. Obs.: o companheiro encontrava-se em privação de liberdade	Monoparental feminina extensa

\* M1 e P1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

Os pais, por sua vez, possuíam idades entre 27 e 60 anos (M=43,5 anos). Com relação à escolaridade, três pais possuíam Ensino Fundamental incompleto, dois pais possuíam Ensino Fundamental completo e um pai possuía Ensino Médio incompleto. No que se refere as suas profissões, dois pais eram agricultores, um pai era pedreiro, um pai era estoquista de insumos agrícolas, um pai era servente de pedreiro e um pai era funcionário público na área de meio ambiente. Acerca da religião, cinco pais declararam-se Católicos e um pai declarou-se Evangélico Luterano. Sobre suas configurações familiares, três pais formavam famílias recasadas, a qual é entendida como aquela em que um dos adultos que compõe o atual casal (pai ou mãe) ou ambos possuíram um relacionamento anterior, com filhos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995), dois pais constituíam famílias nucleares simples (Moreira, 2013) e



um pai, o qual havia se separado e passou a residir apenas com sua mãe, sem os filhos(as), foi considerado como formando uma família convivente, sendo esta definida pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC, 2013) como uma família estendida, a qual possui mais de um núcleo familiar residindo no mesmo domicílio, sendo parentes ou não, porém seus membros não compartilham de sua renda, apenas dividem as despesas da casa entre si. A tabela 2 ilustra os perfis dos pais entrevistados e suas respectivas configurações familiares:

Tabela 2 – Perfil e Configurações Familiares dos Pais

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Com quem moravam</b>	<b>Configuração Familiar</b>
P1*	38	Ensino Fundamental completo	Servidor público	Filhos (10 meses e 14 anos), esposa e enteado (15 anos)	Recasada
P2	37	Ensino Fundamental Completo	Estoquista	Mãe	Família Convivente
P3	44	Ensino Fundamental incompleto	Pedreiro	Filhos (05 e 07 anos) e companheira	Recasada
P4	27	Ensino Fundamental incompleto	Servente de Pedreiro	Filho (01 mês) e companheira	Nuclear simples
P5	60	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor	Filha (06 anos), enteado (14 anos) e companheira	Recasada
P6	27	Ensino Médio incompleto	Agricultor	Filha (01 ano e 09 meses) e companheira	Nuclear simples

\* P1 e M1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

### **Delineamento e Procedimentos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com delineamento transversal (GIL, 2008), acerca do significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social. A mesma descende da pesquisa intitulada “Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”, a qual é desenvolvida pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), sob o Edital nº 071/2013. Fazem parte do PROCAD três universidades brasileiras, através de seus programas de pós-graduação, sendo estes: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Programa de Pós-Graduação

em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2012), visa “tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade”. Neste sentido, a pesquisa qualitativa, diferentemente da pesquisa quantitativa, não se propõe a testar hipóteses e a traçar estatísticas sobre o objeto de estudo, mas visa à compreensão do objeto, tendo em consideração que o olhar do pesquisador sobre o mesmo influenciará na produção do conhecimento, bem como da realidade a ser estudada. Além de Minayo (2012), o aspecto da intersubjetividade na ciência foi também discutido por Esteves de Vasconcellos (2013), quando trata do novo paradigma da ciência (pensamento sistêmico) e do cientista novo-paradigmático, dotado de uma “neutralidade entre parênteses”, produto da intersubjetividade. Através da perspectiva da intersubjetividade, é possível compreender o importante papel que o pesquisador assume diante de seu objeto de estudo, bem como nos resultados produzidos pelo mesmo.

Cabe apontar, então, que o estudo esteve embasado teoricamente pelos pressupostos epistemológicos do Construcionismo Social (GERGEN, 1985) e do Pensamento Sistêmico (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2013). O Construcionismo Social propõe uma nova forma de compreender o processo de formação de conhecimento, de modo a considerá-lo como produto da interação do sujeito com o objeto e dos intercâmbios ativos estabelecidos entre ambos. Neste sentido, a cisão estabelecida entre pesquisador e objeto de estudo, bem como os conceitos de neutralidade e objetividade, apregoados pela ciência tradicional, são questionados. Assim, o Construcionismo Social entende que o conhecimento proveniente do trabalho do pesquisador sobre o objeto de estudo não é a verdade em si – pura, objetiva e imutável –, mas a compreensão possível ao pesquisador, em um dado momento histórico e cultural, permeada por suas experiências e trocas com o próprio objeto e com o meio (GERGEN, 1985).

O pensamento sistêmico, por sua vez, possui três pressupostos básicos, de acordo com Vasconcellos (2013), sendo eles: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. O primeiro diz respeito às inúmeras variáveis ou elementos que constituem qualquer fenômeno social e humano, sendo que tais elementos não devem ser pensados isoladamente, mas uns em relação aos outros. Este princípio envolve, também, a compreensão de totalidade e de causalidade recursiva, que significam respectivamente: a) que o todo é maior que a soma das partes, de modo que as mudanças ocorridas em uma destas repercutirão em todo o sistema; e b) que em um sistema ocorrem constantes retroalimentações entre seus elementos, ou seja, cada elemento

influencia o sistema e é por ele influenciado, contrariando a lógica linear de causa-efeito.

O segundo pressuposto – instabilidade – refere-se às constantes modificações que podem ocorrer nos sistemas, ficando os mesmos sujeitos à incontrolabilidade, à imprevisibilidade e à indeterminação de certos fenômenos, o que pode afetar o curso do sistema. A instabilidade, nesse sentido, é o que impede que determinadas mudanças ocorridas no sistema sejam relacionadas a algum aspecto específico/isolado deste (causa-efeito), pois não há como definir, previamente, suas repercussões (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2013). Ainda em relação a este pressuposto, torna-se necessário salientar que o mesmo pode ser estendido à ciência, uma vez que o conhecimento é, também, instável e temporal, sendo construído e desconstruído de acordo com a relação pesquisador-objeto de estudo, e com o momento histórico em que se situa.

Por fim, o terceiro pressuposto, a intersubjetividade, relaciona-se à impossibilidade do sujeito/pesquisador manter-se neutro, enquanto observa determinado fenômeno, uma vez que, enquanto pratica a ação, o sujeito/pesquisador já está influenciando fenômeno e sendo por este influenciado. Neste sentido, não há uma única versão para o fenômeno observado, mas múltiplas versões coexistindo simultaneamente, dependendo da forma como ocorrerem os intercâmbios entre sujeito e objeto, das especificidades do próprio objeto no momento em que é observado, e das características do sujeito no momento em que pratica a ação de observar (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2013).

Desta forma, considerando os aspectos salientados, compreende-se que o Construcionismo Social aplica-se ao presente estudo por duas razões. Primeiro, por constituir-se em uma das bases epistemológicas do Pensamento Sistêmico. E, segundo, por ser consoante à noção de significado, proposta por Grandesso (2000), e utilizada para nortear o estudo, uma vez que os significados, também, constroem as realidades e são construídos socialmente. Sendo assim, considera-se que a família, enquanto inserida em um contexto histórico e cultural é, ao mesmo tempo, produto e produtora de realidades, sentidos e significados sociais. Portanto, neste estudo, a família será compreendida como um sistema aberto, ou seja, um conjunto dinâmico de inter-relações entre seus membros – partes do sistema – entre si e com outros sistemas (por exemplo, o CRAS, a escola, a comunidade etc.) ou subsistemas (por exemplo, as crianças e/ou os pais assistidos pelo CRAS) em um dado momento histórico e cultural.

No que tange aos procedimentos para a realização da pesquisa, inicialmente, o mesmo foi apresentado ao gestor(a) da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em questão, a fim de obter a Autorização Institucional (APÊNDICE A) para sua execução. Uma

vez recebida a autorização, o projeto foi submetido à apreciação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo aprovado com o registro CAAE 65392217.4.0000.5346. Somente após sua aprovação pelo Comitê de Ética é que iniciou-se a busca pelas famílias a fim dar início à coleta de dados.

Para tanto, foi solicitado aos técnicos do CRAS (Coordenador(a), Assistente Social, Psicólogo(a) e Técnico(a) do Cadastro Único - CadSUAS) a indicação das famílias que estariam aptas a participarem do estudo, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão do mesmo. Após, foi estabelecido contato telefônico com as famílias indicadas, com o objetivo de apresentar a pesquisa às mesmas e convidá-las a participar do estudo. Havendo o aceite dos participantes, agendou-se um horário com os mesmos para a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) e aplicação dos instrumentos, os quais envolveram um Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE D) e uma Entrevista sobre Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social (APÊNDICE E). Neste momento, também verificou-se, junto aos participantes, se os mesmos estavam aptos a participar da pesquisa de acordo com os critérios de inclusão e exclusão já estabelecidos, sendo que um pai foi excluído da pesquisa por não estar de acordo com os mesmos.

Ressalta-se que as entrevistas ocorreram todas de forma individual, com cada um dos participantes, sendo gravadas em áudio para, posteriormente, serem transcritas na íntegra. O local utilizado para a coleta de dados foi definido de acordo com a preferência dos participantes, podendo ser no próprio ambiente do CRAS, em uma sala reservada para tal, ou na residência dos mesmos. Desta forma, das seis coletas realizadas com as mães, cinco ocorreram no ambiente do CRAS e apenas uma na residência da participante. Já as coletas realizadas com os pais, todas as seis ocorreram em suas residências, em horários alternativos como, por exemplo, aos finais de semana e após às 18h00min.

Tendo em vista que o contato inicial com as famílias deu-se através de ligação telefônica e, havendo o imediato aceite das mães em participar da pesquisa, sendo que nenhuma recusou o convite, a coleta iniciou através das mesmas. Já a coleta com os pais foi mais trabalhosa no sentido de encontrar participantes dispostos em aceitar o convite. Desta forma, para conseguir alcançar o número previsto de seis pais, foram necessários contatar, através de ligações telefônicas, um total de 16 pais, com exceção de um pai que foi excluído da pesquisa por não estar de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Além disso, foi necessário retornar mais uma vez ao CRAS para solicitar novas indicações às técnicas. Por fim, dois pais, ainda, foram acessados sem a indicação das técnicas do CRAS, através de visita domiciliar, realizada pela pesquisadora, em local próximo onde o CRAS está situado, o

qual, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), deve localizar-se em áreas com maior índice de vulnerabilidade e risco social, comprovado através de diagnóstico territorial (BRASIL, 1993). A segunda visita não ocorreu em local próximo ao CRAS, tendo sido indicada por terceiros, à pesquisadora. Estes, ao saberem da pesquisa, informaram que uma família de seu contato pessoal era beneficiária de um Programa de Transferência de Renda, da Assistência Social. Desta forma, sabe-se que para ser beneficiário de um programa como este a família precisa estar devidamente inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal, o qual é realizado através do CRAS sendo, portanto, uma família referenciada ao CRAS (BRASIL, 2007). Assim, durante as visitas, a pesquisadora se apresentou, explicou o tema da pesquisa e os procedimentos necessários para a mesma, assim com os aspectos éticos envolvidos, e verificou se a família estava cadastrada ao CRAS. Assim, tendo confirmada sua situação de vulnerabilidade social e, recebendo o aceite dos mesmos, realizaram-se as coletas. Nenhum participante necessitou interromper a coleta de dados e apenas uma mãe foi encaminhada ao profissional de psicologia do CRAS em que a pesquisa ocorreu. Tal encaminhamento se deu pelo fato da mãe manifestar, durante a entrevista, questões relacionadas ao grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em que seu filho participa, ou seja, por apresentar uma necessidade particular relacionada ao CRAS e não por motivo de desconforto relacionado à pesquisa.

### **Considerações Éticas**

Em conformidade à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foram apresentados os Termos de Confidencialidade (APÊNDICE C) à instituição e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes, sendo garantido: a confidencialidade dos dados, a privacidade dos participantes, o direito de optar por participar ou não da pesquisa e de interrompê-la se assim desejassem. Ressalta-se que, para manter a privacidade dos participantes, na exposição dos resultados, os mesmos foram identificados por uma letra maiúscula e um número cardinal, sendo a letra M correspondente às mães e a letra P aos pais, ou seja, M1, M2, M3 etc., P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

Além disso, durante o contato telefônico, os participantes já foram informados do objetivo da pesquisa e de sua participação só se daria através de sua livre e espontânea vontade sendo que, seria oferecido um tempo para decidirem, caso assim demandassem. No caso das mães este tempo para refletir acerca do aceite ou não quanto à pesquisa não foi necessário. Entretanto, para alguns pais sim, de modo que estes foram contatados mais de uma

vez. Durante o contato telefônico, os participantes também foram informados de que estavam sendo acessados através da indicação dos(as) profissionais do CRAS, tendo em vista o objetivo do estudo, sendo esclarecidos de que a pesquisa não possuía qualquer relação com o trabalho realizado na instituição. Assim, seu aceite ou não em participar da pesquisa, não acarretaria nenhuma forma de prejuízo aos mesmos.

Por fim, salienta-se que a pesquisadora se comprometeu em, após todos os procedimentos necessários para o término do Mestrado (defesa da dissertação, reajustes e entrega das versões finais à Universidade), agendar um momento junto aos técnicos do CRAS e ao gestor(a) da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em questão, para efetuar uma devolução dos principais resultados encontrados. Além disso, será realizada, também, uma devolução às famílias participantes do estudo, através de um encontro coletivo no CRAS em que as mesmas estão referenciadas e a partir do qual foram acessadas, sendo que ambos os encontros estão previstos para ocorrer em março de 2018.

### **Instrumentos**

Para a realização da coleta de dados foram desenvolvidos dois instrumentos, quais sejam: um *Questionário Sociodemográfico*, com o objetivo de obter informações acerca das características gerais dos participantes, tais como: idade, escolaridade, profissão etc.; e uma entrevista intitulada *Entrevista sobre Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social*, a qual explorou o significado de ser pai e ser mãe em famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de melhor compreender o exercício da parentalidade em tais contextos. A entrevista foi organizada de modo a abordar os seguintes tópicos: a) o papel da mãe na criação dos filhos: rotina familiar, educação dos filhos, cuidados diários com os filhos e relacionamento com os filhos; b) o significado da maternidade: importância da mãe para os filhos e para a família e a definição de maternidade ideal.

### **Análise dos Dados**

Os dados coletados nas entrevistas individuais foram analisados através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), de modo que os assuntos discutidos foram agrupados em eixos temáticos ou categorias semânticas. Estes, por sua vez, foram elaboradas a partir do modelo aberto (LAVILLE; DIONNE, 1999), sendo definidas após a coleta dos dados, tendo em vista a frequência e/ou relevância dos conteúdos manifestados nas entrevistas.

Conforme Bardin (1977), a Análise de Conteúdo organiza-se a partir de três fases, ou polos cronológicos sendo, respectivamente: 1) Pré-análise, 2) Exploração do Material e 3) Tratamento dos Resultados. A primeira destas – pré-análise – corresponde à organização anterior à análise, a qual possui três objetivos principais, ou seja, escolher os documentos e materiais a serem analisados, formular as hipóteses referentes ao objeto de estudo e, por fim, estabelecer os objetivos e os indicadores que irão fundamentar a interpretação final. A segunda fase – Exploração do material – consiste em uma leitura minuciosa dos materiais visando codificá-los, decompô-los ou enumerá-los, de acordo com critérios previamente estabelecidos. A terceira e última fase – Tratamento dos resultados – tem por objetivo tornar os resultados brutos em resultados significativos e válidos para, então, ser possível ao pesquisador, propor inferências e traçar interpretações acerca dos conteúdos pesquisados. Trata-se, portanto, da preparação do conteúdo final, que diz respeito às descobertas realizadas a partir da pesquisa.

Segundo Laville e Dionne (1999, p. 214), a Análise de Conteúdo objetiva “demonstrar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Portanto, a ênfase não está na forma como o entrevistado articula sua fala, em termos de dicção, oratória e normas gramaticais, por exemplo, mas sim, no conteúdo manifesto por sua fala, ou seja, aquilo que o mesmo quer transmitir e que, possui significados próprios ao mesmo. Neste sentido é que os erros gramaticais das falas dos participantes (pais e mães) foram parcialmente corrigidos, para que a atenção do leitor não ficasse voltada aos mesmos, impedindo-o de considerar o conteúdo expresso a partir da fala.

## **ARTIGO 1**

A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por  
pais e mães \*

Título em Inglês: Motherhood in contexts of social vulnerability: roles and meanings  
attributed by fathers and mothers

Título Abreviado: Maternidade em contextos de vulnerabilidade social

Categoria: Relato de Pesquisa

\* O artigo está formatado de acordo com as instruções da Associação Americana de Psicologia (APA, 6ª edição), bem como as Diretrizes aos Autores da Revista Interação em Psicologia, na qual o mesmo será submetido.



## RESUMO

O presente estudo investigou o significado da maternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social, por considerar que estes imprimirão peculiaridades ao seu exercício. Participaram seis pais e seis mães de crianças com até doze anos incompletos, os quais encontravam-se cadastrados em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados através de um Questionário Sociodemográfico e de uma Entrevista Semiestruturada e foram analisados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os resultados encontrados apontaram uma sobrecarga de papéis desempenhados pelas mães, tanto no que se refere à organização do ambiente doméstico quanto ao cuidado e educação dos filhos. Desta forma, o significado da maternidade, para pais e mães, vai ao encontro da descrição do papel materno, produzido pelos mesmos, de modo que a mãe ideal ou a “boa mãe” é entendida como aquela que ocupa um lugar central na família, responsabilizando-se pelos afazeres domésticos, cuidado e educação dos filhos, principalmente no que se refere à práticas de controle e disciplina.

Palavras-Chave: relações familiares; maternidade; famílias de baixa renda.

## ABSTRACT

*The present study investigated the meaning of motherhood experienced in contexts of social vulnerability, considering that these will have peculiarities to its exercise. Six parents and six mothers of children until twelve years-old who were enrolled in a Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) of a municipality in the state of Rio Grande do Sul participated. Data were collected through a Sociodemographic Questionnaire and a Semistructured Interview and were analyzed through Content Analysis (Bardin, 1977). The results showed an overload of roles played by the mothers, regarding to the organization of the domestic environment and to the care and education of the children. In this way, the meaning of motherhood, for fathers and mothers, according to the description of the maternal role, produced by them, so that the ideal mother or the "good mother" is understood as someone that occupies a central place in the family, taking responsibility for the housework, care and education of the children, especially regarding to the practices of control and discipline.*

*Keywords: Family relationships; motherhood; low-income families.*

## INTRODUÇÃO

De acordo com Correia (1998), o significado da maternidade varia de cultura para cultura e de mulher para mulher. Deste modo, sua vivência deve ser compreendida considerando-se ao menos dois componentes importantes, ou seja, um componente cultural, que diz respeito à forma como as situações são compartilhadas e significadas socialmente e, por outro lado, o componente intrínseco, que refere-se às características próprias da pessoa como, por exemplo, seus traços de personalidade. Portanto, não é possível atribuir significados e experiências universais acerca da maternidade, uma vez que os papéis de mãe, assim como de pai e de criança, sempre responderão, ao menos em parte, às exigências e aos valores dominantes de uma determinada sociedade.

Assim, a maternidade corresponde não apenas a um “acontecimento biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica”. (Correia, 1998, p. 366). Neste sentido, considera-se que o contexto social no qual a maternidade é vivenciada influencia de forma relevante no modo como a mãe desempenhará seu papel, assim como nas concepções e significados que a mesma atribuirá à condição de ser mãe. Portanto, pensar a maternidade em contextos de classe média e/ou média alta e em contextos de vulnerabilidade social implica pensar em realidades distintas, com peculiaridades e significados próprios. Por ser um país de grandes contrastes socioeconômicos, o Brasil ainda possui um grande número de pessoas vivendo em situação de pobreza e, até mesmo, abaixo da linha desta, de acordo com dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2017) em seu estudo intitulado Radar IDHM 2015, o qual tem por base os dados coletados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

Desta forma, considerando a realidade de pobreza existente no país, bem como o direito de todo cidadão à vida digna, conforme atribuído pela Constituição Federal, o Estado

deve oferecer ações com o intuito de promover o acesso à programas e serviços que garantam-lhes os mínimos sociais para sua sobrevivência contribuindo, assim, para com sua emancipação pessoal. Um exemplo disso são os programas e serviços de Proteção Social, os quais são regidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Todavia, apesar da pobreza ser um dos focos da Proteção Social entende-se, a partir de tais legislações, que esta não deve limitar-se à mesma, ou seja, deve abarcar toda e qualquer situação de risco ou vulnerabilidade social.

O conceito de vulnerabilidade social, o qual caracteriza, também, o contexto social em que o presente estudo transcorreu, surgiu recentemente no Brasil e na América Latina (Nascimento, 2012, Fonseca, Sena, Santos, Dias & Costa, 2013) sendo usado para definir as situações de fragilidade em que os indivíduos se encontram, as quais estão para além do fator econômico (Janczura, 2012, Fonseca et. al, 2013, Cronemberger & Teixeira, 2013), e envolvem uma ampla gama de variáveis como: o acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, condições de habitação, convivência familiar e comunitária, relações de vizinhança, entre outros (Hillesheim & Cruz, 2008, Fonseca et al., 2013). Portanto, o termo vulnerabilidade social pode ser entendido como um estado transitório que os indivíduos e/ou suas famílias estão vivenciando, que pode estar associado a sua condição econômica ou não, mas que, de maneira alguma, se restringe à mesma ampliando, assim, o foco de atenção de programas e serviços de Proteção Social.

Desta forma, pode-se pensar que, para ter alguns de seus direitos garantidos, muitas vezes, a população que encontra-se em situação de vulnerabilidade social precisa acionar o Estado, através de seus programas e serviços. De acordo com dados do IBGE, em 2010, as mulheres foram indicadas como responsável familiar em 37,3% dos lares brasileiros, sendo que o número aumenta para 39,3% na área urbana e diminui consideravelmente na área rural (24,8%). Do total de famílias cujo responsável familiar possuía cor preta ou parda (49,9%),

em 38,7% as mulheres eram as responsáveis pela família; entre as famílias monoparentais (18,5%), 87,4% eram chefiadas por mulheres e do total de famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo (30,1%), 46,4% eram as mulheres as responsáveis. Desta forma, estes dados indicam um número considerável de famílias tendo a mulher como responsável familiar, com maior predominância na área urbana, em famílias monoparentais, cujo responsável familiar possui cor preta ou parda e cuja renda per capita é inferior (até meio salário mínimo), as quais poderão constituir-se no público-alvo de programas e serviços de Proteção Social. Neste sentido, considerando o atual número de mulheres e mães como pessoa de referência nas famílias brasileiras, associado à realidade de pobreza existente, como seria vivenciar a maternidade em tais situações/contextos? Como se desenvolveria o papel materno e quais os significados que a maternidade adquiriria a partir dos mesmos?

Historicamente, tanto em contextos de classe média/alta quanto nas camadas populares, a maternidade esteve tradicionalmente associada a estereótipos de gênero, sendo os cuidados domésticos e a criação dos filhos atividades consideradas como obrigatoriamente femininas (Sarti, 2011; Bossardi & Vieira, 2015). Nas classes média e alta, todavia, essa concepção foi, gradualmente, sofrendo alterações, principalmente a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho e da maior participação do pai na vida doméstica e dos filhos (Souza & Ramires, 2006; Bossardi & Vieira, 2015). Nas camadas populares, por sua vez, a maternidade parece manter-se ainda atrelada a concepções tradicionais de gênero. Conforme Sarti (2011), as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos continua sendo prioritariamente desempenhado pela mãe e, na impossibilidade de fazê-lo, há o deslocamento desta responsabilidade para outras figuras femininas da família.

Consoante a tal, os estudos de Muñoz, Sanchez, Arcos, Vollrath e Bonatti (2013), realizado com nove mães chilenas, e de Cúnico e Arpini (2014), o qual investigou dez mulheres de periferia urbana de uma cidade do Rio Grande do Sul, identificaram sentimentos

de sobrecarga, angústia e resignação em relação à maternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social. Desta forma, a sobrecarga relatada pelas mães reforça a importância da rede de apoio para auxiliar as mães no exercício de seu papel, em famílias monoparentais. Já os sentimentos de angústia e resignação surgiram pelo fato de que tais mães não possuíam projetos para o futuro, vivendo o momento presente com incerteza, tendo em vista suas condições precárias de sobrevivência.

Por outro lado, os estudos de Almeida (2007), realizado com quatro mulheres de classe média e seis grupos focais com mulheres de classe popular, advindas de um complexo de favelas do Rio de Janeiro e de Wottrich e Arpini (2014), com oito mães de crianças de até seis anos, coletoras de material reciclável e pertencentes a grupos populares de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, evidenciaram os sentimentos referentes à maternidade face ao trabalho, em mães de classe média e mães de camadas populares sendo comum, em ambos os contextos, o sentimento de culpa, por parte das mães, ao terem que se dividir entre as tarefas de trabalhar e cuidar dos filhos. O primeiro estudo, ainda, evidenciou uma diferença significativa quanto ao significado do trabalho para as mães pesquisadas, sendo que, para as mães de classe média, o trabalho possuía um significado pessoal, enquanto que para as mães de camadas populares o mesmo tinha a função de prover as necessidades básicas da família, sem adquirir um significado pessoal para as mesmas (Almeida, 2007).

Em relação aos cuidados infantis, os estudos de Martin e Angelo (1999), o qual investigou a percepção de 10 mães de crianças de uma comunidade de baixa renda de São Paulo, sobre o papel materno na estrutura familiar e nos cuidados para com os filhos e de Almeida (2007) indicaram que estes dizem respeito ao papel materno devendo, portanto, ser desempenhado pelas mães. Neste sentido, Wottich e Arpini (2014) evidenciaram que a carência de recursos financeiros influenciou de forma significativa nas concepções das mulheres acerca dos cuidados necessários à infância, sendo que as mães apresentaram

narrativas ambivalentes acerca das estratégias utilizadas pelas mesmas para a educação dos filhos. De um lado, elas enfatizaram o que consideravam ideal, ou seja, estratégias verbais e, por outro lado, descreveram o que consideravam possível e efetivo na educação dos filhos, o que correspondia, na visão das mesmas, à coerção física. Todavia, apesar desta ambivalências, as ações maternas tinham o intuito de disciplinar os filhos estavam fundamentadas na noção de que elas eram as responsáveis pela educação dos filhos, devendo torna-los sujeitos “de valores”.

Considerando os aspectos salientados, parte-se do pressuposto de que os contextos de vulnerabilidade social conferem significados diversos à maternidade, bem como oferecem desafios adicionais ao seu exercício, tendo em vista as adversidades que permeiam tais contextos, como a maior dificuldade para acessar os mínimos sociais, como alimentação, moradia e renda. Desta forma, considera-se fundamental aproximar o olhar dos profissionais que atuam junto às políticas públicas brasileiras para com os significados atribuídos pelas próprias mães e pais acerca da maternidade em contextos de vulnerabilidade social e, assim, produzirem-se ações mais eficazes, que valorizem tanto o saber técnico-especializado, quanto o saber popular.

Dentre os profissionais aos quais o estudo visa atingir está o psicólogo, visto sua recente<sup>2</sup> atuação junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, pode-se compreender que a recente atuação neste contexto constitui-se, também, em um desafio aos profissionais, pois estes necessitam romper com modelos tradicionais, que consideram o ser humano como produto de fenômenos intrapsíquicos e buscar desenvolver metodologias adequadas à tal realidade, considerando as influências do contexto social e da coletividade, ou seja, o homem enquanto ser biopsicossocial. (Dimenstein, 2000, Costa & Cardoso, 2010, Macedo & Dimenstein, 2012, Senra & Guzzo, 2012, Koelzer, Backes & Zanella, 2014).

Por fim, cabe salientar que não foram localizados estudos que abordem a visão dos

pais acerca da maternidade, sendo que o presente estudo, cujo objetivo foi compreender o significado da maternidade para pais e mães provenientes de contextos de vulnerabilidade social, procurará explorar esta lacuna da literatura, visando contribuir para com a atuação dos profissionais que trabalham com famílias. Além disso, pretende-se que tal estudo aproxime as concepções de usuários e de profissionais quanto à temática da maternidade, uma vez que, segundo Dimenstein (2000), concepções antagônicas acerca de fenômenos psicossociais como, por exemplo a maternidade, por parte de usuários e profissionais, constituem-se em impasses para a atuação profissional e em desistência ou não aderência dos usuários aos serviços.

## MÉTODO

### **Participantes**

Participaram deste estudo seis pais e seis mães de crianças com até doze anos incompletos, cujas famílias encontravam-se em situação de vulnerabilidade social e, portanto, cadastradas em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul. A escolha dos participantes realizou-se através do critério de amostragem intencional, sendo que estes foram definidos tendo em vista a inclusão de, ao menos, um pai ou mãe representativos de cada uma das seguintes configurações familiares: nuclear, recasada, monoparental e extensa. Salienta-se, também, que o número de participantes – seis pais e seis mães – foi limitado tendo em vista o tamanho total do *corpus* a ser analisado a partir destas 12 entrevistas, de modo a não comprometer a qualidade e a profundidade da análise (Gaskell, 2015). Foram excluídos da pesquisa os pais e mães que apresentavam algum comprometimento cognitivo significativo que impedisse a compreensão da entrevista, bem como os que possuíam filhos com problemas de desenvolvimento, tais como síndromes, deficiência intelectual ou física. Além disso, poderiam participar da pesquisa pais e mães que compunham um casal, ou seja, que constituíssem o

mesmo núcleo familiar, todavia, isto só ocorreu em um caso: com o casal constituído pela mãe M1 e pelo pai P1.

Portanto, com relação às idades das mães, estas compreenderam entre 25 e 41 anos (M=33 anos). Quanto à escolaridade, quatro mães possuíam Ensino Fundamental incompleto, uma mãe possuía Ensino Fundamental completo e uma mãe possuía Ensino Médio incompleto. Com relação à ocupação, três mães não trabalhavam fora de casa, duas trabalhavam com serviços gerais e uma mãe trabalhava como cuidadora de idosos. No que se refere à religião, 03 mães eram católicas, duas mães eram Evangélicas Luteranas e uma mãe era Evangélica/ “crente”. Por fim, em relação às configurações familiares das entrevistadas, sua classificação seguiu os modelos propostos por Moreira (2013) assim sendo: uma mãe com família monoparental feminina simples, a qual é formada pela mãe e seus filhos, podendo ainda ter outras crianças e/ou adolescentes sob responsabilidade desta; três mães com famílias monoparentais femininas extensas, a qual é caracterizada pela mãe, seus filhos e outras crianças ou adolescentes sob sua responsabilidade, bem como outros adultos, parentes ou não; uma mãe formava uma família nuclear simples, a qual é composta por pai e mãe residindo no mesmo domicílio e seus filhos, os quais foram gerados pelo mesmo casal. Por fim, uma mãe encontrava-se numa família recasada, a qual é entendida como aquela em que um dos adultos que compõe o atual casal (pai ou mãe) ou ambos possuíram um relacionamento anterior, com filhos (Carter & McGoldrick, 1995), conforme verifica-se na tabela 1:

Tabela 1. Perfil e Configurações Familiares das Mães

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Com quem moravam</b>	<b>Configuração Familiar</b>
M1*	33	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais	Filhos (10 meses e 15 anos), enteado (14 anos) e esposo	Recasada
M2	30	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (02 anos) e mãe	Monoparental feminina extensa
M3	29	Ensino	Do lar	Filhos (1, 2, 7 e 13	Nuclear



		Fundamental completo		anos) e companheiro	simples
M4	41	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (11 anos), sobrinhos, pai, irmã, e cunhado	Monoparental feminina extensa
M5	40	Ensino Médio incompleto	Cuidadora de Idosos	Filhos (2, 13 e 18 anos) e sobrinhos (10 e 12 anos)	Monoparental feminina simples
M6	25	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais (diarista)	Filhas (1, 4, 6 e 10 anos) e cunhada Obs.: o companheiro encontrava-se em privação de liberdade	Monoparental feminina extensa

\* M1 e P1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

Os pais, por sua vez, possuíam idades entre 27 e 60 anos (M=43,5 anos). A escolaridade era representada por: Três pais com Ensino Fundamental incompleto, dois pais com Ensino Fundamental completo e um pai com Ensino Médio incompleto. Com relação à profissão, dois pais eram agricultores, um pai era pedreiro, um pai era estoquista de insumos agrícolas, um pai era servente de pedreiro e um pai era funcionário público na área de meio ambiente. Quanto à religião, cinco pais declararam-se católicos e um pai declarou-se evangélico luterano. No que se refere às configurações familiares destes, três pais viviam em famílias recasadas (Carter & McGoldrick, 1995), dois pais formavam famílias nucleares simples (Moreira, 2013) e um pai, o qual havia se separado e passou a residir apenas com sua mãe, sem os filhos(as), o que foi considerado como família convivente, sendo esta definida pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania [SENARC] (2013) como uma família estendida, que possui mais de um núcleo familiar residindo no mesmo domicílio, sendo parentes ou não, porém não compartilham sua renda, apenas dividindo as despesas da casa entre si. A tabela 2 ilustra o perfil e as configurações familiares dos pais entrevistados:

Tabela 2. Perfil e Configurações Familiares dos Pais

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Com quem moravam</b>	<b>Configuração</b>
---------------------	--------------	---------------------	-----------------	-------------------------	---------------------

					<b>Familiar</b>
P1*	38	Ensino Fundamental completo	Servidor público	Filhos (10 meses e 14 anos), esposa e enteado (15 anos)	Recasada
P2	37	Ensino Fundamental Completo	Estoquista	Mãe	Família Convivente
P3	44	Ensino Fundamental incompleto	Pedreiro	Filhos (05 e 07 anos) e companheira	Recasada
P4	27	Ensino Fundamental incompleto	Servente de Pedreiro	Filho (01 mês) e companheira	Nuclear simples
P5	60	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor	Filha (06 anos), enteado (14 anos) e companheira	Recasada
P6	27	Ensino Médio incompleto	Agricultor	Filha (01 ano e 09 meses) e companheira	Nuclear simples

\* P1 e M1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

### **Delineamento e Procedimentos**

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo (Minayo, 2012), com delineamento transversal, exploratória e descritiva, descendente da pesquisa intitulada “Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”. Esta última é desenvolvida pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), sob o Edital nº 071/2013, sendo composta pelos Programas de Pós-Graduação em Psicologia das seguintes universidades brasileiras: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (UnB).

No que tange aos procedimentos para a execução deste projeto de pesquisa, inicialmente, o mesmo foi apresentado ao gestor da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em questão, a fim de obter a Autorização Institucional para sua execução. Uma vez recebida a autorização, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa

da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo aprovado com o registro CAAE 65392217.4.0000.5346.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética foi solicitado aos técnicos do CRAS (Assistente Social, Psicólogo e Técnico do Cadastro Único - CadSUAS) a indicação dos pais e das mães que estariam aptos a participar do estudo, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão do mesmo. Posteriormente, foi estabelecido contato telefônico com as famílias indicadas com o objetivo de apresentar a pesquisa às mesmas e convidá-las a participar do estudo. Havendo o aceite dos participantes, foi agendado um horário com os mesmos para a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicação dos instrumentos. Neste momento, também verificou-se, junto aos participantes, se os mesmos estavam aptos a participar da pesquisa de acordo com os critérios de inclusão e exclusão já estabelecidos, sendo que um pai foi excluído da pesquisa por seu filho ser adolescente, extrapolando a idade definida para este estudo.

As entrevistas ocorreram de forma individual, com cada um dos participantes e foram gravadas em áudio para, posteriormente, serem transcritas na íntegra. O local utilizado para a coleta dos dados foi definido de acordo com a preferência dos participantes, podendo ocorrer numa sala do CRAS ou na residência dos mesmos. Desta forma, das seis coletas realizadas com as mães, cinco ocorreram no CRAS e apenas uma na residência da participante, já as coletas realizadas com os pais ocorreram todas nas residências dos mesmos, em horários alternativos (após às 18h00min.) e aos finais de semana, sendo que todas as coletas foram realizadas por uma das autoras do estudo.

Ressalta-se, ainda, que foram tomados todos os cuidados éticos exigidos na pesquisa com seres humanos sendo que, para manter o sigilo quanto à identidade dos participantes na exposição dos resultados, os mesmos serão identificadas por uma letra maiúscula e um número cardinal, sendo a letra M correspondente às mães e a letra P aos pais, ou seja, M1, M2,

M3 etc., P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

### **Instrumentos**

Na realização desta pesquisa foram utilizados dois instrumentos, ambos construídos pelas pesquisadoras, sendo eles: um *Questionário Sociodemográfico* e uma entrevista semiestruturada intitulada *Entrevista Sobre Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social*. O primeiro foi utilizado com o objetivo de obter informações acerca das características gerais das participantes, tais como: idade, escolaridade, profissão etc. A entrevista, por sua vez, foi construída para fins do presente estudo e visou explorar o significado de ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de melhor compreender o exercício da maternidade em tais contextos. A fim de alcançar o objetivo proposto, a mesma abordou os seguintes tópicos a) o papel da mãe na criação dos filhos: rotina familiar, educação dos filhos, cuidados diários com os filhos e relacionamento com os filhos; b) o significado da maternidade: importância da mãe para os filhos e para a família e a definição de maternidade ideal.

### **Análise dos Dados**

Os dados coletados através das entrevistas individuais foram analisados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), de modo que o conteúdo apresentado foram agrupados em eixos temáticos ou categorias semânticas. Estes, por sua vez, foram elaborados a partir do modelo aberto (Laville & Dionne, 1999), sendo definidas após a coleta dos dados, tendo em vista a frequência e/ou relevância dos conteúdos manifestados pelos pais nas entrevistas. Para tanto, duas autoras do presente estudo trabalharam em conjunto como juízas na definição das categorias e na vinculação das falas dos participantes às categorias. Cada juíza avaliou separadamente as entrevistas com vistas a propor as categorias temáticas e associar as falas às mesmas. Eventuais discordâncias quanto à categorização das falas nas categorias foram

sanadas por uma terceira juíza, também autora do presente estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os conteúdos manifestados nas entrevistas das mães e dos pais, os resultados acerca da maternidade foram organizados de forma a contemplar duas categorias temáticas, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir: “As coisas ficam tudo por minha conta”: uma mãe de múltiplos papéis e “Mãe é tudo numa casa”: o significado atribuído à maternidade.

### **“As coisas ficam tudo por minha conta”: uma mãe de múltiplos papéis**

Nesta categoria serão discutidos os papéis desempenhados pelas mães em famílias em situação de vulnerabilidade social. Para compreender os possíveis papéis presentes no exercício da maternidade, seguiu-se o modelo proposto por Hoghughi (2004, citado em Barroso & Machado, 2010). De acordo com o autor, existem três atividades parentais que devem estar presentes no exercício dos papéis parentais, sendo elas: a) cuidado, que este pode se dar ao nível físico (prover a criança em suas necessidades básicas – alimentação, higiene, vestuário, proteção etc.), ao nível emocional (sentimento de pertença, reconhecer-se como sujeito, gerenciar riscos e tomar decisões) e ao nível social (possibilidade de conviver com pares e adultos significativos ao longo do desenvolvimento); b) controle e disciplina, que refere-se às práticas relacionadas à educação e limites e c) desenvolvimento, o que corresponde às ações que visam desenvolver todo o potencial da criança, como é o caso de atividades artísticas, intelectuais ou culturais e esportivas, além da aprendizagem de valores como, por exemplo, tolerância, respeito, entre outros.

As mães entrevistadas demonstraram exercer os três tipos de atividades propostas pelo autor, muitas vezes, sem o auxílio do pai. Tal primazia da mãe no desempenho das atividades parentais esteve ligada quer ao fato de o pai não fazer parte da família – ou seja, por não

residir ou não manter contato com os mesmos –, quer ao fato deste ocupar-se com o sustento financeiro e, desta forma, não estar presente e/ou disponível para compartilhar de tais atividades com as mães: “Quando eu engravidei, a primeira vez, eu tinha 15 ano, eu pensava o que que eu ia fazer pra criar a minha filha (...). E as outras, praticamente, eu também criei sozinha, sozinha...” (M6); “depois que eu virei mãe tudo mudou, né, porque eu virei mãe e pai do meu filho ao mesmo tempo (...), mas tô aí, né, fazendo meu papel de mãe e pai. Já que não tem pai, fica eu pelos dois...” (M2); “Ele trabalha, e daí tem final de semana que também ele trabalha e daí as coisa (referindo-se aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos) ficam tudo por minha conta” (M3).

Nas entrevistas realizadas com os pais, foi possível perceber o porquê das mães afirmarem que elas estão mais presentes do que estes no ambiente doméstico e no cuidado dos filhos assumindo, assim, a responsabilidade por tais tarefas: “eu trabalho o dia inteiro daí, tipo, ela trabalha duas vez por semana, então, tipo ela tá mais presente do que eu né. (...). Ela tem mais tempo, como diz, de cuidá, né” (P1); “mais presente e coisa é a mãe, se tem algum problema ela me avisa, mas é difícil, as duas (filhas) são bem tranquila” (P2).

A ausência do pai na família ou seu curto tempo de permanência junto à mesma é indicado por Hines (1995) como sendo uma das características das famílias pobres. Sarti (2011) também citou o pouco contato do pai com o ambiente doméstico e nos cuidados para com os filhos ao diferenciar os papéis de gênero, nas famílias pobres, de modo que este estende-se para os papéis parentais. Assim, caberia à mulher o cuidado com a casa e os filhos, e ao homem o sustento financeiro e a transmissão da moral familiar. Portanto, embora os papéis de gênero venham sofrendo modificações ao longo do tempo em nossa sociedade, percebe-se certa tendência à manutenção do modelo tradicional nas famílias dos participantes deste estudo.

Os papéis desempenhados pelas mães participantes incluíram desde o sustento

financeiro, em alguns casos, até a organização do ambiente doméstico e os cuidados dos filhos. Nos fragmentos a seguir foi possível identificar a preocupação de algumas mães em manter a família financeiramente: “É eu que pago aluguel, é eu que pago a água, eu que pago a luz, fazer rancho... Faz dois meses que eu não sei nem o que é ir no mercado! Daí não sobra. Tudo é eu. Tudo, tudo, tudo. Desde algum remédio pra comprar é eu” (M6); “Até esse mês que passou era tudo comigo. Vou ser bem sincera. Tudo, tudo, tudo” (M5). Entre as duas mães entrevistadas cujas configurações familiares constituem-se em famílias nucleares, apenas uma destas possui emprego remunerado, a qual relatou uma divisão igualitária entre ela e o marido, no que se refere às questões financeiras: “Os gastos a gente divide entre dois, eu e ele” (M1).

Os fragmentos anteriormente citados podem remeter a uma sobrecarga das mães no exercício de seu papel, pois, além da preocupação com o cuidado dos filhos havia, em alguns casos, a preocupação em manter a família financeiramente. Tal preocupação, deve ser lembrada, se dava em um cenário de baixa escolaridade e empregos com pouca remuneração e instáveis. Além disso, para as mães que não possuíam emprego, sua renda mensal familiar provinha de benefícios socioassistenciais de transferência de renda e da doação e compartilhamento da renda de outros membros da família.

Houve um consenso, entre os pais de que cabe à mãe a organização do ambiente doméstico, como verifica-se na fala de um dos participantes: “a faxina e organização da casa é minha esposa (...), a minha esposa que limpa, faz comida, lava roupa, isso é com ela” (P6), bem como o cuidado para com os filhos: “cuidados com a casa, isso não me preocupo porque ela faz e bem, nunca deixa faltar nada pra elas” (P2). O participante P5 ainda exemplificou como sua companheira cuidava das crianças: “Ah ela, o que eu vou dizer?! Atende – Mãe eu quero isso, mãe eu quero aquilo – Vai atendendo, sempre tá junto” (P5).

As mães ainda expressaram, com relação ao cuidado dos filhos, ênfase especial no que se refere ao receio para com as vulnerabilidades presentes no contexto em que vivem, como

álcool e outras drogas, por exemplo, bem como para com situações de risco no ambiente familiar: “Não deixo sair fora do portão, de noite, porque também... é perigoso, ainda mais... Eu até vou saí dali da vila pra... pra não tá perto...” (M6); “eu falo bastante nisso aí, que não é pra lidar com essas coisas (drogas), que a gente mora ali no meio, bem dizer, e daí não tem... Às vezes os filhos da gente, a gente cria de um jeito e pode dar outro né, mas eu explico bastante pra eles como que é pra lidar com isso” (M3); “não dá pra deixar, largar muito, ainda mais que tá acontecendo... ainda essas coisa que tá acontecendo por aí na região (...). Assim, coisarada de droga e coisarada que tá dando...” (M4).

Com relação às situações de risco no ambiente familiar, a mãe M6 refere que não deixa suas filhas sob os cuidados de seus pais nas situações em que seu pai encontra-se alcoolizado, como uma forma de proteção às mesmas: “O meu pai bebe demais, quando ele toca de beber, meu Deus! E quando o meu pai tá bêbado daí eu não deixo ir” (M6). A mãe M5 referiu sentir-se preocupada com relação à convivência dos sobrinhos que estão sob sua guarda com um irmão mais velho, o qual é descrito pela mesma como sendo agressivo e o qual faz uso de álcool. Além disso, há a suspeita de que o mesmo esteja envolvido com tráfico de drogas. A mãe diz: “É irmão de vocês. Só que vocês cuidam um pouco, né’. É triste, porque a gente tem que dizer uma coisa dessas, porque não se demos bem.... Na polícia civil, eles falaram que tinha coisa ilícita, então eu tenho medo. E eu não quero que eles entrem numa furada, porque quem tá cuidando deles sô eu, entende? E eu quero que eles sejam guris de bem depois, sabe? Por isso que eu não quero eles na rua. E pior é se o irmão bota uma coisa, eu tenho muito medo, sabe?” (M5).

O cuidado em evitar situações de risco no contexto social e no ambiente familiar, não é algo próprio do contexto de vulnerabilidade social, podendo existir em outros contextos socioeconômicos. Todavia, considerando o que foi ressaltado pelas mães do presente estudo, pode-se pensar que ambos os contextos – familiar e social – podem tanto constituir-se como



rede de apoio à maternidade, à medida em que algumas tarefas são compartilhadas com outros membros da família, e mesmo da vizinhança, deixando a mãe menos sobrecarregada, bem como um fator de risco por apresentar certos problemas e fragilidades, como o uso de drogas e a violência. Desta forma, a preocupação em evitar situações de risco para os filhos pode ser uma nova fonte de estresse às mães, para a qual as mesmas necessitarão desenvolver estratégias de enfrentamento. No caso das participantes deste estudo, as estratégias utilizadas como forma de garantir a proteção das crianças foram a mudança de residência, não permitir que seus filhos tivessem contato com pessoas e locais considerados impróprios para os mesmos e o afastamento das crianças dos membros da família considerados problemáticos.

Com relação ao controle e à disciplina, as mães demonstraram ser responsáveis por exercitá-los com as crianças e apresentaram algumas das estratégias que utilizam como, o diálogo, o castigo e a punição física: “Olha, conversando, eu acredito que conversando se ajeita tudo. Senão, precisar a gente dá uma xingada, também, né” (M5); “eu boto de castigo no quarto se teimar comigo (...). Converso com elas e não deixo fazerem o que elas querem, daí” (M6); “Quando não obedecem às vezes tomam umas varadas, eu dou mesmo. Eu chamo lá e daí a gente conversa, quando não é pra tá batendo toda hora” (M3).

Desta forma, percebe-se a importância atribuída pelas mães à educação dos filhos, em acordo com o apontado por Wottrich e Arpini (2014), ao citar a dicotomia entre práticas idealizadas (estratégias verbais) e práticas consideradas eficazes (coerção física) por mães coletadoras de material reciclável de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Consoante a tal, Zamberlan (2008), em estudo realizado com famílias da periferia de Londrina (PR), com o objetivo de descrever os ambientes em que tais famílias residiam, bem como detectar níveis de risco psicossocial e condições satisfatórias ao desenvolvimento infantil, indicou que mães de camadas socioeconômicas baixas tendiam a valorizar mais as práticas de controle e disciplina dos filhos do que a promoção de interações que visassem estimular o

desenvolvimento infantil dos mesmos. Marin, Piccinini, Gonçalves e Tudge (2012) encontraram resultado semelhante com famílias porto-alegrenses. Os autores identificaram que em famílias de classe média e média-alta, os pais tendiam a valorizar e a estimular a autonomia da criança, ao passo que em famílias de classes populares, a ênfase maior recaía sobre sua obediência.

Desta forma, pode-se pensar que em famílias de classe média e média-alta, a criação dos filhos envolve ações que estimulem o desenvolvimento de seu pensamento crítico, de modo que estes venham, através de sua maior escolaridade, adquirir melhores empregos, com maior remuneração e na condição de gestores dos mesmos, o que lhes proporcionaria administrar suas vidas de maneira mais autônoma e independente. Já no caso das famílias de classes populares, tendo em vista as inúmeras adversidades enfrentadas cotidianamente na tentativa de garantir sua sobrevivência, a criação dos filhos pode estar voltada ao desenvolvimento de estratégias de enfrentamento às mesmas, sendo que, seguir regras e subordinar-se às ordens torna-os bons empregados, sendo o emprego na condição de subordinado, a garantia de sobrevivência. Portanto, tendo em vista os diferentes objetivos das famílias na educação dos filhos, entende-se porque em famílias de classe média e média-alta as práticas educativas parentais são mais indutivas, ao passo que em famílias de classes populares as práticas educativas parentais tendem a possuir caráter coercitivo<sup>1</sup>.

Ainda referente ao controle e disciplina das crianças, os pais entrevistados relataram diferentes compreensões, ou seja, que ambos os pais (pai e mãe) são responsáveis pela educação e limites dos filhos (P1 e P4), que apenas a mãe é a responsável (P2 e P5), que a mãe é a responsável, todavia, os filhos não a obedecem (P3), que a mãe é a responsável na ausência do pai (P6). Percebe-se, então, a partir da fala dos pais, que a mãe é vista como a pessoa responsável por educar os filhos, porém, nem sempre as mesmas sentem-se aptas para tal, como mostrou Cúnico e Arpini (2014), no que se refere ao sentimento de fragilidade

relacionado ao desempenho da autoridade materna por mães de camadas populares que constituíam famílias monoparentais femininas ou seja, que conviviam com a ausência paterna. Esta fragilidade ocorre tendo em vista que o pai, nestas famílias, é percebido como a principal figura de autoridade sendo, portanto, a manutenção da autoridade e do respeito, o maior desafio vivenciado por estas mães.

Por outro lado, percebeu-se nas entrevistas com os pais uma tendência à divisão igualitária entre pai e mãe no que se refere às práticas de controle e disciplina dos filhos, em que ambos compartilham esforços para atingir o tal objetivo e, por fim, apenas um pai, o qual encontra-se em uma família nuclear, não atribuiu à mãe, diretamente, a função de educar, afirmando que esta seria, primeiramente, uma responsabilidade do pai, entretanto, na ausência deste, o mesmo acredita que a mãe deve ser capaz de substituí-lo neste aspecto. Estes resultados vão ao encontro do proposto por Zamberlan (2008) que, em famílias provenientes de contextos socioeconômicos desfavoráveis, a mãe é, geralmente, a figura mais envolvida com o cuidado dos filhos, sendo que, em sua pesquisa, a mesma foi indicada, em 80% das 75 famílias estudadas, como a responsável pela educação dos filhos.

Por fim, sobre as práticas que estimulam o desenvolvimento infantil, os pais não atribuíram nenhuma atividade necessariamente ligada à figura materna. As mães, por sua vez, indicaram, principalmente, a realização de atividades lúdicas como brincadeiras e passeios: “Elas gostam de andar de bicicleta, daí eu tem que... (risos) empurrar elas, que elas não sabem, ainda” (M6); “Quando eles têm aniversário, aí a gente vai, sai com ele pra festinha de aniversário, e vou pra lá pra minha irmã, no interior, onde nós morava (...) nas férias vou tirar pra mim ir com ele, que ele gosta de tá pra lá, brincando perto do rio” (M4).

A gente sai passear, vai pra praça, às vez, leva eles pra brincar, ou eles brincam bastante em casa, também, (...) e aí a gente participa, também, das brincadeiras, às vezes (...) e os final de

semana tem um piquete lá em cima, aí a gente convida eles, leva eles junto, vão pra lá, também. E daí a gente vai lá no Poliesportivo, também. A gente vai... Sai de casa (M3).

Nota-se a predominância de atividades lúdicas que não necessitam de maior investimento financeiro por parte das famílias (passeios na casa de familiares, festas de aniversário, espaços públicos para recreação), bem como o aproveitamento de recursos naturais disponíveis, como as paisagens de interior. Portanto, este resultado corrobora, em parte, com o achado de Zamberlan (2008) que identificou a ausência de livros, revistas e brinquedos nas famílias de baixa renda investigadas, bem como o pouco acesso ao lazer e passeios, de modo que os momentos compartilhados entre pais e filhos ficavam restrito apenas às idas à igreja e à casa de parentes próximos. Por estes motivos, o autor inferiu que a estimulação infantil pode ficar comprometida em ambientes economicamente desfavorecidos, uma vez que a maior parte da renda das famílias é destinada à prover os cuidados necessários para sua sobrevivência, como alimentação, moradia e saúde. Entende-se que o presente estudo concorda em parte com os achados de Zamberlan (2008) porque, embora as mães não tenham citado a realização de leituras de livros e/ou revistas e de brincadeiras de faz-de-conta com seus filhos, as mesmas conseguiam promover momentos de lazer com os mesmos, de acordo com suas possibilidades.

Além disso, verificou-se a importância dada pelas mães à transmissão de valores, tais como educação, respeito e honestidade, presentes em algumas falas: “eu acho que o essencial, de momento, é educação, porque educação é o que faz a pessoa ir adiante, se não ensinar agora de grande vai seguir os outros, vai fazer coisa errada” (M2); “O mais importante não lidar com droga, nem com briga no colégio, nem roubar, que é o principal, isso eu falo bastante pra eles. Primeiro lugar o estudo” (M3); “Primeiro lugar, a honestidade e, né, falar a verdade. (...). Então, a verdade, não mexer nas coisas dos outros. Não gosto que mexam.

Nunca! Não aceito isso, né.” (M5).

Neste sentido, a preocupação expressa pelas mães entrevistadas em transmitir valores aos filhos, contraria a lógica que ainda se faz presente no senso comum, a qual é resquício dos antigos Códigos de Menores – Código de Menores Mello Matos (1927) e sua versão reformulada, o Código de Menores de 1979 – que associa pobreza com periculosidade, ou seja, tem-se a noção de que as famílias pobres não são aptas a criar e educar suas crianças. Embora tenha ocorrido um enorme avanço em termos legais – revogação do Código de Menores de 1979 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 – as famílias pobres continuam a ser alvo de intervenções por parte do Estado. Todavia, muitas vezes, tais intervenções se dão sem uma adequada reflexão, uma vez que, ao considerar os problemas vivenciados por tais famílias como sendo de ordem individual, ou seja, de responsabilidade única e exclusiva da mesma, deixa-se de problematizar os elementos estruturais (questões sociais, econômicas e políticas) que contribuem para o surgimento e manutenção de tais problemáticas. Essa culpabilização e desqualificação das famílias pobres a partir de intervenções acríicas gera o que alguns autores entendem como prática de criminalização da pobreza (Nascimento, Cunha & Vicente, 2008, Hillesheim & Cruz, 2008, Nascimento, 2012).

Portanto, as falas acima citadas, mais uma vez, demonstram o quanto é tendencioso associar pobreza com periculosidade, sendo que, ao fazê-lo, passa-se a criminalizar a pobreza, a partir de estereótipos individuais. As mães entrevistadas deixam claro sua preocupação em criar seus filhos de forma responsável para que, assim, os mesmos tornem-se sujeitos de bem, ou seja, bons cidadãos, a partir dos valores transmitidos pelas mesmas.

### **“Mãe é tudo numa casa”: o significado atribuído à maternidade**

Nesta categoria serão discutidos os significados atribuídos por pais e mães à maternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social. Os conteúdos mais presentes nas falas dos entrevistados referem-se às atribuições necessárias ao exercício da maternidade

e, também, suas concepções quanto ao ideal de mãe, ou seja, o que, para os mesmos, significa ser uma “boa mãe”.

No que diz respeito às atribuições da mãe, M6 mencionou o fato de que poucas pessoas, além da mãe, têm paciência para criar e educar as crianças, o que pode significar, para a mesma, a importância atribuída ao papel materno; M5 falou de sentimentos relacionados à maternidade como o amor e o carinho. Entretanto, o conteúdo mais enfatizado nas falas das participantes referiu-se à responsabilidade para com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos: “a mãe é pra tudo: a mãe é pra dar leite, a mãe é pra cuidar, a mãe é pra atender, quando tá doente é a mãe... Eu acho que o papel da mãe é cuidar, educar e tá sempre presente, jamais abandonar um filho como o pai faz” (M2); “Cuidar... Cuidar a roupa dele, a comida, tudo! É funções que a gente tem. Manter ele sempre (...) limpo, a casa tudo limpa, essa que é a função: não deixar faltar nada” (M4); “A mãe é tudo numa casa, meu Deus! Por que tudo depende da mãe: tu precisa de uma coisa é a mãe, tu precisa de outra coisa é a mãe” (M1).

Reforçando o que foi proposto pelas mães, os pais afirmaram que, em suas famílias, os afazeres domésticos são desempenhados por suas esposas, bem como associaram-nos à atribuição essencialmente materna, ou seja, como componente do papel da mãe: “Dona de casa, isso ela faz tudo lá, roupa, comida essas coisarada” (P2).

sem a mãe é complicado! Desde a tarefa da casa, sem uma mãe é bem complicado os serviços da casa. (...). Então, se no caso tá a mãe, chega em casa, meio-dia o almoço vai tá pronto, vai tá um chimarrão lá. Toma um chimarrão, consegue descansar ao meio dia um pouco melhor... Mãe é uma mão na roda! Sem a mãe em casa é complicado (P5).

Neste sentido, o estudo de Jablonski (2010), realizado com 20 membros de casais

heterossexuais de classe média identificou que as mulheres, inseridas no mercado de trabalho, arcavam com uma dupla jornada de trabalho, sendo que o homem não compartilhava de forma igualitária a divisão das tarefas domésticas. Todavia, este achado não foi associado à maior existência de conflito entre os casais, conforme esperado pelo pesquisador. Para o mesmo, esta divisão desigual quanto ao trabalho doméstico é fortemente influenciada por questões tradicionais de gênero, indicando que estereótipos do tipo, tanto em relação aos papéis de gênero quanto aos papéis parentais estão presentes nos diferentes níveis socioeconômicos.

A maioria dos pais relacionou como requisitos principais ao papel materno o cuidado (P1, P3, P4, P6), a educação (P1, P2, P6) e a proteção (P4): “é tarefa da mãe cuidar deles (crianças), também ajudar a gente a cuidar, não deixar fazer coisa errada” (P3); “primeira coisa é educar bem os filho, filha” (P2). O pai P1, ainda discorrendo acerca do papel materno, mencionou a necessidade em haver acordo entre pai e mãe quanto à educação dos filhos, para que seus papéis não sejam desautorizados frente aos mesmos: “não adianta, tipo, tu viver ali em família, mas viver sempre desunido, sempre um educa assim, outro quer educar assim, né. Então, tem que sê meio unido, balançando as conversas” (P1).

A participante M6 relatou, também, o desejo de exercer sua maternidade de forma diferente da vivenciada com sua própria mãe, indicando a necessidade de romper com práticas consideradas inadequadas para a criação dos filhos, bem como, de desenvolver novas estratégias para o exercício de seu papel: “Eu não quero ser, sabe, mãe durona. Aquelas mãe que qualquer coisa tá xingando, tá... É que eu fui criada assim, então eu não quero pros meus filho (...). E o que eu não tive eu também quero dar pra elas” (M6).

A afirmação de M6, no que se refere a não repetir algumas das experiências que teve com sua mãe, em sua infância, é melhor explicada por Bolze e Crepaldi (2015) ao trabalharem o conceito de descontinuidades da transmissão intergeracional, a qual refere-se a tudo aquilo que é passado de geração para geração como, no caso desta mãe, as práticas maternas ou o

modelo de mãe. Assim, as discontinuidades ocorrem quando esta transmissão é interrompida, o que ocorre através dos mecanismos mediadores e moderadores. O primeiro, segundo as autoras, é desenvolvido a partir das experiências que o pai ou a mãe teve em sua infância. Assim, através deste mecanismo, há a tendência de o adulto (pai ou mãe) desenvolver com seus filhos comportamentos similares aos que vivenciou em sua infância, na condição de filho, sendo que estes comportamentos podem ser tanto positivos, como a responsividade, por exemplo, quanto negativos – agressividade, hostilidade etc. Os mecanismos moderadores, por sua vez, relacionam-se ao contexto social e às relações estabelecidas ao longo da vida pelo adulto (pai ou mãe), que contribuem para que a transmissão aconteça ou não. Para as autoras, através das relações íntimas desenvolvidas com pessoas significativas – amigos, cônjuge, terapeuta, entre outros – é possível promover um rompimento nos padrões comportamentais e relacionais do adulto, aprendidos durante sua infância, e desenvolver novos repertórios, que possuam sentido e significado para o adulto.

Ainda com relação ao papel materno, percebeu-se que o mesmo era permeado por um forte sentimento de angústia. Para M6 esta angústia refere-se às privações econômicas pelas quais a família passava: “Sabe, eu me sinto uma péssima mãe, na verdade, quando eu não tenho pra dar nem comida pra elas, daí eu me sinto derrotada. Daí eu me sinto uma péssima mãe. Que daí eu fico nervosa, fico pensando – que que eu vou fazer –, né” (M6). Para M5 o sentimento associava-se ao exercício da maternidade como um todo: “Isso de noite eu fico pensando – será que eu tô sendo uma boa mãe? Será que, sabe, será que eu vô conseguir? – às vezes eu fico pensando. Eu tenho essas coisas na minha cabeça, sabe. Isso me dói” (M5).

Todavia, ao falar de seus filhos as mães expressaram um intenso sentimento de afetividade pelos mesmos: “Meus filhos, Deus o livre, são tudo pra mim! Meus pedacinho de gente” (M1); “Ele se tornou tudo pra mim, até sem ele eu não vivo mais, é meu!” (M2); “São tudo uns pintinho (tom de riso), debaixo das asa!” (M5). Novamente, tais falas contrariam a



lógica preconceituosa que associa pobreza com periculosidade/criminalidade, a qual surgiu a partir do movimento higienista do século XIX, com a passagem do regime monárquico ao republicano (Hillesheim & Cruz, 2008, Rizzini, 2011), e que ainda apresenta seus reflexos na sociedade contemporânea. Neste sentido, as falas citadas acima nada tem a ver com violência, mas sim, com afetividade, sendo que, nos discursos sociais a primeira é muito mais associada às famílias pobres que a segunda, o que revela uma percepção enviesada e tendenciosa acerca das mesmas.

Com relação à maternidade ideal, a “boa mãe” foi descrita pelas entrevistadas como aquela que educa os filhos (M6), é presente no dia-a-dia (M2), participa nas atividades que os filhos realizam (M3) e, também, sabe privar os filhos daquilo que não lhes é necessário – em termos materiais –, bem como sabe impor limites: “uma boa mãe não pode dá tudo, também, né. (...). Então, é porque a gente quer dá mais coisas que a gente não tinha, né. Então a gente tem que saber, também, dizer não, né” (M5); “Boa mãe educando seu filho. É, não digo fazer tudo as vontade, também, por que daí fazem de gato e sapato a mãe e o pai, mas no caso, amando e respeitando” (M1). Consoante a tal, o pai P5 explicitou em sua fala a ideia de que a mãe, na sua opinião, teria mais dificuldades em impor limites aos filhos pelo fato de ceder mais facilmente aos apelos da criança que o pai:

A mãe (...) ela é tudo pelo um filho. Ela nunca vai dizer... muitas vezes um filho dobra uma mãe fácil; a mãe não sabe dizer “não”. Então, ali vem a parte, de novo, que o esteio da casa é o pai, o pai já pensa um pouco, o pai já é um pouco mais rígido. Mas a mãe concorda com o filho mais fácil. Então, daí, vem a parte do pai opinar com a mãe, pra ver; trocar uma ideia de como fazer. Porque a mãe nunca vai dizer “não” pra um filho, sempre tem o coração mais doce, diz o outro (P5).

Portanto, considera-se que esta fala traz implícita duas questões importantes, que possuem significado especial para o pai entrevistado: o primeiro aspecto refere-se à importância que o mesmo atribui ao papel paterno, conservando resquícios de uma cultura patriarcal e, o segundo, diz respeito à noção de afetividade/amorosidade ligada à figura feminina.

Conforme desmistificou Badinter (1985) o amor materno não é natural e instintivo, mas sim, uma construção sócio-histórica e cultural. Deste modo, os significados atribuídos à maternidade são construídos pela humanidade ao longo de sua história, sendo que estes definem aquilo que mais convém em cada momento ou época. Assim, se no século XVIII, esperava-se que a mulher fosse uma mãe zelosa e prestativa ao seu filho e, devido as enormes taxas de mortalidade infantil, ela deveria cuidá-lo amorosamente para que pudesse sobreviver e ser saudável, atualmente, em pleno século XXI, não é esperado que a mulher apenas desempenhe seu papel de mãe e/ou dona-de-casa, mas que atinja níveis mais altos de escolaridade e insira-se no mercado de trabalho, de forma a contribuir com a economia doméstica, por exemplo.

No que se refere à maternidade ideal, a partir da ótica paterna, surgiram os seguintes significados: aquela que sabe dar amor, que educa, cuida e orienta os filhos, que realiza os afazeres domésticos e auxilia o marido no que ele precisar: “Amor. Principal coisa é amor, mesmo (referindo-se à “boa mãe”)” (P1); “Boa mãe também tem que tá ali pra cuidar dos filho, tudo, independente de, tipo... Na educação, aquela coisa que eu te falei, na educação, na doença, tudo que é coisa a mãe tem que tá ali, né, pra auxiliar” (P2).

uma boa mãe que ela colabora com a gente. Faz que nem a minha companheira: ela faz o serviço de casa, me ajuda no de fora, mas é uma boa mãe. Tu chega, tem uma roupa limpa, uma comida. Eu acho que é o dever dela. Assim é uma boa mãe. Daí

o cara chega e não precisa se preocupar com essas coisas (P5).

A fala de P5 demonstra o significado implícito à maternidade, de modo que ser “boa mãe” não é apenas estar voltada às necessidades dos filhos, mas também ao marido. Parece, portanto, que pelo fato de ser mãe, a mulher possui atrelada à sua identidade a característica do cuidado, ou seja, como se a maternidade a tornaria apta para cuidar das pessoas: das crianças, dos maridos, dos idosos etc.

Considerando os aspectos relacionados tanto pelas mães, quanto pelos pais acerca de suas concepções sobre a maternidade ideal, percebe-se porque as mães sentem-se sobrecarregadas para com o exercício de seu papel, pois são muitas as atividades que uma “boa mãe” deve realizar: desde o cuidado e educação dos filhos, organização do ambiente doméstico e ser prestativa ao marido, quando este assim demandar. Portanto, percebe-se que as mães do presente estudo desempenham seu papel de acordo com o significado que a maternidade possui para as mesmas e para o contexto em que vivem, havendo um consenso entre pais e mães quanto ao significado atribuído à maternidade.

Por fim, é importante ressaltar que a maternidade foi descrita pelas mães como sendo um desejo íntimo de algumas destas, de modo que os filhos eram vistos pelas mesmas como uma companhia (M4), e até mesmo como uma alternativa à solidão (M5). Conforme discutido por Almeida (2007), em famílias em situação de vulnerabilidade social, o trabalho não possui um papel tão preponderante à identidade feminina como o tem a maternidade, sendo que esta atribui valor à mulher:

eu sempre queria ser mãe, desde que as outras (irmãs) tinham tudo filho e só eu que não, né... Eu era a última, que não ia ter, não ia poder ter, eu tinha problema, meu útero era infantil, daí eu fiz tratamento pra ter ele. Daí eu disse, não vou ficar só eu, vocês tudo tem e eu não tenho, mas disse – vou dar um jeito de

fazer! – era meu orgulho de ter pelo menos um de companhia pra mim (M4).

Porque desde 15 anos eu fiquei mãe, né, desde 15 anos, então tu imagina, né. (...). Eu sempre dizia pra minha família – Um dia eu vou adotar 2, 3 – (...). Depois eu fiquei sabendo que eu tava esperando nenê, né? Então, bem no fim... Eu sempre dizia – Eu vou adotar, um dia – e agora veio esses dois da minha irmã pra mim, né. E eu ainda digo – Um dia, quando os meus filhos... que eu estiver sozinha e velhinha... (risos)... porque eu não quero ficar sozinha (M5).

Além disso, a mãe M6 afirmou que, se ela não tivesse os filhos, poderia ter sucumbido às drogas. Esta afirmação nos permite pensar que, assim como as mães que associaram os filhos como companhia e como “escudo” para a solidão, os filhos são vistos como uma esperança de futuro, ou seja, como um motivador para que as mesmas sigam com suas vidas, apesar das condições adversas que esta lhes impõe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para ampliar a compreensão acerca do significado da maternidade em contextos de vulnerabilidade social. O fenômeno da maternidade foi olhado através de dois prismas, ou seja, a partir do ponto de vista do pai e do ponto de vista da mãe, enfocando dois aspectos específicos: o papel desempenhado pelas mães e o significado atribuído à maternidade por pais e mães provenientes de um contexto de vulnerabilidade social.

Com relação ao papel materno, verificou-se que o mesmo representa uma sobrecarga emocional às mães entrevistadas, tendo em vista as múltiplas tarefas que as mesmas desempenham, sendo, principalmente, a responsabilidade ou a contribuição para com o

sustento financeiro, a organização doméstica, os cuidados e educação dos filhos. Os resultados provenientes das entrevistas realizadas com os pais foram consoantes aos resultados advindos por parte das mães, de forma que: 1) a mãe está mais presente no ambiente doméstico que os pais; 2) em suas famílias, a mãe é a responsável pela realização das tarefas domésticas e pelo cuidado para com os filhos e 3) a mãe é a pessoa que mais realiza práticas de controle e disciplina para com os filhos, em suas famílias, sendo que, em alguns momentos, esta tarefa pode ser dividida com o pai.

Neste sentido, tendo em vista os estudos apresentados anteriormente relacionando as práticas educativas parentais e o nível socioeconômico, tornam-se necessárias algumas reflexões: A interação – com fins de estimulação ao desenvolvimento infantil –, por parte das mães para com os filhos, é menos valorizada pelo fato de não ser considerada importante para estas mães ou pelo fato destas possuírem menores níveis de escolaridade, o que pode relacionar-se a um maior desconhecimento acerca do desenvolvimento infantil? As práticas de controle e disciplina dos filhos ganham ênfase especial a estas mães em relação aos momentos de interação/estimulação pelo fato de que, para o seu universo cultural, saber disciplinar os filhos seria uma importante habilidade parental/materna? Além disso, há que se considerar o tempo disponível destas mães, bem como quais são suas prioridades e sua motivação para tal, de modo que, em famílias em vulnerabilidade social, há a possibilidade de que o tempo disponível das mesmas esteja organizado no sentido de prover sua sobrevivência, considerando o fato desta constituir-se em uma de suas mais importantes prioridades parentais. Assim, as demais necessidades familiares e de desenvolvimento infantil passariam a adquirir menor relevância para tais mães. Questões como estas ressaltam a importância do cuidado na realização de estudos com populações economicamente vulneráveis, para não incorrer em resultados tendenciosos e preconceituosos.

No que se refere ao significado atribuído à maternidade, percebeu-se que, para as

entrevistadas, a mãe deve ocupar um lugar central na família, sendo capaz de manter a organização da casa e de realizar o cuidado e a educação dos filhos. Os pais por sua vez, atribuíram significados semelhantes aos das mães no que se refere à maternidade, de modo que a “boa mãe” deve realizar tarefas como educação, cuidado e orientação dos filhos. Porém, estes não enfatizaram claramente, assim como as mães o fizeram, a questão dos afazeres domésticos como atribuição feminina/materna.

Desta forma, pode-se pensar que a sobrecarga emocional advinda da multiplicidade de papéis desempenhados pelas mães deve-se, em parte, ao significado que as mesmas atribuem à maternidade, ou seja, de que a “boa mãe” é responsável por “tudo” numa família. Esta ideia pode estar relacionada à pouca iniciativa em delegar tarefas, nos casos em que há a presença paterna na família. Todavia, como a maior parte das mães entrevistadas não possuem uma constituição familiar em que a figura paterna esteja presente, tal fato poderia justificar o sentimento de sobrecarga por parte das mães. Além disso, embora tenha sido evidenciada uma pequena tendência de pais e mães compartilharem as tarefas de cuidado e educação dos filhos, nas entrevistas realizadas com os pais, a maioria destas responsabilidades ainda recaía majoritariamente sobre as mães.

Portanto, entende-se que o presente estudo avançou para com a produção do conhecimento científico, principalmente no que diz respeito à temática da maternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social, trazendo novos elementos para pensar o exercício e o significado desta, tanto a partir do olhar das mães quanto dos pais. Desta forma, entende-se que as reflexões produzidas a partir do mesmo podem servir como base para os profissionais que atuam junto à população investigada, de modo a aproximar suas concepções às concepções desta e, portanto, desenvolvendo intervenções críticas e eficazes às questões envolvendo família e parentalidade.

Todavia, um cuidado que se deve ter em relação a este estudo refere-se ao fato de que

o mesmo não se propôs a ser representativo de toda a população proveniente de contextos de vulnerabilidade social, bem como não ofereceu dados generalizáveis, tendo em vista que tal característica não se aplica aos estudos qualitativos. Todavia, acredita-se que as reflexões produzidas a partir do mesmo podem ser aplicáveis a outras situações a contextos que incluem as temáticas da maternidade e paternidade. Além disso, o estudo não foi exaustivo quanto à variedade de configurações familiares existentes em nossa sociedade ou seja, embora tenham sido acessadas todas as configurações familiares propostas nos critérios de inclusão do estudo – nuclear, recasada, extensa e monoparental – sabe-se que existe uma diversidade muito grande de arranjos familiares, os quais possuem peculiaridades próprias merecendo, assim, ser contemplados em novos estudos científicos.

#### REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. de (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do departamento de Psicologia – UFF*, 19(2), pp. 411-422. Acesso em <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/11.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Brasil, República Federativa do Brasil (1993). *Lei Orgânica de Assistência Social nº 8742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2005). *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2007). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2011). *Resolução 17, de 20 de junho de 2011*. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência

Social – SUAS. Publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2011. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

- Barroso, R. G. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 1(52), pp. 211-229. Disponível em <http://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/996/445>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Bolze, S. D. A. & Crepaldi, M. A. (2015). O pai e seus relacionamentos familiares: uma perspectiva intergeracional. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Orgs). *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades*. Curitiba: Juruá, pp.31-43).
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). Constituinte uma família recasada. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (344-370). 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Correia, M. de J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 3(16), pp. 365-371. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2017.
- Costa, A. F. de S. & Cardoso, C. L. (2010). Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(3), pp. 223-229. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a11.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Cronemberger, I. H. G. M. & Teixeira, S. M. (2013). Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Informe Econômico*, 1(1), pp. 17-26. Disponível em <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267/990>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), pp. 37-49. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2017.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), pp. 95-121. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n1/a06v05n1.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A. dos, Dias, O. V. & Costa, S. de M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), pp. 258-264. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n2/19.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Gaskell, G. (2015). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Hillesheim, B. & Cruz, L. R. da (2008). Risco, vulnerabilidade e infância: algumas



- aproximações. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), pp. 192-199. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Hines, P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, pp. 440-467.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA] (2017). *Radarm IDHM 2015*. Minas Gerais: Fundação João Pinheiro. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em 29 de outubro de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE] (2014). Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2), pp. 262-275. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2017.
- Janczura, R. (2012). Risco ou vulnerabilidade social? *Textos e Contextos*, 11(2), pp. 301-308. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Koelzer, L. P., Backes, M. S. & Zanella, A. V. (2014). Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 1(7), pp. 132-139. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a12.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Laville, C. & Dionne, J. A. (1999). *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances em Psicologia Latinoamericana*, 1(30), pp. 182-192. Disponível em <http://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/viewFile/1437/1878>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., Gonçalves, T. R. & Tudge, J. R. H. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. *Estudos de Psicologia*, 17(1), pp. 05-13. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26122929002>. Acesso em 20 de outubro de 2017.
- Martin, V. B. & Angelo, M. (1999). A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 7(4), pp. 89-95. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n4/13493.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(3), pp. 621-626. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2017.
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Muñoz, L. A., Sanchez, X., Vollrath, A. & Bonatti, C. (2013). Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 21(4), pp. 1-7. Disponível em [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt\\_0104-1169-rlae-21-04-0913.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt_0104-1169-rlae-21-04-0913.pdf). Acesso em 16 de agosto de 2017.
- Nascimento, M. L. do, Cunha, F. L. da & Vicente, L. M. D. (2008). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, 14(7), pp. 1-17. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a06.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Nascimento, M. L. do (2012). Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, 24(número especial), pp. 39-44. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/07.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Sarti, C. A. (2011). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.
- Senra, C. M. G & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia e Sociedade*, 2(24), pp. 293-299. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA [SENARC] (2013). Informe 362, de 25 de abril de 2013. Conceitos do Cadastro Único. Disponível em [www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/informe362.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe362.pdf). Acesso em 27 de outubro de 2017.
- Wottrich, S. H. & Arpini, D. M. (2014). Cuidados necessários à infância: um estudo com mães coletadoras de material reciclável. *Temas em Psicologia*, 22(2), pp. 471-482. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n2/v22n2a17.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.
- Zamberlan, M. A. T. (2008). Ambientes domiciliares de famílias de baixa renda de área urbana: aspectos físicos e psicossociais. In M. A. T. Zamberlan & Z. M. B. Alves. *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. 2ª ed. Londrina: EDUEL, pp. 81-109.

## NOTAS

1 As práticas educativas indutivas são aquelas que visam induzir a criança a realizar um comportamento esperado pelos pais, sendo que, para isso, os adultos se utilizam de ações como: explicações, negociações etc. As práticas educativas coercitivas, por sua vez, visam a interromper o comportamento indesejado que a criança está apresentando, de modo que, para tanto, os pais se utilizam de ações como: coação verbal (xingamentos), privação de situações e objetos que causam satisfação à criança e, até mesmo, punições físicas.

2 Entende-se que a atuação do psicólogo no âmbito do SUAS é recente por dois motivos. O primeiro, porque a própria política de assistência social é recente no Brasil, sendo que, em 1993 passou a vigorar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), em 2004 foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004), em 2005 foi instituída a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) (BRASIL, 2005) e em 2007 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). O segundo motivo diz respeito ao fato de que anteriormente ao ano de 2011, o profissional de psicologia podia integrar as equipes de referência do SUAS, todavia sua presença junto às mesmas não era obrigatória. Foi só a partir de 2011, com a Resolução 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que o psicólogo passa a ser considerado membro obrigatório das equipes de referência do SUAS.

## **ARTIGO 2**

A paternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães \*

Título em Inglês: Fatherhood in contexts of social vulnerability: roles and meanings attributed by fathers and mothers

Título Abreviado: Paternidade em contextos de vulnerabilidade social

\* O artigo está formatado de acordo com as instruções da Associação Americana de Psicologia (APA, 6ª edição), bem como as Diretrizes para Autores da Revista Científica Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, na qual o mesmo será submetido.

## RESUMO

O presente estudo investigou o significado da paternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social. Participaram seis pais e seis mães de crianças com até doze anos incompletos, os quais encontravam-se cadastrados em um Centro de Referência de Assistência Social de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados através de um Questionário Sociodemográfico e de uma Entrevista Semiestruturada e foram analisados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os resultados encontrados indicaram certo consenso entre pais e mães com relação ao papel atribuído à figura paterna – ou seja, o de responsável pelo sustento financeiro dos filhos e da família –, bem como ao significado da paternidade ideal, sendo que o “bom pai” foi definido por ambos como aquele que se faz presente na rotina familiar e na vida dos filhos. Considera-se que o presente estudo pode contribuir para com os profissionais que atuam junto à políticas públicas brasileiras, no atendimento a famílias, ao problematizar certas peculiaridades referentes ao significado da paternidade em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: relação pais-crianças; paternidade; famílias de baixa renda.

**ABSTRACT**

*The present study investigated the mean of fatherhood experienced in contexts of social vulnerability. Six fathers and six mothers of children until twelve years old, who were enrolled in a Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) of a municipality in the State of Rio Grande do Sul participated. Data were collected through a Sociodemographic Questionnaire and a Semistructured Interview and were analyzed through Content Analysis (Bardin, 1977). The results indicated a certain consensus between fathers and mothers regarding the role attributed to the paternal figure – who is the responsible for the financial support of the children and the family – as well as the meaning of ideal fatherhood, and the “good father” was defined by both as someone that is present in the family routine and in the life of the children. This way, we considered that the present study provided important reflections, contributing to professionals working with Brazilian public policies, in the care of families, by problematizing certain peculiarities regarding the meaning of fatherhood in contexts of social vulnerability.*

*Keywords: father child relations; fatherhood; low-income families.*

## INTRODUÇÃO

Embora nas últimas três décadas a Psicologia tenha se ocupado em estudar o fenômeno da paternidade, principalmente através da interação do pai com a criança, foi a partir da década de 1970, com os estudos de Lamb sobre a importância do pai para o desenvolvimento infantil, que o mesmo passou a ser melhor explorado cientificamente (Goetz & Vieira, 2013). Anterior a este período, a maior ênfase dos estudos recaía sobre o binômio mãe-filho, ou seja, a importância do papel materno para o desenvolvimento infantil (Borsa & Nunes, 2011). Entretanto, da mesma forma como o contexto histórico e social influencia a ciência, as descobertas científicas influenciam o contexto, de modo que, cada vez mais o pai passou a participar da vida familiar e dos filhos, bem como tornou-se objeto de estudo e investigação científicos (Bossardi, Bueno & Vieira, 2015).

Neste sentido, Beuno, Bossardi e Vieira (2015), ao tratar do papel do pai no contexto contemporâneo, apontam que o mesmo já sofreu inúmeras alterações, tendo em vista as transformações ocorridas na família, fruto das mudanças econômicas, sociais e culturais de cada época. Entretanto, para os mesmos, apesar das transformações pelas quais a família tem passado, continua sendo a principal tarefa, tanto de pais quanto de mães, oferecer condições para que os filhos cresçam e se desenvolvam com saúde. Assim, independente da configuração familiar e do contexto no qual a família viva, os pais possuem um compromisso com os cuidados e a educação dos filhos.

Consoante a tal, a revisão de literatura desenvolvida por Vieira, Bossardi, Bolze, Crepaldi e Piccinini (2014) acerca da produção nacional sobre paternidade e sua relação com o desenvolvimento infantil, entre os anos de 2000 e 2012, apontou que, assim como o papel paterno tem passado por inúmeras transformações, cada vez mais sua importância para o desenvolvimento infantil é reconhecida. Por outro lado, o estudo indicou a coexistência de resquícios de uma concepção tradicional sobre a paternidade, associando ao pai a

responsabilidade pelo sustento financeiro da família e o papel de mero coadjuvante nos cuidados com os filhos.

Neste sentido, Bueno et al. (2015), inspirados nos estudos de Paquette abordaram a importância do pai para o desenvolvimento infantil, enfatizando as diferenças na forma de pais e mães interagirem com as crianças. Um exemplo disto consiste em o pai realizar, com maior frequência que a mãe, brincadeiras turbulentas, envolvendo contato físico com a criança, as chamadas brincadeiras de “lutinha”. Nestas brincadeiras, além de estimular o desenvolvimento físico e motor da criança, o pai contribui para o seu desenvolvimento emocional, ao alternar situações de dominação-subordinação, bem como a aprendizagem de habilidades para lidar com a frustração e a agressividade. Ademais, nestas brincadeiras, se desenvolvidas de forma natural e à vontade, por pai, mãe e filhos, se faz presente uma relação de ativação, na qual a criança é, ao mesmo tempo, estimulada e disciplinada. A primeira dimensão – estimulação – envolve ações que encorajam a criança à “abertura ao mundo”, ou seja, explorar ambientes, aceitar desafios, superar limites, persistir nas adversidades, etc. A segunda dimensão, por sua vez – disciplina – refere-se ao estabelecimento de limites, os quais garantem proteção e segurança à criança.

Todavia, os autores lembram que a relação de ativação também podem ser realizada pela mãe, principalmente nos casos em que o pai for o principal cuidador e não ela. Além disso, os autores salientam que a relação de ativação que o pai desenvolve com a criança depende de fatores individuais tanto do pai quanto da criança e contextuais como, por exemplo, as relações familiares, o relacionamento da díade parental (aprovação ou desaprovação, por exemplo) e influências culturais, ou seja, aquilo que culturalmente se atribui ao papel de homem e de pai.

Consoante a tal, Benczik (2011) ressaltou que, atualmente, o pai participa, divide e compartilha aspectos importantes da vida dos filhos, tanto no que se refere ao aspecto



emocional, como social e cognitivo. Porém, há como contraponto, em nossa sociedade, os pais que não ocupam tal lugar. Segundo a autora, isso se dá em decorrência da ausência de desejo por parte dos mesmos ou por não acreditarem que são capazes. Tais fatores seriam fomentados por um discurso biologicista, muito presente no senso comum, que atribui à mãe, por sua natureza feminina, habilidades inatas ao cuidado e criação dos filhos. Outro fator, questionado pela autora, refere-se à não permissão por parte da mãe de que o pai desempenhe um papel alternativo ao seu, junto aos filhos, por não considerá-lo apto a tal. Com isso, haveria uma desqualificação por parte da mãe ao exercício da paternidade. Essa compreensão vai ao encontro do que foi proposto por Cúnico e Arpini (2013), ao referirem que pensar a paternidade, no cenário atual, implica também problematizar o papel materno, o qual, historicamente, esteve atrelado à afetividade e ao saber sobre os filhos. Desta forma, conferir à mulher um saber natural sobre a maternidade priva e, até mesmo, exclui o homem de sua participação como sujeito ativo no cuidado e na criação dos filhos, ou seja, no exercício da paternidade.

Além disso, no que se refere aos papéis parentais, Bueno et al. (2015) afirmam que estes não são estanques, alterando-se ao longo do ciclo de vida familiar, de modo a ajustar-se às necessidades dos membros da família em momentos específicos. Portanto, no que diz respeito ao papel paterno, é esperado que, em famílias com filhos pequenos, o mesmo esteja voltado para a educação e cuidados básicos para com a criança. Na fase de família com filhos adolescentes, é esperado que seu papel se altere, e assim sucessivamente, conforme cada momento do ciclo de vida familiar.

Há que se considerar que os aspectos até aqui salientados referem-se a uma concepção generalista acerca da temática, todavia, o presente estudo visa compreender o significado de ser pai para homens cujas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, faz-se necessário considerar a influência do contexto social no exercício da paternidade.

Segundo Sarti (2011), em famílias pobres<sup>3</sup>, há certa tendência de que os papéis parentais sejam desempenhados de forma complementar por pais e mães, baseados nas diferenças de gênero. Assim, caberia ao homem a responsabilidade pela família, em termos de sustento financeiro e no exercício e sua autoridade; e à mulher caberia a responsabilidade pela casa, ou seja, a realização dos afazeres domésticos, e o cuidado para com seus membros mantendo, assim, a unidade do grupo familiar.

Bustamante e Trad (2005), em estudo etnográfico realizado com sete casais de um bairro popular da cidade de Salvador, com o objetivo de compreender a participação paterna no cuidado e criação de crianças menores de seis anos apontou que, nestas famílias, o fato de ter filhos era compreendido como fundante da família, ou seja, o nascimento do primeiro filho significava para os participantes a constituição de novos núcleos familiares. Da mesma forma, em seu estudo com moradores da periferia paulista, Sarti (2011) identificou que a família ideal era entendida como aquela formada pela tríade: casamento, casa e filhos.

---

<sup>3</sup> Aqui o termo “famílias pobres” é utilizado de acordo com a definição atribuída pela autora, para se referir às famílias em situação de vulnerabilidade social. Todavia, tais termos não são sinônimos, tendo em vista que o conceito de “vulnerabilidade social” refere-se a um fenômeno mais amplo, que inclui uma gama de variáveis, tais como: pouco acesso à políticas públicas (saúde, educação, assistência social, por exemplo); relações familiares e de vizinhança fragilizadas ou com risco para o rompimento de vínculos, devido à alta incidência de conflitos e/ou relações abusivas; riscos provenientes do local de moradia (instalações precárias e que possam provocar danos à saúde) e do contexto em que vivem (próximo a pontos de tráfico de drogas, prostituição etc.), dentre outros. Assim, a pobreza deve ser entendida como um fator que pode acentuar a situação de vulnerabilidade social que determinada família está vivenciando, mas não como causa direta da mesma (Hillesheim & Cruz, 2008, Fonseca, Sena, Santos, Dias & Costa, 2013).

O estudo de Bustamante e Trad (2005) ainda indicou que, na população estudada, a participação paterna na criação dos filhos se dava através de três dimensões, sendo elas: 1) educação, em que o pai era visto como figura central e responsável por exercê-la junto aos filhos; 2) cuidados corporais, os quais eram percebidos como atribuição feminina e, portanto, devendo ser desempenhados pela mãe, sendo o pai auxiliar ou ajudante da mãe nos momentos em que realiza tais cuidados; e 3) preservação da integridade dos filhos, a qual é de responsabilidade de todos os membros familiares. Neste último ponto, ao referir-se à responsabilidade paterna quanto à preservação da integridade dos filhos, esta esteve associada às vulnerabilidades presentes no contexto em que a família vivia (ex. drogadição, violência física e sexual) e aos riscos presentes no ambiente doméstico (ex. construções precárias e/ou que ofereçam risco à acidentes).

Portanto, considerando a necessidade de estudos envolvendo a temática da paternidade em contextos de vulnerabilidade social, este estudo se propõe a compreender o significado da mesma a partir da perspectiva de pais e mães provenientes do contexto em questão. Assim, espera-se contribuir para com a comunidade acadêmica e científica, bem como para com os profissionais que atuam em contextos de vulnerabilidade social, no sentido de aproximar o entendimento técnico do significado que a própria população atribui à paternidade.

A psicologia, enquanto uma das especialidades em saúde, também passa a intervir diretamente na vida das famílias, principalmente no âmbito das políticas públicas. Neste sentido, considerando a recente atuação do psicólogo no campo da assistência social, incluído como membro obrigatório das equipes de referência apenas em 2011 (Cnas 2011), pode-se compreender que a mesma constitui-se em um desafio a estes profissionais. Neste contexto, o psicólogo necessita desenvolver um fazer que respeite a cultura dos usuários e do contexto no qual estes estão inseridos, para, então, realizar uma prática crítica e eficaz. Neste sentido, conhecer o modo como os próprios pais e mães compreendem a paternidade deve servir como

suporte aos profissionais que atuam com famílias, auxiliando-os a desenvolver estratégias baseadas em uma visão psicossocial acerca do fenômeno (Dimenstein, 2000, Macedo & Dimenstein, 2012).

A partir do exposto, o presente estudo objetivou compreender o significado atribuído por pais e mães acerca da paternidade em contextos de vulnerabilidade social.

## MÉTODO

### **Participantes**

Participaram deste estudo seis pais e seis mães de crianças com até doze anos incompletos, cujas famílias encontravam-se em situação de vulnerabilidade social e, portanto, cadastradas em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul. A escolha dos participantes realizou-se através do critério de amostragem intencional, sendo que estes foram definidos tendo em vista a inclusão de, ao menos, um pai ou mãe representativos de cada uma das seguintes configurações familiares: nuclear, recasada, monoparental e extensa. Salienta-se, também, que o número de participantes – seis pais e seis mães – foi limitado tendo em vista o tamanho total do *corpus* a ser analisado a partir destas 12 entrevistas, de modo a não comprometer a qualidade e a profundidade da análise (Gaskell, 2015). Foram excluídos da pesquisa os pais e mães que apresentavam algum comprometimento cognitivo significativo que impedisse a compreensão da entrevista, bem como os que possuíam filhos com problemas de desenvolvimento, tais como síndromes, deficiência intelectual ou física. Além disso, poderiam participar da pesquisa pais e mães que compunham um casal, ou seja, que constituíssem o mesmo núcleo familiar, todavia, isto só ocorreu em um caso: com o casal constituído pela mãe M1 e pelo pai P1.

Portanto, no momento em que realizou-se a coleta dos dados, os pais estudados

possuíam idades entre 27 e 60 anos (M=43,5 anos). A escolaridade era representada por: Três pais com Ensino Fundamental incompleto, dois pais com Ensino Fundamental completo e um pai com Ensino Médio incompleto. Com relação à profissão, dois pais eram agricultores, um pai era pedreiro, um pai era estoquista de insumos agrícolas, um pai era servente de pedreiro e um pai era funcionário público na área de meio ambiente. Quanto à religião, cinco pais declararam-se católicos e um pai declarou-se evangélico luterano. Por fim, em relação às configurações familiares dos entrevistados, três pais viviam em famílias recasadas, em que um dos adultos que compõe o atual casal (pai ou mãe) ou ambos provém de um relacionamento anterior, com filhos (Carter & McGoldrick, 1995); dois pais formavam famílias nucleares simples, configuração composta por pai e mãe residindo no mesmo domicílio e seus filhos, os quais foram gerados pelo mesmo casal (Moreira, 2013); e um pai, o qual havia se separado e passou a residir apenas com sua mãe, sem os filhos(as), o que foi considerado como família convivente, sendo esta definida pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC, 2013) como uma família estendida, que possui mais de um núcleo familiar residindo no mesmo domicílio, sendo parentes ou não, porém não compartilham sua renda, apenas dividindo as despesas da casa entre si. A tabela 1 ilustra o perfil e as configurações familiares dos pais entrevistados:

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Com quem moravam</b>	<b>Configuração Familiar</b>
P1	38	Ensino Fundamental completo	Servidor público	Filhos (10 meses e 14 anos), esposa e enteado (15 anos)	Recasada
P2	37	Ensino Fundamental Completo	Estoquista	Mãe	Família Convivente
P3	44	Ensino Fundamental incompleto	Pedreiro	Filhos (05 e 07 anos) e companheira	Recasada
P4	27	Ensino Fundamental incompleto	Servente de Pedreiro	Filho (01 mês) e companheira	Nuclear simples

P5	60	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor	Filha (06 anos), enteado (14 anos) e companheira	Recasada
P6	27	Ensino Médio incompleto	Agricultor	Filha (01 ano e 09 meses) e companheira	Nuclear simples

Tabela 1. Perfil e Configurações Familiares dos Pais

\* P1 e M1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

As mães, por sua vez, possuíam idades entre 25 e 41 anos (M=33 anos). Quanto à escolaridade, quatro mães possuíam Ensino Fundamental incompleto, uma mãe possuía Ensino Fundamental completo e uma mãe possuía Ensino Médio incompleto. Com relação à ocupação, três mães não trabalhavam fora de casa, duas trabalhavam com serviços gerais e uma mãe trabalhava como cuidadora de idosos. No que se refere à religião, 03 mães eram católicas, duas mães eram Evangélicas Luteranas e uma mãe era Evangélica/ “crente”. A respeito de suas configurações familiares, assim como no caso dos pais, considerou-se a definição de Moreira (2013), sendo que: uma mãe vivia em uma família monoparental feminina simples, a qual é formada pela mãe e seus filhos, podendo ainda ter outras crianças e/ou adolescentes sob responsabilidade desta; três mães constituíam famílias monoparentais femininas extensas, a qual é caracterizada pela mãe, seus filhos e outras crianças ou adolescentes sob sua responsabilidade, bem como outros adultos, parentes ou não; uma mãe formava uma família nuclear simples. Por fim, uma mãe encontrava-se numa família recasada (Carter & McGoldrick, 1995), conforme exemplificado na tabela 2:

Participante	Idade	Escolaridade	Ocupação	Com quem moravam	Configuração Familiar
M1	33	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais	Filhos (10 meses e 15 anos), enteado (14 anos) e esposo	Recasada
M2	30	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (02 anos) e mãe	Monoparental feminina extensa

M3	29	Ensino Fundamental completo	Do lar	Filhos (1, 2, 7 e 13 anos) e companheiro	Nuclear simples
M4	41	Ensino Fundamental incompleto	Do lar	Filho (11 anos), sobrinhos, pai, irmã, e cunhado	Monoparental feminina extensa
M5	40	Ensino Médio incompleto	Cuidadora de Idosos	Filhos (2, 13 e 18 anos) e sobrinhos (10 e 12 anos)	Monoparental feminina simples
M6	25	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais (diarista)	Filhas (1, 4, 6 e 10 anos) e cunhada Obs.: o companheiro encontrava-se em privação de liberdade	Monoparental feminina extensa

Tabela 2. Perfil e Configurações Familiares das Mães

\* M1 e P1 formam um casal e constituem o mesmo núcleo familiar, ou seja, correspondem a uma família nuclear reconstituída.

### **Delineamento e Procedimentos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2012), transversal, exploratória e descritiva que descende da pesquisa intitulada “Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”, a qual é desenvolvida pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), sob o Edital nº 071/2013. O PROCAD, por sua vez, é composto por três Programas de Pós-Graduação em Psicologia de três universidades brasileiras, sendo elas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (Unb).

No que tange aos procedimentos para a execução deste projeto de pesquisa, inicialmente, o mesmo foi apresentado ao gestor da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em questão, a fim de obter a Autorização Institucional para sua execução. Uma vez recebida a autorização, o projeto foi submetido à apreciação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo aprovado com o registro CAAE 65392217.4.0000.5346.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética foi solicitado aos técnicos do CRAS (Assistente Social, Psicólogo e Técnico do Cadastro Único - CadSUAS) a indicação dos pais e das mães que estariam aptos a participar do estudo, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão do mesmo. Posteriormente, foi estabelecido contato telefônico com as famílias indicadas com o objetivo de apresentar a pesquisa às mesmas e convidá-las a participar do estudo. Havendo o aceite dos participantes, foi agendado um horário com os mesmos para a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicação dos instrumentos. Neste momento, também verificou-se, junto aos participantes, se os mesmos estavam aptos a participar da pesquisa de acordo com os critérios de inclusão e exclusão já estabelecidos, sendo que um pai foi excluído da pesquisa por seu filho ser adolescente, extrapolando a idade definida para este estudo.

As entrevistas ocorreram de forma individual, com cada um dos participantes e foram gravadas em áudio para, posteriormente, serem transcritas na íntegra. O local utilizado para a coleta dos dados foi definido de acordo com a preferência dos participantes, podendo ocorrer numa sala do CRAS ou na residência dos mesmos, em horários diferenciados para pais e mães. Desta forma, as coletas realizadas com os pais ocorreram todas nas residências dos mesmos, em horários alternativos (após às 18h00min.) ou aos finais de semana e, das seis coletas realizadas com as mães, cinco ocorreram no CRAS e apenas uma na residência da participante, sendo que todas as coletas foram realizadas por uma das autoras deste estudo.

Ressalta-se, ainda, que foram tomados todos os cuidados éticos exigidos na pesquisa com seres humanos sendo que, para manter o sigilo quanto à identidade dos participantes na exposição dos resultados, os mesmos serão identificadas por uma letra maiúscula e um número cardinal, sendo a letra P correspondente aos pais e a letra M às mães, ou seja, P1, P2, P3 etc., M1, M2, M3 e assim sucessivamente.



## **Instrumentos**

Na realização desta pesquisa foram utilizados dois instrumentos, ambos construídos pelas pesquisadoras, sendo eles: um *Questionário Sociodemográfico* e uma entrevista semiestruturada intitulada *Entrevista Sobre Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social*. O primeiro foi utilizado com o objetivo de obter informações acerca das características gerais das participantes, tais como: idade, escolaridade, profissão etc. A entrevista, por sua vez, foi construída para fins do presente estudo e visou explorar o significado de ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de melhor compreender o exercício da maternidade em tais contextos. A fim de alcançar o objetivo proposto, a mesma abordou os seguintes tópicos: a) o papel do pai na criação dos filhos: rotina familiar, educação dos filhos, cuidados diários com os filhos e relacionamento com os filhos; b) o significado da paternidade: importância do pai para os filhos e para a família e a definição de paternidade ideal.

## **Análise dos Dados**

Os dados coletados através das entrevistas individuais foram analisados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), de modo que o conteúdo apresentado foram agrupados em eixos temáticos ou categorias semânticas. Estes, por sua vez, foram elaborados a partir do modelo aberto (Laville & Dionne, 1999), sendo definidas após a coleta dos dados, tendo em vista a frequência e/ou relevância dos conteúdos manifestados pelos pais nas entrevistas. Para tanto, duas autoras do presente estudo trabalharam em conjunto como juízas na definição das categorias e na vinculação das falas dos participantes às categorias. Cada juíza avaliou separadamente as entrevistas com vistas a propor as categorias temáticas e associar as falas às mesmas. Eventuais discordâncias quanto à categorização das falas nas categorias foram sanadas por uma terceira juíza, também autora do presente estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas realizadas com pais e mães, buscou-se compreender o significado da paternidade em contextos de vulnerabilidade social. Desta forma, elaboraram-se três categorias temáticas: “A parte financeira o responsável sou eu”: Sobre Questões Financeiras e Domésticas, “O esteio da casa é o pai”: Sobre Autoridade e Disciplina” e “O filho é um pedaço da vida da gente”: Sobre Cuidado, Proteção e Afeto, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir.

### **“A parte financeira o responsável sou eu”: Sobre Questões Financeiras e Domésticas**

Esta categoria engloba os significados atribuídos à paternidade em contextos de vulnerabilidade social no que se refere ao papel do pai em relação ao sustento financeiro da família e dos filhos, bem como sua participação nos afazeres domésticos. Em relação ao aspecto financeiro o pai era o único provedor em três casos (P4, P5 e P6): *“Eu trabalho e a mulher fica em casa com o nenê, cuidando do nenê e da casa”* (P4); *“só eu trabalho, né. Então, a parte financeira, o responsável sou eu”* (P6). Mesmo para os pais que dividiam com as esposas as despesas da casa, o aspecto mais enfatizado pelos pais acerca de seu papel para com os filhos foi o sustento financeiro ou o auxílio para tal: *“Tarefa de um pai, ajudar eles (filhos) no que for possível, o que a gente puder ajudar, ajudar; quando tem (referindo-se ao poder aquisitivo) pra ajudar”* (P3); *“Eu faço tudo pensando nela. (...) Trabalho pensando que tem que levar o dinheiro pra casa pra sustentar ela”* (P6);

*Eu, o dinheiro do aluguel da casa que nós morava eu dou pra elas. E mais alguma coisa que eu recebo do salário. Roupa, essas coisas, que eu compro pra elas, também (...). Se precisa de alguma coisa, também. Com medicamentos, essas coisas, no que eu puder eu sempre ajudo (...). Não, tipo, só... como nós separamos, só dá o dinheiro do aluguel e deu, alguma coisa assim, sabe. Sempre precisa de mais coisas* (P2).

Essas falas, embora remetam a um papel tradicional desempenhado pela figura paterna

– o de provedor financeiro – não devem ser menosprezadas. Atualmente, as discussões acerca do papel paterno tendem a desconsiderar e até mesmo, a desqualificar, o envolvimento do pai com o aspecto financeiro, demandando que este deixe o lugar tradicional e ocupe-se com outros aspectos da vida familiar, por exemplo, a divisão das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, este último através da realização de atividades como alimentação, higiene, acompanhamento na escola etc. Não se trata de desmerecer a importância da participação e do envolvimento do pai para com estas atividades, pois as mesmas são, também, atribuições paternas, todavia, há que se ressaltar a importância que o papel de provedor financeiro possui para as famílias, de modo especial aquelas em situação de vulnerabilidade social. Obviamente, este papel não precisa ser desempenhado apenas pelo pai, mas é de extrema importância, para a sobrevivência da família, que alguém o faça. E, no caso da impossibilidade de o pai assim o fazê-lo, podem surgir sentimentos de incompetência e desvalia, já evidenciados por Sarti (2011), tanto no que se refere à percepção do homem sobre si mesmo, quanto da família para com este, uma vez que, de acordo com a autora, o trabalho e a capacidade de gerar renda são ainda considerados socialmente como funções que enobreceriam o homem.

Os pais P1, P2 e P3 também trabalhavam e sustentavam suas famílias, porém não eram os únicos responsáveis por esta tarefa, uma vez que as mães também contribuía com o orçamento. Entretanto, as mulheres possuíam renda inferior a dos pais, tendo em vista que seus empregos, na maioria, não eram estáveis, ou seja, não constituía vínculo empregatício formal e apresentavam cargas horárias variáveis. Esta situação de colaboração entre pai e mãe para a manutenção do sustento financeiro é bem exemplificada pela fala de P3: *“É, a gente vai se ajudando conforme... Às vezes eu tenho dinheiro, se eu não tenho ela tem”*. O pai P5, apesar de ser o único provedor financeiro da família, fala de como ele e a companheira administram as despesas da casa: *“Ah isso a gente vai conversando (sobre como realiza o sustento financeiro da família), precisa um dinheiro lá ou isso... Então, a gente pega numa*

*ponta, bota na outra e vai, pra ir levando, né” (P5).*

Apesar destes pais não serem os únicos provedores de suas famílias, tendo o auxílio das mães para a manutenção financeira dos filhos e da casa, apenas P1 não relacionou como papel do pai o sustento financeiro, sendo que todos os demais o fizeram. Consoante à fala dos pais, as mães, também, afirmaram que o principal papel do pai estava em prover a família financeiramente: *“um bom pai que trabalhasse e não deixasse faltar as coisas pros filhos”* (M6); *“O pai pra família é trazer os alimento pra dentro de casa, pagar água e luz, roupa, calçado, fralda pros nenê...”* (M3); *“Trabalhar pra trazer alimento pros filhos (referindo-se às tarefas do pai)”* (M4). Este achado vai ao encontro do que propunha Sarti (2011) ao estudar famílias de baixa renda de São Paulo e identificar que o papel do homem, na família pobre, é trabalhar para sustentar financeiramente a família. Isto, segundo a autora, é o que confere poder e dignidade ao homem frente a sua família e à sociedade.

Apesar de acreditarem na importância deste papel do pai, na prática, o discurso das mulheres não evidenciou sua ocorrência. Nos casos em que as mães não coabitavam com os pais de seus filhos (M2, M4, M5 e M6), com exceção de M6, a qual não coabitava devido ao fato do companheiro encontrar-se na situação de apenado, em regime de reclusão, a pensão alimentícia só era paga corretamente pelo ex-companheiro de M4. O ex-companheiro de M2 pagava pensão de forma irregular, ou seja, não mantinha uma frequência exata e o pai das crianças de M5 precisou ser intimado judicialmente para realizar o pagamento da mesma. Esta situação é melhor exemplificada nos seguintes fragmentos: *“Olha, pensão é aquela história, manda quando quer, quando não quer não manda”* (M2); *“Ele não é muito como pai, o que ele pode ajudar ele ajuda, né, ele dá o que ele pode, né, fora da pensão, só que ele não é um pai presente com ele... ele não dá muita atenção”* (M4);

*Parece que ele se afastou, sabe. Não sei. Do nada, assim. Acho que um pouco é porque eu botei ele no Fórum. (...) Tinha mês que ele me dava 100 pila e achava que*

*tava pago. Às vezes, tinha mês que ele me dava 50 e achava que tava OK. Só que não é justo. Eu, né, me falaram que não é justo. Os filho são dele, né. Então, tem que pagar também um pouco. Daí eu acho que isso doeu um pouco pra ele, sabe? (M5).*

Desta forma, as falas destas mães demonstraram um pai que não exerce o papel de provedor e que não é presente na rotina familiar e na vida dos filhos, o que difere das afirmações expressas pelos pais entrevistados, uma vez que os mesmos parecem, realmente estar mais envolvidos com seus filhos e famílias do que os pais descritos pelas mães pesquisadas. Para compreender tal incongruência, cabe lembrar que, como já descrito no método, apenas um pai e uma mãe formavam um casal (M1 e P1), os demais entrevistados, tanto pais quanto mães não formavam casais entre si. Assim, percebe-se que o significado atribuído à paternidade em relação ao aspecto financeiro era compartilhado entre pais e mães, todavia, houve uma enorme lacuna entre este e o papel paterno, uma vez que o papel desempenhado pelos pais participantes do estudo pode não se aplicar a outras famílias, não sendo representativo dos demais pais provenientes deste contexto. A este respeito, lembra-se que todos os pais participantes possuíam convívio próximo aos filhos.

Considerando as afirmações feitas tanto pelos pais quanto pelas mães, percebe-se que o papel paterno ainda era visto de forma tradicional, ou seja, o pai como provedor financeiro, mesmo nos casos em que este não desempenhava tal papel, como no caso das famílias monoparentais femininas. Dentre os pais, apenas P1 e P4 fizeram uma referência alternativa ao papel paterno, indicando a cooperação entre pai e mãe para com os afazeres domésticos e a manutenção da casa: “*no dia a dia, cada um vai fazendo uma coisa ou outra, um ajuda o outro conforme as necessidades*” (P1); “*ajudar em casa, no que for preciso... (referindo-se ao papel do pai na família)*” (P4). Já entre as mães, M4 e M5, além da divisão de tarefas, apontaram o pai desempenhando a coparentalidade com a mãe, sendo esta definida como uma relação de ajuda mútua entre dois adultos cuidadores, em prol de melhor atender as

necessidades das crianças “*cuidar, também, um pouco da casa, ajudar* (referindo-se às tarefas do pai)” (M4); “*Pra mim um bom pai é um pai presente, que te ajuda, auxilia*” (M5).

Neste sentido, a pesquisa realizada por Jablonski (2010), cujo objetivo foi investigar a negociação de tarefas dentro do lar entre 20 membros brasileiros de casais heterossexuais de classe média, identificou que a participação masculina nas tarefas domésticas era complementar à da mulher, embora houvesse discrepâncias entre a percepção de ambos sobre o assunto, sendo que os homens afirmavam participar de forma igualitária e as mulheres tenderam a não reconhecer tal participação por parte destes. Apenas com relação aos cuidados com os filhos a participação masculina foi maior, todavia, subsidiária a da mulher, sendo que, essa desigualdade na divisão de tarefas domésticas e de cuidados com os filhos não foi indicativo da existência de maior conflito entre os casais. Desta forma, um aspecto importante apontado por este estudo refere-se ao fato de que a manutenção de papéis estereotipados de gênero e parentais independem do nível socioeconômico e escolaridade dos casais, remontando a questões sócio-históricas e culturais.

### **“O esteio da casa é o pai”: Sobre Autoridade, Disciplina e Apoio**

Esta categoria engloba os significados atribuídos à paternidade em contextos de vulnerabilidade social no que se refere ao papel de autoridade familiar, desempenhado pelo pai, bem como às estratégias utilizadas pelo mesmo para promover o controle e a disciplina dos filhos. Com relação ao papel do pai para a família, este foi descrito pelos pais entrevistados como sendo uma figura central, responsável pela manutenção e organização da mesma: “*Pai pra família é, como diz, é o cabeça, o responsável. É a união, como se diz*” (P1); “*O pai, pra família, não comparando, é o esteio da casa. Porque eu já notei, lá em casa, quando o pai faltou, muda muita coisa. Então, até quando o pai tá ele tem uma posição positiva, troca uma ideia com a mãe: “vamos fazer isso, fazer aquilo”. É um esteio que segura a ponta*” (P5); “*Ah, é o alicerce da casa, acho. Acho que é o alicerce da casa. Porque*

*sem o pai em casa, não tem, acho que a casa cai*” (P6). Ainda, o entrevistado P3 enfatizou que o papel paterno é de suma importância para a família, representando, em suas palavras “tudo”, uma vez que, de acordo com o mesmo, é o pai quem orienta e educa os filhos, preparando-os para a vida.

Entre as mães, apenas uma considerou o pai como um representante da autoridade familiar: *“Olha (o pai) é o chefe, é a cabeça como diz o ditado. Tipo assim, caso precise de alguma coisa o pai vai lá e busca, ou vai lá e leva essas coisas”* (M1). As demais entrevistadas não relacionaram esta característica ao papel paterno, o que permite pensar que, para estas, devido ao fato de suas configurações familiares serem representadas pela ausência da figura paterna (M2, M4, M5 e M6), o pai realmente não desempenhe um papel de autoridade e/ou centralidade. Todavia, mesmo na família de M5, na qual o pai não coabitava e não desempenhava um papel de apoio e segurança, o mesmo era visto pela mãe como uma figura de referência, funcionando para esta como um suporte para a criação dos filhos e para a tomada de decisões: *“O pai também é muito importante. Eu sei como ele faz falta, então. Até pra me apoiar (...). Porque não é a questão só financeira, mas questão de te amparar, até pra mim como pras crianças também. Então, eu sinto que um pai faz muita falta. Faz muita falta”* (M5). Desta forma, esta fala revela o quanto a mãe pode sentir-se “desamparada” frente à necessidade de criar e educar os filhos sem a presença da figura paterna e, além disso, o quanto o pai representa, mesmo na sua ausência, uma figura que sustenta e organiza a família em termos emocionais.

Esta situação também foi evidenciada por Cúnico e Arpini (2014), em pesquisa realizada com dez mães que compunham famílias monoparentais de uma periferia urbana do Rio Grande do Sul. Neste estudo as mães também definiram o pai através de adjetivos que remetem à ideia de centralidade e de sustentação, como, por exemplo a palavra “estrutura”. Além disso, as mães consideravam o pai como um representante da ordem e do respeito na

família, sendo que, na sua ausência, a mãe sentia-se sobrecarregada e sem o apoio necessário para desempenhar as tarefas que lhe competiam.

Especificamente em relação às práticas de controle e disciplina para com os filhos, os pais salientaram que seu papel consistia em educar, orientar e ser um bom exemplo aos mesmos: “A responsabilidade é normal, de pai, né, de educar” (P1); “Dar o máximo; e educação. Tem que explicar, porque a gente tem uma noção de alguma coisa. Então, tem que procurar sempre pro melhor” (P5);

*Procurar ensinar os filhos, não deixar fazer coisa errada, porque hoje a educação dos filhos vem tudo da própria casa. Hoje se eles veem o pai fazendo uma coisa em casa eles vão fazer na rua, pode ter certeza. Até de conversar, o pai falou isso, a mãe falou aquilo, eles levam pra outro lado, e se tu fizer mal, no caso ser uma pessoa ruim, briguenta, eles vão ser também (P3).*

Torna-se necessário ressaltar que a fala de P5 levanta um ponto importante a ser pensado quando se tem como propósito o estudo e/ou intervenção acerca de famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, suas competências. É comum que o pesquisador e/ou o profissional que atua junto a tais famílias perceba com maior ênfase os problemas e disfunções que a mesma apresenta, tendo em vista problemáticas como conflitos familiares, abuso de álcool e drogas, situação financeira instável, bem como a diversidade de arranjos e composições que a mesma desenvolve para enfrentar as adversidades cotidianas, entre outras. Neste sentido, quando o olhar recai sobre as fragilidades que a família apresenta, pode se deixar de reconhecer as potencialidades, ou seja, as competências que a mesma possui.

O estudo de Sousa e Ribeiro (2005) problematizou esse olhar pessimista sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social - as quais são denominadas multiproblemáticas pelas autoras – e investigou 60 chefes de famílias pobres com o objetivo de identificar a percepção dos mesmos acerca de suas competências, ou seja, aquilo que funciona em seu



sistema familiar. Os resultados apontaram como competências das famílias investigadas a união familiar, o vínculo entre pais e filhos e a entreatajuda entre os membros da família. Da mesma forma, a fala do entrevistado P5, no presente estudo, indica que o mesmo reconhece em si próprio uma importante competência paterna, ou seja, a capacidade de orientar os filhos de acordo com seu conhecimento e sua história de vida.

Ainda no que se refere ao controle e disciplina, apenas P6 afirmou que a educação é uma responsabilidade exclusiva do pai. A fala a seguir ilustra a forma como o mesmo age com relação a este aspecto: *“Olha, eu falo que ‘não’ é ‘não’, ela me olha com uma carinha feia, ela ameaça chorar, mas tem que ser assim, porque se o cara não fizer isso eu acho que o cara não segura mais depois. Ensinar desde pequeno”* (P6). P1, P3 e P4 afirmaram que as ações que envolvem educação dos filhos são compartilhadas entre eles e as mães: *“Tipo, é eu e ela, os dois”* (P1); *“Nós (referindo-se a pai e mãe) ensinamos eles”* (P3). Os pais P2 e P5 afirmaram que a mãe é a pessoa mais presente com os filhos sendo, portanto, a responsável por realizar tal atividade com os mesmos, porém, reconhecem a necessidade do pai auxiliar neste sentido, conforme ressaltado nos trechos: *“Ah, tipo, a mãe é mais presente lá, né, mas os problemas, tipo, que tem, ela sempre me passa pra mim, também, auxiliar”* (P2); *“Tem que dar um pouco de obediência pra criança, senão, também fica ruim”* (P5).

Este resultado pode ser comparado aos achados de Wagner, Predebon, Mosmann e Verza (2005), em estudo que investigou o compartilhamento de tarefas referentes aos papéis de pais e mães de 100 famílias de classe média da cidade de Porto Alegre/RS. Os resultados do mesmo apontaram a existência de dois grupos de estruturas familiares, ou seja, um grupo com características mais tradicionais no que se refere aos papéis de gênero e de pai e mãe (Grupo I) e um grupo com papéis mais flexíveis, havendo compartilhamento de tarefas entre pais e mães (Grupo II). O grupo I foi definido pelos autores como aquele em que as mães eram responsáveis por tarefas como criação e educação dos filhos, sem a participação dos pais

na realização das mesmas e, em contrapartida, os pais eram os principais responsáveis pelo sustento financeiro da família, com uma pequena ou nula participação da mulher na economia familiar, ou seja, a grande maioria destas mães não possuíam trabalho remunerado. O grupo II, por sua vez, foi definido como aquele em que havia um compartilhamento de tarefas entre pais e mães, tanto no que se referia aos cuidados e educação dos filhos, quanto ao sustento financeiro da família, ou seja, por estruturas familiares que se distanciavam dos modelos clássicos de papéis de gênero e parentais.

Neste sentido, o presente estudo identificou que a maioria dos pais entrevistados compartilhava com as mães tarefas referentes ao controle e disciplina dos filhos. Portanto, este resultado aproxima-se, em parte, aos achados das autoras anteriormente citadas (Wagner et al., 2005), bem como ao que foi proposto por Sarti (2011) em relação à participação do pai em famílias de baixa renda – em situação de vulnerabilidade social para o presente estudo –, a qual se daria, principalmente, através dos papéis de provedor financeiro e de autoridade familiar, ou seja, através de ações que desenvolvessem a educação e o respeito.

No que diz respeito às falas das mães, estas consideravam a educação dos filhos como uma atribuição do papel paterno: “*ajudar na parte de educação, dizer o que é certo e o que é errado*” (M2); “*Bom pai também, educando amando seus filhos, principal é educar*” (M1). Entretanto, dentre as seis mães entrevistadas, apenas M3 indicou que seu companheiro desempenhava um papel ativo no que se refere à educação dos filhos – “*Eu acho que ele cuida, educa as crianças. É bom, ele explica o que deve, só o certo, e o errado ele também explica, o que não é pra fazer*” – e a entrevistada M1, esposa de P1, que concorda o companheiro quando o mesmo afirma que esta atividade é compartilhada por ambos os pais. As demais mães não mencionam a participação dos pais na educação dos filhos.

Este dado pode estar relacionado ao fato de que quatro destas mães (M2, M4, M5 e M6) residiam com seus filhos sem coabitar com os pais dos mesmos. Desta forma, os pais não

estavam presentes no dia-a-dia da família e, portanto, estavam menos disponíveis para o desempenho de tais tarefas. Todavia, sabe-se que o fato de pai e mãe não coabitarem no mesmo espaço físico, ou seja, na mesma casa – tanto por não haver um relacionamento amoroso e/ou conjugal entre os mesmos ou, ainda, por motivo de divórcio e/ou separação entre estes –, não justifica a não participação de um destes na criação e educação dos filhos, tendo em vista o que propõe a legislação vigente, como é o caso da Lei 13.058, de 22 de dezembro de 2014, a qual institui a Guarda Compartilhada.

De acordo com os pais entrevistados, as ações que os mesmos utilizam com o objetivo de controlar e disciplinar as crianças envolvem desde o diálogo até o castigo (privação de algo ou objeto do qual a criança gosta) e, como último recurso, a punição física: *“Senta e conversa. Conversa o que é bom, o que é errado, amizade, com quem tem que sair, tipo, conversa do dia a dia. A gente sabe os tipos de amigos, aonde vai, impõe hora que volta, essas coisas básicas, né”* (P1); *“Daí eu vô falá assim oh: X (nome da criança), tu tem que obedecer o pai e a mãe, porque senão o pai não vai te dá um troquinho pra merenda, dá uma puxada, daí ela: Mas eu queria um tênis novo. Não, mas tu tá fazendo arte, tu vai ter que obedecer”* (P5); *“Ah, quando eles me desobedecem eu falo, primeiro eu explico bem, às vezes coloco de castigo, mas se o castigo não adiantar eu passo o chinelo neles, às vezes”* (P3).

Em relação à punição física como estratégia para disciplinar os filhos, alguns pais se mostraram contrários à mesma: *“tem muitos pais aí que batem, se (o filho) fez uma coisa errada. Não adianta. Bater não resolve em ninguém, tem que conversar, é a única solução”* (P1); *“Se educa falando o que é o certo, o que é o errado, e não batendo. Que bater não adianta. O que adianta é falar o que é certo. Isso eu acho que é necessário”* (P4).

Os fragmentos citados permitem uma reflexão acerca das práticas educativas parentais, sendo que, a partir dos mesmos é possível perceber que os pais referem utilizar práticas indutivas (explicações, negociação etc.) e práticas coercitivas (punições físicas, privação de

privilégios, coação verbal, etc.) com o objetivo de controlar e disciplinar os filhos. Marin, Piccinini e Tudge (2011), em estudo realizado com pais e mães de diferentes níveis socioeconômicos da região metropolitana de Porto Alegre/RS, com o objetivo de examinar a estabilidade e a mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo da primeira e segunda infância (24, 36 e 72 meses de vida da criança) identificaram que algumas práticas educativas parentais tendem a sofrer modificações ao passo que outras tendem a se manter estáveis. Exemplo de práticas que se alteraram, no estudo, foram as práticas indutivas e de não interferência<sup>4</sup>. Desta forma, à medida em que a criança cresce, pais e mães priorizam práticas indutivas para regular o comportamento infantil, bem como tendem a apresentar práticas de não interferência, tendo em vista a maior autonomia da criança. Por outro lado, o estudo indicou que as práticas coercitivas tendem a se manter estáveis ao longo do desenvolvimento infantil, sendo que, tanto os pais quanto as mães demonstraram ter usado as mesmas em momentos específicos, ou seja, de maior conflito, como é o caso das birras, ou como último recurso educativo, após terem sido aplicadas práticas indutivas e, até mesmo, de não interferência. Portanto, especificamente a fala de P3 demonstra a utilização de práticas coercitivas como último recurso, precedido por outras tentativas de modificar o comportamento da criança.

Ainda em relação à educação, alguns valores foram apontados pelos pais como de extrema importância para a criação dos filhos, sendo que os pais tentam transmiti-los aos mesmos. O valor mais relatado pelos pais foi a importância do estudo e da profissionalização: *“o estudo, que sem o estudo hoje em dia não é nada, essa é a verdade”* (P1); *“explico pra eles como que tem que ser: estudar, ser uma pessoa trabalhadeira”* (P3); *“Explicar o que, no meu*

---

<sup>4</sup> As práticas de não interferência correspondem às situações em que os pais não interferem no comportamento da criança, ou seja, permitem que a mesma tome decisões livremente, respeitando sua autonomia e independência (Marin et al., 2011).

*sentido, o que eu acho que é melhor, né, pra eles: estudar, que no meu tempo não tinha essas possibilidades, hoje eles tem, então, pra ser favorável pra eles” (P5). Além disso, a honestidade foi bastante citada através da expressão “não roubar e não mexer nas coisas/objetos alheios”, conforme verifica-se nos fragmentos: “Importante é não mexer no que não é deles, tipo não roubar” (P1); “Importante ensinar eles a dar uma pessoa de bem, né, não seja como diz o outro, não faz mal pros outros ou mexer nas coisas dos outros, roubar as coisas, isso que procuro ensinar pra eles, (...) dar uma pessoa de bem” (P3). Outros valores relatados foram o respeito e a obediência: “Eu sou bem exigente nesse negócio dos meus filhos saber respeitar os outros, ser obediente” (P3); “Ser educado, respeitar pra ser respeitado e ser um bom menino” (P4); “Respeito. Respeitar os outros. Essencial é o respeito...” (P6).*

Por fim, ainda relacionado aos valores, surgiu a preocupação dos pais em evitar as vulnerabilidades presentes no contexto em que vivem, como é o caso da violência e da drogadição: *“sabe que hoje em dia, como diz, as ofertas da droga, coisrada tá aí, né. (...). Então a gente conversa esse lado todo dia, tu sempre tá dando uma conversadinha, orientando” (P1); “não deixo se misturar muito na rua de noite (...) a gente vê muitas crianças, aqui na vila mesmo, a gente tem criança de dez, 11 anos, tão fumando e bebendo e de arruaça pelas ruas, e é isso que eu procuro ensinar pra eles, não deixar eles fazer isso aí, sair com os outros” (P3); “Que nem meus piá, quando estavam lá em cima, longe, no começo me preocupei muito né, porque existe muito esse negócio dessa droga, né” (P5).*

Neste sentido, P5 demonstrou o papel ativo que o pai deve desempenhar para transmitir tais valores aos filhos, bem como para estimular nos mesmos o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à tais vulnerabilidades: *“(...) os pai tem que explicar as coisa pros filhos pra dar noção, porque eu acho que o filho fica... no que o pai não fala, eu acho que ele fica meio desorientado então, de repente, ele pode pegar um lado ruim né” (P5).*

Portanto, estas falas, acerca dos valores considerados importantes aos pais, permitem uma reflexão acerca da moral das famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Há, no senso comum, a ideia de que as famílias provenientes destes contextos não valorizam, assim como não ensinam seus membros, a manter valores e princípios morais. Todavia, as falas dos pais pesquisados indicam o contrário, revelando os estereótipos e preconceitos existentes por trás desta noção. Portanto, como bem indicou Mello (1992), há que se ter cautela ao tratar assuntos relacionados aos contextos de vulnerabilidade social, principalmente em práticas de pesquisa, visto que há o risco de incorrer a erros de interpretação, quando o ideal de classe estiver atravessado à construção da ciência.

#### **“O filho é um pedaço da vida da gente”: Sobre Cuidado, Proteção e Afeto**

Esta categoria engloba os significados atribuídos à paternidade em contextos de vulnerabilidade social no que se refere ao papel do pai frente ao cuidado, proteção e afeto para com os filhos. Em relação ao cuidado e proteção dos filhos, dois pais apontaram esta tarefa como atribuição do papel paterno: *“Cuidar bem dele, proteger ele de tudo (...). Cuidar pra que não aconteça nada de mal (P4); “Fora educação, ser um pai protetor, eu acho. Proteger. Eu acho que é isso, proteger ela. (...). Ah, cuidar. Cuidado, prevenir de acontecer as coisas, acho que é isso” (P6)*. As mães, por sua vez, não apontaram o cuidado e a proteção diretamente como papel do pai, porém indicaram uma variação do mesmo, ou seja, a necessidade do pai se fazer presente fisicamente no dia-a-dia dos filhos: *“Bom pai pra mim é aquele que está presente em tudo, participa no geral da vida do filho, saúde alimentação, educação, tudo. Um bom pai é esse que está presente, que se preocupa, que corre atrás, que se interessa com o filho” (M2); “Pra mim um bom pai é um pai presente, que te ajuda, auxilia, né” (M5); “O pai pra família é (...), também participar (...) e não abandonar as crianças (referindo-se ao pai), tem pai que abandona, deixa só com a mãe” (M3)*.

Alguns pais concordaram com o fato de que se fazer presente na vida dos filhos é de

suma importância para os mesmos sendo, portanto, uma tarefa do pai: “*Um bom pai...? (...). Presente, tenta sempre ser presente. Acredito que seria o básico. Ah, tem muitas outras, mas o básico acho que seria isso aí*” (P1); “*Um bom pai é tu tá ali, né, no que o filho precisar tu tá ali, isso é o que eu acho. Tá nas horas boas e horas ruins, tudo (...) auxiliar o filho em tudo que ele precisa. Independente de qualquer coisa, ser um pai presente*” (P2); “*Ser presente sempre, no que for preciso*” (P4).

Esta afirmação, por parte de pais e mães quanto à importância do pai ser presente na vida dos filhos, vai ao encontro do que Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985) e Lamb (1992) teorizaram como envolvimento parental, aqui entendido como envolvimento paterno, pois a temática em estudo faz referência à figura do pai. De acordo com os autores, o envolvimento parental possui três componentes, ou seja, a interação, a acessibilidade e a responsabilidade. O primeiro componente refere-se aos momentos de interação direta entre pai e filhos, como em situações de alimentação, brincadeiras ou na realização das tarefas escolares, por exemplo. O segundo componente refere-se aos momentos em que o pai está realizando outra tarefa, mas está ao alcance ou disponível para o filho caso o mesmo necessite. Cenas comuns do dia-a-dia podem ilustrar este segundo componente como, por exemplo, quando o pai está lendo o jornal na sala e a criança está brincando em um cômodo próximo a ele, ou mesmo, no chão da sala. E, por fim, o terceiro componente implica em uma série de sentimentos (ansiedade, preocupação etc.) e planejamento, por parte do adulto cuidador, para tomar as medidas necessárias quanto aos cuidados e ao bem-estar da criança. A responsabilidade, de acordo com o autor, é mais difícil de ser identificada pois, geralmente, ocorre em momentos em que o pai não está em interação direta com a criança, mas sim, em meio à outras atividades. Para tentar exemplificar este terceiro componente, pode-se pensar no pai que está trabalhando e, num momento de intervalo lembra-se de que é necessário agendar a consulta de rotina com o pediatra, e assim o faz. Outro exemplo pode ser a atenção para com as vestimentas da criança

– se ela as tem em quantidade suficiente e adequada ao momento (em termos de estação do ano e tamanho/crescimento da criança) – e, caso estas estiverem escassas, o pai precisará planejar uma forma de providenciá-las. Portanto, entende-se que o “ser presente”, citado por pais e mães relaciona-se à noção de envolvimento paterno e aos seus três componentes, ou seja, um pai presente para interagir com os filhos, para estar acessível aos mesmos e para ser responsável por estes.

Além disso, outras características em relação ao papel paterno foram apontadas pelos pais, como: ser amigo/companheiro dos filhos, envolver-se em atividades de lazer com os filhos, dar amor e carinho: “*ser amigo, ser companheiro tem que, tipo, várias situações tem que fazer das tripas coração para tu não decepcionar os filhos*” (P1); “*Bom pai é tratar os filhos bem, dar carinho pra eles, levar passear, pescar com eles...*” (P3); “*E dar amor pra ele, cuidar*” (P4). As mães também concordaram que o amor e o carinho devem ser característicos do papel paterno: “*Eu acho que seria dar carinho, atenção, sair passear (...) com o filho*” (M2); “*Ter carinhos com os filhos e com a esposa também, isso é um bom pai*” (M4); “*Pra mim um bom pai (...) que dê amor, dê carinho, né...*” (M5). A fala de M4 amplia a concepção do papel paterno frente ao afeto, uma vez que considera que este não deve ser direcionado apenas aos filhos, como também à esposa, entrelaçando a compreensão de parentalidade à de conjugalidade.

Portanto, considerando o que foi afirmado pelos entrevistados, parece haver um consenso entre pais e mães acerca da importância da presença do pai no dia-a-dia com os filhos, bem como da afetividade como uma atribuição paterna. Consoante a tal, o estudo de Zampieri, Guessier, Buendgens, Junckes e Rodrigues (2012), o qual entrevistou cinco casais grávidos de Florianópolis/SC com o objetivo de conhecer o significado da paternidade para estes, bem como seus aspectos favoráveis e limitantes, encontrou dois significados atribuídos à paternidade pelos sujeitos pesquisados: 1) o pai como provedor financeiro da família e 2) o



pai como figura de afetividade, envolvido com o nascimento e criação dos filhos. O primeiro significado – pai provedor – foi apontado pelo presente estudo como atribuição do papel paterno, enquanto que o segundo – pai afetivo – vai ao encontro do que pais e mães descreveram como paternidade ideal, ou seja, um pai “amoroso/carinhoso”.

Ainda em relação ao afeto, os pais entrevistados relataram a realização de atividades com os filhos voltadas ao lazer como, brincadeiras diversas e atividades referentes aos afazeres da vida no interior: “*Brincamos de jogar bola, brincamos de se esconder, o mais que ela gosta é isso*” (P6); “*Quando eu tenho tempo a gente sobe lá pra cima, na pracinha, brincar ou lá no interior, na mãe, levo eles brincar e eu, quando estou com eles, pra ensinar as coisinhas pra eles fazerem*” (P3); “*Daí lá a gente faz tudo que é atividade: pesca, arruma açude, constroi galpão pras galinhas, essas coisarada de interior mesmo*” (P1). E, além disso, brincadeiras de faz-de-conta, as quais são vistas pelos pais como um divertimento compartilhado entre pais e filhos:

*Ela puxa os brinquedos dela, do colégio, porque ela quer explicar muito, muitas vezes ela diz que ‘o pai é meu aluno’ e ela quer ser a professora, o que a professora passou pra ela, ela quer passar pra nós, daí, então ela vem e a gente dá corda pra ela, ela toma conta, só ela quer falar, então, olha é bem engraçado! Vale a pena! Tem que dar... é bem esperta, assim (P5).*

Estes relatos por parte dos pais nos permitem pensar que a maior parte das atividades e brincadeiras desenvolvidas pelos mesmos junto aos seus filhos contribuem para com o desenvolvimento físico e emocional das crianças, uma vez que envolvem atividades motoras compartilhadas entre pais e filhos, o que pode proporcionar momentos significativos entre os mesmos. Todavia, com relação ao desenvolvimento intelectual e/ou cognitivo estas parecem não relacionarem-se diretamente, exceto pelas brincadeiras de faz-de-conta, apontadas por apenas um dos pais entrevistados. Neste sentido, o estudo de Maria-Mengel e Linhares

(2007), realizado em Ribeirão Preto/SP, visou detectar riscos ao desenvolvimento infantil durante os primeiros quatro anos de vida da criança, bem como fatores de proteção no ambiente familiar. Este apontou que, especificamente em relação à figura paterna, sua baixa escolaridade relaciona-se a maior chance da criança apresentar problemas de desenvolvimento. A hipótese para tal, de acordo com as autoras, refere-se ao fato de que a maior escolaridade do pai possibilitaria ao mesmo alcançar melhores empregos e, com isto, maior poder aquisitivo, sendo possível a oferta de diversos estímulos materiais, culturais, entre outros, os quais contribuiriam para com o desenvolvimento intelectual e cognitivo de seus filhos.

Desta forma, entende-se que a maior escolaridade dos pais pode proporcionar a construção de um universo cultural variado, todavia, não pode ser tomada como única garantia de uma parentalidade saudável, nem como causa-efeito para o desenvolvimento infantil. Isto porque outros fatores estão relacionados, como é o caso da motivação, por parte dos adultos, em estimular o desenvolvimento de seus filhos ou, na sua impossibilidade, de proporcionar meios alternativos para tal (contratação de profissionais e serviços, por exemplo); bem como questões individuais da própria criança, como personalidade, problemas de desenvolvimento etc. De modo geral, os pais do presente estudo possuíam baixa escolaridade, sendo que a metade destes possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto. Entretanto, cada um contribui e estimula seus filhos à sua maneira – ou seja, de acordo com o conhecimento que possuem e daquilo que acreditam ser importante para o desenvolvimento infantil – e dentro de suas possibilidades, considerando o tempo disponível, os recursos existentes no local em que vivem, sua renda, entre outros fatores.

Por fim, em relação ao significado da paternidade, torna-se necessário ressaltar que alguns pais expressaram o desejo em exercer uma paternidade diferente ao modelo que vivenciaram com seus pais: “(...) *que nem, eu não tive pai, né, então, que nem eu falei, acho que eu gostaria de ter meu pai presente, espero que eu sempre esteja perto da minha filha, na*

*hora do aperto, que nem diz o outro, na hora da precisão” (P6);*

*O pai não era desses de, sabe... era daqueles mais durão, moda antiga, aqueles, então é diferente que a convivência que a gente hoje tem (...) nos nossos tempos, o pai nunca chegava conversar, né, era aqueles antigo mesmo, então tipo tem que ir aprendendo na vida, no dia a dia. Pra tu conversar com eles, não é tão difícil assim (P1).*

Estas falas vão ao encontro do que foi proposto por Gabriel e Dias (2011) ao pesquisarem as experiências e sentimentos de oito pais em relação a sua paternidade e a de seus pais, em estudo realizado na cidade de Santa Maria/RS. Neste estudo as autoras apontaram que os pais se descrevem como sendo participativos na vida dos filhos e atenciosos para com os mesmos. Todavia, por haver certas semelhanças e diferenças na sua forma de exercer a paternidade em relação à paternidade exercida por seus pais, os mesmos mantêm uma postura ambivalente entre reproduzir algumas das ações praticadas por seus próprios pais, as quais são consideradas como acertos, bem como não repetir outras, consideradas equívocos. Portanto, considerando a afirmação dos pais do presente estudo em relação ao desejo de exercer uma paternidade diferente ao modelo de seus pais, pode-se considerar este fato como positivo, uma vez que estes pais almejam desenvolver outras estratégias para o cuidado e criação dos filhos, como é o caso do diálogo, citado por P1.

Por outro lado, contrariando essa ideia de realizar uma paternidade mais engajada, relatada pelos pais, algumas mães, consideraram o papel paterno substituível e de menor importância à criança quando comparado ao papel materno: *“se elas (crianças) sabem que tem um pai e ele não tá ali elas sentem falta. Que eu sei por causa das minhas, que elas choravam, ficavam doente. (...). Depois acostuma sem o pai” (M6); “Eu acho que o pai faz falta pra criança, mas o essencial é a mãe, porque os antigos diziam: pai tu acha em qualquer lugar, mãe não! Mãe não tem quem tu por substituir, o pai é um caso à parte, faz a diferença mas ao mesmo tempo não” (M2).* Essa ideia, por parte das mães – e não apenas pelas mães deste

estudo, mas pelas mães num geral – pode ser um fator que, também, contribua para o menor envolvimento da figura paterna na criação dos filhos, uma vez que denota certa indiferença para com o mesmo, como se o seu papel não fosse relevante. Desta forma, discursos como este funcionam de forma a desautorizar o pai de seu papel e de suas competências como tal, afastando-o da participação na criação dos filhos e, por outro lado, mantendo a figura da mãe como soberana neste aspecto.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para ampliar a compreensão acerca do significado da paternidade vivenciada em contextos de vulnerabilidade social. O fenômeno da paternidade foi olhado através de dois prismas, ou seja, a partir do ponto de vista do pai e do ponto de vista da mãe, enfocando o significado atribuído à paternidade por pais e mães provenientes de um contexto de vulnerabilidade social. culturais

Desta forma, com relação ao papel desempenhado pelo pai no contexto em questão, houve consenso entre os dois públicos entrevistados de que seu aspecto principal ainda recaia sobre o sustento financeiro dos filhos e da família. Neste sentido, cabe ressaltar o peso vivenciado por estes pais ao ter de, em meio a um contexto de pobreza e baixos salários, responder à expectativa social de provedor financeiro. Entre os pais pesquisados percebe-se que os mesmos atendem a tal expectativa, porém sabe-se que esta realidade nem sempre corresponde ao da maioria neste contexto. Por isso defende-se que a função de prover financeiramente a família não deve ser desqualificada frente às demais, principalmente se levarmos em conta as adversidades enfrentadas para tal, nestes contextos, como é o caso da baixa escolaridade e qualificação profissional o que, conseqüentemente, acarretará em menores oportunidades de emprego e com pouca remuneração.

Não houve consenso entre pais e mães no que se refere à noção do pai como representante da autoridade familiar, sendo este aspecto mais enfatizado pelos pais do que

pelas mães. Todavia, apesar de as mães não relacionarem esta característica, tendo em vista que a maioria destas constitui famílias monoparentais femininas e, portanto, sem a presença paterna na rotina familiar, ainda assim, houve relatos mencionando o pai como importante figura de apoio emocional à mãe. Entretanto, para além de sua tarefa tradicional de provedor financeiro, os pais também demonstraram participar de outros aspectos da rotina familiar e da vida dos filhos, como a educação e o ensinamento de valores, o cuidado e a proteção, bem como o exercício da afetividade, expresso através da realização de atividades diversas e brincadeiras entre pais e filhos, as quais estimulam o desenvolvimento infantil.

Especialmente em relação à participação dos pais na educação dos filhos, o presente estudo evidenciou uma tendência dos mesmos em utilizarem-se de ações como o diálogo, a privação momentânea de algo ou objeto que a criança tem apreço (andar de bicicleta, jogar futebol, assistir televisão, por exemplo) em detrimento à punição física. Considera-se, que embora a privação de um bem da criança, o dito, castigo, ainda seja considerado uma prática educativa coercitiva, o fato de buscar não fazer uso de punição física, valorizando o diálogo e a reflexão por parte das crianças deve ser valorizado. Utilizar estratégias não coercitivas revela um esforço por parte dos pais participantes, especialmente ao se considerar que estes advêm de uma realidade social caracterizada por baixa escolaridade e o acesso limitado à informações.

Além disso, no que se refere ao significado atribuído à paternidade em contextos de vulnerabilidade social, há certo consenso entre os pais e mães pesquisados, de modo que o “bom pai” é entendido por ambos como aquele que se faz presente na rotina familiar e na vida dos filhos. Por outro lado, percebeu-se certa divergência de opiniões quanto ao papel do pai para a família, uma vez que, enquanto para os pais o mesmo possui o significado de uma figura central – “cabeça”, “esteio”, “alicerce” – e, portanto, de autoridade familiar, para as mães o mesmo pode ser, também, facilmente substituível.

É importante ressaltar, ainda, com relação à realização deste estudo, que houve certa dificuldade em acessar os pais, sendo que, diferentemente das mães, as quais prontamente aceitaram participar, muitos pais recusaram o convite para a pesquisa. Desta forma, para se atingir o número de seis pais participantes, foram contatados 16 pais, sendo necessário, retornar ao CRAS para solicitar novas indicações. Esta recusa pode ter ocorrido pelos mais diversos motivos, todavia, chamou a atenção o fato de um pai ter mencionado que este era um assunto para ser tratado com sua esposa, ou seja, com a mãe. Isso faz pensar que, provavelmente, os pais que não se dispuseram a participar apresentassem experiências diversas daqueles do presente estudo. Pode-se supor, ainda, que os pais participantes correspondam aos pais que conseguem revisar suas práticas, estando abertos a novas experiências e reflexões. Com isso, não se deseja reforçar um olhar negativo sobre os pais de camadas populares, contudo, sinalizar para um importante achado do presente estudo.

Outro fato que merece destaque refere-se ao local de coleta dos dados dos pais, uma vez que nenhuma destas foi realizada no ambiente do CRAS, ou seja, todas ocorreram nas residências dos participantes. Um motivo para isto pode ser o horário de funcionamento da instituição, que coincide com o horário de trabalho de muitos dos pais acessados. Assim, as coletas realizadas nas residências ocorreram em horários alternativos, após as 18h00min., e aos finais de semana. Outro fator que poderia estar relacionado diz respeito à familiarização com a instituição de modo que as mães acabam circulando mais pelo espaço do CRAS, tendo em vista que, para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estas são consideradas a “pessoa de referência” para a realização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadSUAS), do Governo Federal. Assim, poderíamos inferir que estas estariam mais familiarizadas do que os pais com o ambiente do CRAS, aceitando realizar a coleta junto ao mesmo.

Merece destaque, também, o fato de que tanto as concepções dos pais quanto das mães,

acerca da paternidade, apresentam aspectos convergentes todavia, há que se considerar que as realidades familiares de ambos os atores pesquisados – pais e mães – são antagônicas. Isso porque a realidade familiar das mães é, em boa parte, representada pela ausência paterna, enquanto que os pais aos quais se teve acesso são pais que convivem frequentemente com os filhos e, de alguma forma, participam da rotina familiar. Desta forma, pode-se pensar que, talvez, os resultados encontrados a partir destes pais não seja representativo de todos os pais provenientes de contextos de vulnerabilidade social, uma vez que, os pais acessados para a pesquisa sucederam inúmeros outros convites a pais que se recusaram participar da mesma.

Neste sentido, apesar de ter havido concordância entre pais e mães acerca do significado atribuído à paternidade, este sendo apontado, inclusive, por mães que não coabitam com os pais de seus filhos – ou seja, as quais constituem configurações familiares monoparentais simples e/ou extensa –, pode-se questionar se o exercício e o significado da paternidade para estas mães não seria diverso ao das mães que encontram-se em outras configurações familiares, como é o caso da nuclear e da reconstituída, por exemplo. Todavia, não sendo este o objetivo do estudo – comparar os significados atribuídos à paternidade pelas diferentes configurações familiares – este aspecto fica como sugestão para estudos futuros envolvendo a temática.

Considerando os aspectos anteriormente salientados, entende-se que o presente estudo avançou para com a produção do conhecimento científico, principalmente no que diz respeito à temática envolvendo paternidade e contextos de vulnerabilidade social, trazendo novos elementos para pensar o exercício e o significado desta, tanto a partir do olhar dos pais quanto das mães. Além disso, acredita-se que as reflexões produzidas a partir do mesmo contribuem de forma significativa para com os profissionais inseridos nas políticas públicas brasileiras e que atuam com famílias em situação de vulnerabilidade social, uma vez que permitem aproximar as concepções destes, as quais são provenientes do saber técnico-científico, às

concepções advindas do saber popular, construídas socialmente pela população usuária. Assim, ao haver consonância entre tais concepções é possível, ao profissional, manter uma atuação crítica e comprometida socialmente, pautada pela ética e pelo respeito às diversidades familiares, o que resulta em ações mais eficazes, uma vez que estas vão ao encontro das reais necessidades e expectativas de seus usuários.

Todavia, um cuidado que se deve ter em relação aos resultados deste estudo refere-se ao fato de que este não esgota a diversidade de configurações familiares existentes em nossa sociedade, uma vez que estas são inúmeras, sendo que cada qual apresenta peculiaridades próprias e que merecem destaque em novos estudos. Além disso, em relação ao contexto de vulnerabilidade social, os resultados produzidos não são representativos de toda a sua população, mas sim de uma pequena parcela desta, de um município em questão. Desta forma, é possível que, se realizado em outro local e com outros participantes, os resultados sejam outros. Assim, por se tratar de estudo qualitativo, o mesmo não pôde fornecer dados generalizáveis, acredita-se que as reflexões produzidas a partir do mesmo possam ser transpostas para outras situações e contextos envolvendo relações familiares e paternidade, contribuindo para com a atuação de profissionais de saúde mental e para o desenvolvimento infantil.



## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Benczik, E. B. P. (2011). A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagogia*, 28(85), 67-75.
- Borsa, J. C. & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Bossardi, C. N., Bueno, R. K. & Vieira, M. L. (2015). Interação do pai com seus filhos e filhas. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Orgs.) *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades* (pp. 77-93). Curitiba: Juruá.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2011). *Resolução 17, de 20 de junho de 2011*. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2011. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Brasil, República Federativa do Brasil (2014). *Lei Nº 13.058 de 22 de dezembro de 2014*. Altera os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Recuperado em 05 outubro, 2017 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm).
- Bueno, R. K., Bossardi, C. N. & Vieira, M. L. (2015). Papel do pai no contexto contemporâneo. In Goetz, E. R & Vieira, M. L. (Orgs.) *Novo pai: percursos, desafios e*

- possibilidades (pp. 109-124). Curitiba: Juruá.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). Constituinto uma família recasada. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (344-370). 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), pp. 95-121. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n1/a06v05n1.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A. dos, Dias, O. V. & Costa, S. de M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 258-264.
- Gabriel, M. R. & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 253-261.
- Gaskell, G. (2015). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Goetz, E. R. & Vieira, M. L. (2013). A importância do pai. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Orgs.). *Pai real, pai ideal: o papel paterno no desenvolvimento infantil* (15-17). 3ª ed. Curitiba: Juruá.
- Hillesheim, B. & Cruz, L. R. da (2008). Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 192-199.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano

do casamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275.

Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L. & Levine, J. A. (1985). Paternal Behavior in Humans. *American Zoologist*, 25(3), 883-894.

Lamb, M. E. (1992). O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*, 1(10), 19-34.

Laville, C. & Dionne, J. A. (1999). *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.

Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances em Psicologia Latinoamericana*, 1(30), pp. 182-192. Disponível em <http://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/viewFile/1437/1878>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

Maria-Mengel, M. R. S. & Linhares, M. B. M. (2007). Fatores de risco para problemas de desenvolvimento infantil. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 15(número especial), 1-6.

Marin, A. H., Piccinini, C. A., Tudge, J. R. H. (2011). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(1), 71-79.

Mello, S. L. de (1992). Classes populares, família e preconceito. *Psicologia*, 3(1-2), 123-130.

Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.

Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19(1-2), 169-191.

Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A. & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de*

*Psicologia*, 66(2), 36-52.

Sarti, C. A. (2011). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.

Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC (2013). *Informe 362 de 25 de abril de 2013*. Conceitos do Cadastro Único. Recuperado em 27 outubro, 2017 de

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/informe362.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe362.pdf).

Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.

Zampieri, M. de F. M., Guessser, J. C., Buendgens, B. B., Junckes, J. M. & Rodrigues, I. G. (2012). O significado de ser pai na ótica de casais grávidos: limitações e facilidades. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 14(3), 483-493.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a compreender o significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social, avançando para com a produção do conhecimento científico no que se refere ao exercício da maternidade e da paternidade em tais contextos. Além disso, ambos os fenômenos foram olhados através de duas perspectivas distintas, ou seja, a partir das concepções de pais e mães provenientes do contexto, o que permitiu uma visão mais ampliada acerca do objeto de estudo.

Quanto à maternidade, evidenciou-se que as mães sentem-se sobrecarregadas, devido aos múltiplos papéis que desempenham, os quais envolvem a colaboração para com o sustento financeiro da família, a realização dos afazeres domésticos e a responsabilidade para com os cuidados e educação dos filhos. Desta forma, houve certo consenso entre os entrevistados de que a mãe ideal ou a “boa mãe” ocupa um lugar central na família, tendo em vista as inúmeras funções que a mesma desempenha. Assim, pode-se pensar que o sentimento de sobrecarga que as mães vivenciam está relacionado ao significado atribuído à maternidade nestes contextos, o qual projeta sobre as mães a responsabilidade por tarefas como: organização do espaço doméstico, cuidado e educação dos filhos, auxílio para com o sustento financeiro da família e ser prestativa às demandas e necessidades do marido. Todavia, ao mesmo tempo em que a mãe assume tais funções, ela deixa de fornecer espaço para que o pai, também realize-as, contribuindo para a manutenção de papéis cristalizados, tanto no que se refere às questões de gênero, quanto às questões parentais.

No que diz respeito à paternidade, percebeu-se que o papel paterno ainda está associado às funções de provedor financeiro e autoridade familiar, ou seja, tarefas tradicionalmente atribuídas ao mesmo. Em relação ao primeiro aspecto – provedor financeiro – este não deve ser desqualificado frente às demais funções que o pai pode desenvolver, tendo em vista que, em famílias provenientes de contextos sociais adversos, um membro que consiga executar tal função representa a possibilidade de sobrevivência à mesma. Quanto ao pai como figura de maior autoridade familiar, embora esta função tenha sido mais enfatizada pelos próprios pais do que pelas mães, chamou atenção o fato que, mesmo em famílias monoparentais femininas, este mantinha tal representação, sendo ressaltada, pelas mães, a importância do pai em momentos de tomada de decisão e como apoio emocional às mesmas.

Entretanto, apesar das funções tradicionais serem as mais associadas ao papel paterno, os pais também afirmaram participar de outros aspectos da vida dos filhos, como na educação

e ensinamento de valores, nos cuidados e proteção e na esfera afetiva, através da realização de atividades diversas e brincadeiras com os mesmos. Desta forma, houve consenso entre pais e mães acerca da paternidade ideal, sendo que o “bom pai” foi definido como aquele que se faz presente na vida familiar e dos filhos. Todavia, apesar das mães terem atribuído tal significado à figura paterna, algumas destas referiram que o papel paterno possui importância inferior ao da mãe, sendo facilmente substituível. Esta afirmação pode ter relação com o fato de que, algumas destas mães, constituem famílias monoparentais, tendo que se adaptar à ausência paterna na criação dos filhos. Por outro lado, uma mãe que constitui uma família nuclear recasada também concordou com tal expressão o que, por sua vez, pode estar relacionado ao significado da maternidade nestes contextos, a partir do qual a mãe constitui uma figura central na família assumindo, e sendo requisitada a assumir, as múltiplas funções que o papel materno implica, nestes contextos.

Portanto, a partir dos resultados apresentados nos Artigos Um e Dois percebeu-se que a experiência da maternidade e da paternidade, em contextos de vulnerabilidade social, ainda mantém presentes certas atribuições tradicionalmente dirigidas a estes papéis, associadas às diferenças de gênero. Além disso evidenciou-se, nestas famílias, a existência de uma preocupação maior, qual seja, possibilitar sua sobrevivência e evitar situações de risco aos seus membros sendo que, para isto, as mesmas utilizam-se de recursos variados e disponíveis em seu meio. Por fim, outro aspecto convergente entre os dois públicos pesquisados refere-se ao desejo de exercer uma parentalidade diferente ao modelo vivenciado com seus pais, em sua própria infância, o que demonstra a capacidade de resiliência de tais famílias, no que se refere às possíveis situações traumáticas vividas por estas, bem como a maior acessibilidade a informações e conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil.

Todavia, um cuidado que se deve ter em relação ao estudo diz respeito ao fato de que os resultados não se propõem a ser representativos de toda a população de pais e mães presentes nos contextos de vulnerabilidade social, bem como não pretendeu oferecer dados generalizáveis, tendo em vista não ser este o objetivo de estudos qualitativos. Porém, considera-se que as reflexões produzidas a partir do mesmo podem ser aplicáveis a outras situações e contextos envolvendo a questão da parentalidade. Além disso, o estudo não esgotou a temática em torno das configurações familiares, tendo em vista a enorme diversidade de arranjos existentes. Sendo assim, sugere-se que tal aspecto seja foco de novos estudos como, por exemplo, a comparação entre tais configurações e o fenômeno da parentalidade vivenciado junto a estas.

Ademais, considera-se que o presente estudo alcançou o objetivo proposto,

contribuindo para com o avanço da ciência. Além disso, acredita-se que o mesmo proporcionará algumas contribuições aos profissionais que atuam com famílias junto às políticas públicas brasileiras. Isso porque seus resultados foram construídos a partir das concepções das próprias famílias, ou seja, dos próprios pais e mães, e não a partir do olhar de terceiros. Assim, espera-se aproximar as concepções dos profissionais – advindas do conhecimento técnico-científico – das concepções dos próprios usuários das políticas – provenientes do saber popular – e, assim, instrumentalizar os primeiros para que desenvolvam atuações eficazes e comprometidas, pautadas pelo respeito às diversidades e que levem em conta as reais necessidades das famílias atendidas.

Esta intenção, de aproximar as concepções dos profissionais às dos usuários, justifica-se pelo fato que, a intervenção deve visar o bem-estar dos últimos, sem que se estabeleça um jogo de forças entre os saberes (técnico-científico e popular). Para tanto, a própria Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), assim como a Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS (BRASIL, 2003), do Sistema Único de Saúde, defendem que as intervenções propostas pelos profissionais levem em consideração a participação dos usuários junto às mesmas ou, dito de outra forma, que estas sejam estabelecidas conjuntamente, entre os profissionais e público atendido. Todavia, para que isto seja possível, é preciso que o profissional possua, além de conhecimento técnico, capacidade de empatia e ética, para evitar concepções tendenciosas e enviesadas por crenças e preconceitos pessoais. Isso porque, o enviesamento da prática profissional por estereótipos e preconceitos pessoais limitam a capacidade de atuação do profissional e impedem-no de perceber as potencialidades presentes nos usuários atendidos, sendo que tais potencialidades muito podem contribuir para alcançar os objetivos propostos em cada caso.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, H. O cliente é o especialista: a abordagem terapêutica do não-saber. In MCNAMEE, S.; GERGEN, K. J. **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 34-49.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1977.

BEM, L A. de; WAGNER, A. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 1, p. 63-71, 2006.

BOSSARDI, C. N.; VIEIRA, M. L. Ser mãe e ser pai: integração de fatores biológicos e culturais. In GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. (Orgs.). **Novo pai**: percursos, desafios e possibilidades. Curitiba: Juruá, 2015, p. 15-30.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social nº 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 1993. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br). Acesso em 16 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6135, de 26 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre o cadastro Único para programas Sociais do governo Federal e dá outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 17 de novembro de 2017.

BUENO, R. K.; BOSSARDI, C. N.; VIEIRA, M. L. Papel do pai no contexto contemporâneo. In GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. (Orgs.). **Novo pai**: percursos, desafios e possibilidades. Curitiba: Juruá, 2015, p. 109-124.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 07-28.

\_\_\_\_\_. Constituindo uma família recasada. In CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 344-370.



CORSO, D. L.; CORSO, M. A família amorosa. In CORSO, D. L.; CORSO, M. A **Psicanálise na Terra do Nunca**: ensaios sobre a fantasia. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 95-119.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DUNST, C. J.; BOYD, K.; TRIVETTE, C. M.; HAMBY, D. W. Family-Oriented Program Models and Professional Helpgiving Practices. **Family Relations**. v. 51, n. 3, p. 221-229, 2002.

ESTES DE VASCONCELLOS, M. J. **Pensamento Sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, M. J. Desenvolvendo práticas colaborativas no contexto das políticas públicas, com a aplicação da metodologia de atendimento sistêmico. **Nova Perspectiva Sistêmica**. v. 23, n. 51, p. 7-24, 2015.

FONSECA, F. F.; SENA, R. K. R.; SANTOS, R. L. A. dos; DIAS, O. V.; COSTA, S. de M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.

FULMER, R. H. Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In: CARTER, B.; MCCOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 468-496.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GERGEN, K. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. **American Psychologist**, v. 40, n.3, p. 266-275, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBETER-MERINFELD, E. A abordagem estrutural na terapia familiar. In ELKAÏM, M. (Org.). **Panorama das Terapias Familiares**. Vol. 1. São Paulo: Summus, 1998, p. 225-258.

GRANDESSO, M. **Sobre a Reconstrução do Significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 192-199, 2008.

HINES, P. M. O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In: CARTER, B.; MCCOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 440-467.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In. SÓLIS-PONTON, L. (Org.) **Ser pai, ser mãe**: parentalidade, um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. da C.

Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 163-176.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARION, J.; FERREIRA, M.; PEREIRA, C. R. R. O homem, a paternidade e a família no contexto de baixa renda. In: GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L (Orgs.). **Novo pai**: percursos, desafios e possibilidades. Curitiba: Juruá, 2015.

MELLO, S. L. de. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia, USP**. v. 3, n. 1-2, 123-130, 1992.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 17, n. 3, 621-626, 2012.

MINUCHIN, S. **Famílias**: Funcionamento e Tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1982.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MOREIRA, M. I. C. **Novos rumos para o trabalho com famílias**. São Paulo: NECA, 2013.

NASCIMENTO, M. L. do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. esp., p. 39-44, 2012.

OSÓRIO, L. C. O que é a família, afinal? In OSÓRIO, L. C. **Casais e Famílias**: uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERES, V. L. A. Concepções de família em população de periferia urbana. In SOUZA, S. M. G. (Org.). **Infância, adolescência e família**. Goiás: Cãnone, 2001, p. 217-230.

PONCIANO, E. L. T.; FÉRES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, v. 8, n. 16, 2003, p. 57-80.

RÍOS-GONZÁLEZ, J. A. **Vocabulario básico de orientación y terapia familiar**. Madrid: Editorial CCS, 2003.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSEMBERG, F. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1994.

ROUDINESCO, E. O poder das mães. In ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 147-179.

SARTI, C. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 6ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SÓLIS-PONTON, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe**: parentalidade, um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUZA, R. M. de; RAMIRES, V. R. R. Família e famílias. In SOUZA, R. M. de; RAMIRES, V. R. R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006, p. 9-23.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Teses de Dissertações da UFSM**: Estrutura e Apresentação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015.

USANDIVARAS, C. M. D. El ciclo del divorcio em la vida familiar. **Sistemas Familiares**, v. 1, n.15, p. 15-35, Buenos Aires, 1996.

WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In WAGNER, A. (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 19-35.

WHITE, M. **Mapas da Prática Narrativa**. Porto Alegre: Pacartes, 2012.

ZAMBERLAN, M. A. T. Modelos de intervenção na infância e na família. In ZAMBERLAN, M. A. T (Org.). **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina: Eduel, 2008, p. 23-33.

ZAMBERLAN, M. A. T.; ALVES, Z. M. M. B. Detecção de níveis de riscos psicossociais mediante o inventário Home em ambientes com populações urbanas de baixa renda. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. 2ed. Londrina: EDUEL, 2008, p. 137-154.

## APÊNDICES

### Apêndice A

PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### MODELO DE TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
gestor(a) da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de \_\_\_\_\_,  
Estado do Rio Grande do Sul, autorizo a realização do estudo intitulado “O significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em vulnerabilidade social”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Benatti, junto a algumas das famílias assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) deste município.

Informo que fui esclarecido(a) sobre o objetivo do estudo – compreender o significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como dos procedimentos a serem realizados para a coleta de dados, que acontecerá de forma individual com cada um dos participantes, no CRAS ou em suas residências, sendo estes: 1) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 2) aplicação de um Questionário Sociodemográfico; 3) realização de uma Entrevista sobre Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social, a qual será gravada em áudio.

Estou ciente, também, de que este projeto de pesquisa foi aprovado pela pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo que serão tomados todos os cuidados necessários para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Além disso, tenho conhecimento de que todo o material desta pesquisa ficará arquivado por cinco anos na Universidade Federal de Santa Maria, no seguinte endereço: Avenida Roraima, nº 1000, UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, de modo que, após este período os mesmos serão destruídos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Secretário(a) Municipal de Assistência Social

## Apêndice B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do estudo:** O significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em vulnerabilidade social

**Pesquisadora responsável:** Ana Paula Benatti

**Endereço:** Travessa Surubim, nº 34, Bairro Jardim das Acácias, Três de Maio/RS.

**Telefone:** (55) 99939-6971

Este estudo tem como objetivo compreender o significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em vulnerabilidade social. Participarão desta pesquisa pais e/ou mães de famílias em situação de vulnerabilidade social, referenciados a algum CRAS de um município do interior do Estado, que possuam filhos com até doze anos incompletos e que convivam com pelo menos um destes.

Os dados serão coletados através de uma Entrevista Semiestruturada, individual, que será gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra. Esta terá como objetivo compreender a sua percepção acerca de ser pai e ser mãe. Além disso, será utilizado um Questionário Sociodemográfico a fim de obter alguns dados gerais sobre você, como: idade, escolaridade, profissão etc.

A sua identidade será preservada em sigilo e as informações colhidas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sendo arquivadas, por um período de cinco anos, na Universidade Federal de Santa Maria, no seguinte endereço: Avenida Roraima, nº 1000, UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. Após este prazo, os dados serão eliminados.

Você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e/ou outros assuntos relacionados ao estudo, bem como, poderá interromper sua participação, em qualquer

momento da realização da pesquisa, sem que essa decisão lhe traga qualquer prejuízo. Esta pesquisa não possui objetivo de testar e nem experimentar nenhum procedimento novo. A sua participação neste estudo é voluntária e não remunerada, sendo classificada como de risco mínimo. Entretanto, caso sejam observadas situações que lhe causem desconforto, a pesquisadora se responsabilizará por avaliar a situação, podendo interromper a continuidade da atividade e, se for necessário, a pesquisadora poderá realizar encontros subsequentes contigo, a fim de sanar as questões mobilizadas.

Apesar de não haver benefícios diretos por sua participação neste estudo, considera-se que o mesmo seja capaz de lhe possibilitar um momento de reflexão sobre a temática e, também, contribuir para com a comunidade acadêmica e científica.

Agradecemos a sua participação e colaboração na produção desta pesquisa e nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares com a pesquisadora-orientadora do projeto, Profa. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira<sup>5</sup>, que pode ser contatada pelo telefone: (55)3220-9233, e a pesquisadora responsável, Ana Paula Benatti (55) 9939-6971.

Por fim, salientamos que este Termo de Consentimento foi elaborado em duas vias, sendo que uma destas ficará sob sua posse e, a outra, com a pesquisadora responsável pelo estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Participante

---

Responsável pelo Projeto

---

<sup>5</sup> Professora responsável: Dr<sup>a</sup> Caroline Rubin Rossato Pereira. Universidade Federal de Santa Maria, Depto. Psicologia. Av. Roraima, nº 1000. Departamento de Psicologia, Prédio 74B, sala 3206A. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Tel.: (55) 3220-9231. E-mail: carolinerrp@ufsm.br

## Apêndice C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

**Título do projeto:** O significado de ser pai e ser mãe de crianças em famílias em vulnerabilidade social

**Pesquisador responsável:** Ana Paula Benatti

**Instituição:** Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**Telefone para contato:** (55) 99939-6971

**Local da coleta de dados:** CRAS ou residências das famílias.

Os responsáveis pelo presente projeto de pesquisa se comprometem em preservar a confidencialidade dos dados dos participantes, bem como a identidade das instituições. A coleta de dados envolverá a aplicação de um Questionário Sociodemográfico e de uma Entrevista Semiestruturada, a qual será respondida pelos participantes, com perguntas abertas sobre a temática em estudo.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a realização do estudo, bem como para publicações científicas envolvendo o mesmo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Avenida Roraima, nº 1000, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof<sup>ª</sup> Pesquisadora Caroline Rubin Rossato Pereira. Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com o número do CAAE \_\_\_\_\_.

Santa Maria, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Caroline Rubin Rossato Pereira

---

Ana Paula Benatti

## Apêndice D



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Data da aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão/ocupação: \_\_\_\_\_

Carga horária de trabalho: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Quem você considera parte de sua família?

Nome	Idade	Parentesco	Reside junto?

Mais alguém mora com você?

Nome	Idade	Relação/parentesco



## Apêndice E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

### ENTREVISTA SOBRE PARENTALIDADE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

- 1) Agora que eu já sei um pouco quem é a sua família, você poderia me contar um pouco sobre como vocês vivem hoje.  
Como vocês se organizam para manter a casa e os filhos (gastos, cuidados, tarefas)?  
Quem cuida das crianças em sua família? Como faz isso?  
E sobre a educação, ensinar regras, quem faz isso na sua família? Como faz isso?
- 2) Como é o seu relacionamento com seus filhos pequenos (referir-se às crianças)?  
O que vocês fazem quando estão juntos?  
Vocês têm algum tipo de lazer/divertimento juntos?  
Quais as suas responsabilidades com eles?  
Como é para você educar e ensinar regras para eles?  
E como é para você quando eles lhe desobedecem ou fazem algo que você considera errado?  
O que você acha importante ensinar para os seus filhos pequenos?  
O que lhe dá mais alegria/satisfação na criação deles?  
O que você acha mais difícil em relação à criação deles?
- 3) O que você acha do modo como o seu companheiro(a) cuida e educa os seus filhos?\*
- 4) E os outros filhos, de que forma eles participam da criação dos irmãos pequenos?\*
- 5) Quando você tem alguma dificuldade ou necessidade em relação aos filhos (crianças) com quem você pode contar?  
Seus pais, irmãos ou outros parentes participam de alguma forma na criação dos seus filhos? Como você se sente com isso?  
Existem outras pessoas, profissionais, serviços que participam de alguma forma no

cuidado e criação dos seus filhos? Como você se sente com isso?

6) Para você, o que significa ser pai/mãe?

Na sua opinião, qual a importância da mãe para a família? Como seria uma boa mãe?

E qual a importância do pai para a família? Como seria um bom pai?

7) Se você pudesse dar um conselho para os pais de outras crianças, o que você diria?

8) Você gostaria de acrescentar algo ao que nós conversamos?

Muito obrigada por sua participação!